Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 8

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 9

3.2 - Medições Não Contábeis 10

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19

3.7 - Nível de Endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 39

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 44

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 50

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 51

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 52

4.7 - Outras Contingências Relevantes 55

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 56

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 57

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 64

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 67

5.4 - Programa de Integridade 71

5.5 - Alterações significativas 75

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 76

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 77

6.3 - Breve Histórico 78

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 80

6.6 - Outras Informações Relevantes 81

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 82

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 84

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 85

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 87

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 91

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 92

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 94

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 95

7.8 - Políticas Socioambientais 96

7.9 - Outras Informações Relevantes 103

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 104

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 105

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 106

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 107

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 108

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 113

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 114

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 115

9.2 - Outras Informações Relevantes 116

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 117

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 135

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 136

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 138

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 140

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 145

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 147

10.8 - Plano de Negócios 148

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 150

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 151

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 154

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 156

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 167

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 171

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 172

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 173

12.7/8 - Composição Dos Comitês 181

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 182

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 183

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 185

12.12 - Outras informações relevantes 186

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 187

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 193

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 197

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 199

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 216

13.6 - Opções em Aberto 221

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 223

13.8 - Precificação Das Ações/opções 224

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 225

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 226

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 228

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 229

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 230

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 231

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 232

13.16 - Outras Informações Relevantes 233

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 234

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 236

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 237

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 238

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 239

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 240

15.3 - Distribuição de Capital 260

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 261

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 262

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 263

15.7 - Principais Operações Societárias 264

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 268

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 269

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 271

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 278

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 280

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 281

17.2 - Aumentos do Capital Social 282

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 284

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 285

17.5 - Outras Informações Relevantes 286

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 287

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 288

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 289

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 290

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 291

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 296

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 297

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 298

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 299

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 300

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 302

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 303

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 304

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 305

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 306

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 307

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 308

20.2 - Outras Informações Relevantes 310

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 311

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 312

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 314

21.4 - Outras Informações Relevantes 315

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Belmiro de Figueiredo Gomes**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Daniela Sabbag Papa**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1. Declaração do Diretor Presidente

Belmiro de Figueiredo Gomes, brasileiro, divorciado, comerciário, portador da Cédula de Identidade RG 52.699.074-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 805.421.589-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Presidente da Sendas Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que **(a)** reviu o presente Formulário de Referência; **(b)** todas as informações contidas no presente Formulário de Referência atendem às disposições da Instrução CVM nº 480, em especial àquelas dos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

6 de Outubro de 2020.

Belmiro de Figueiredo Gomes
Diretor Presidente

1.2. Declaração da Diretora de Relações com Investidores

DANIELA SABBAG PAPA, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG 23.508.281-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 262.945.628-56, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Sendas Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins do item 1.2 do Formulário de Referência da Companhia, declara que **(a)** reviu o presente Formulário de Referência; **(b)** todas as informações contidas no presente Formulário de Referência atendem às disposições da Instrução CVM nº 480, em especial àquelas dos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

6 de Outubro de 2020.

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa Financeira e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: (i) emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício encerrado em 2017, (ii) relatório de revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$931.930,10 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antônio Humberto Barros Santos	01/01/2017	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: Humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: emitir parecer sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondente ao exercício encerrado em 2018 e (ii) relatórios de revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$2.092.152,07 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antônio Humberto Barros Santos	01/01/2018	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: Humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Serviço de Auditoria com a finalidade de: (i) emitir parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e empresas controladas, correspondente ao exercício encerrado em 2019 e (ii) relatórios de revisão das informações financeiras trimestrais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$2.171.826,16 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antônio Humberto Barros Santos	01/01/2019	104.575.398-01	Av. Presidente Juscelino Kubitcheck, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: Humberto.b.santos@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, as contratações do auditor independente da Companhia seguem as diretrizes da sua controladora a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"). De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da CBD, caberá a este Comitê, dentre outras atribuições: (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria da CBD sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração da CBD, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

Além das informações acima, não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes com relação aos assuntos tratados nesta Seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	9.701.000.000,00	4.092.000.000,00	3.024.000.000,00
Ativo Total	35.905.000.000,00	10.933.000.000,00	8.184.000.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	30.232.000.000,00	23.017.000.000,00	18.544.000.000,00
Resultado Bruto	5.341.000.000,00	4.172.000.000,00	2.966.000.000,00
Resultado Líquido	1.060.000.000,00	1.076.000.000,00	497.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	3.140.569.475	2.110.731.241	2.003.216.552
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,088930	1,938665	1,509572
Resultado Básico por Ação	0,333379	0,509711	0,248127
Resultado Diluído por Ação	0,33	0,51	0,25

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes (i) do resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) das despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes é uma medida de rentabilidade calculada pelo EBITDA excluídas as Outras Despesas e Receitas Operacionais e também outros efeitos não recorrentes. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o EBITDA apresentou um aumento de 10,8% em relação a 2018, passando de R$ 1,996 bilhão em 2018 para R$ 2,211 bilhões em 2019. Em 2017, o EBITDA totalizou R$ 1,095 bilhão. O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes apresentou um crescimento de 54,6% em relação a 2018, passando de R$ 1,563 bilhão em 2018 para R$ 2,417 bilhões em 2019. Em 2017, o EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R$ 1,174 bilhão.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, assim como os respectivos valores do EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes e suas respectivas margens:

Medições não contábeis

	ASSAÍ CONSOLIDADO		
(R$milhões, exceto %)	**2019**	**2018**	**2017**
EBITDA	**2.212**	**1.996**	**1.095**
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	7,3%	8,7%	5,9%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(206)	(3)	(79)
Efeitos não recorrentes	-	436	-
EBITDA Ajustado	**2.417**	**1.563**	**1.174**
Margem de EBITDA Ajustada sobre receita operacional líquida	**8,0%**	**6,8%**	**6,3%**

3.2 - Medições Não Contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	ASSAÍ CONSOLIDADO		
(R$milhões, exceto %)	**2019(2)**	**2018 (1)**	**2017**
Lucro Líquido Companhia	1.060	1.076	497
(+) Imposto de Renda	411	477	211
(+) Resultado financeiro líquido	257	120	142
(+) Depreciação e amortização	484	323	245
EBITDA	**2.212**	**1.996**	**1.095**
Receita operacional líquida	**30.232**	**23.017**	**18.544**
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	7,3%	8,7%	5,9%
(+) Outras Despesas e Receitas Operacionais	206	3	79
(-) Efeitos não recorrentes	-	(436)	-
EBITDA Ajustado	**2.418**	**1.563**	**1.174**
Margem de EBITDA Ajustado sobre receita operacional líquida	**8,0%**	**6,8%**	**6,3%**

(1) Efeitos não recorrentes. Em 2018 esses efeitos totalizaram R$ 436 milhões, composto por R$ 369 milhões de estorno da provisão de créditos de ICMS ST relacionado a períodos anteriores a 2018 no 2T18 e R$ 67 milhões de complemento desses créditos no 4T18.
(2) Outras despesas e receitas operacionais. Compostos por R$80 milhões de despesas jurídicas e R$123 milhões com gastos de reorganização societária.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, pois acredita ser uma medida prática para aferir o seu desempenho operacional.

A Administração utiliza o EBITDA ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

O EBITDA e o EBITDA ajustado são informações suplementares às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados.

O EBITDA e a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

O EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não possuem um significado padrão e sias definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA, margem EBITDA, EBITDA ajustado e margem EBITDA ajustado utilizadas por outros

3.2 - Medições Não Contábeis

companhias. O EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, outras despesas e receitas operacionais e também outros efeitos não recorrentes.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações prestadas neste item referem-se aos eventos subsequentes que constam das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme reapresentadas em 06 de outubro de 2020.

Transação de *Sale and Leaseback*
Em 05 de março de 2020, a Companhia divulgou fato relevante informando que celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície". O instrumento previa inicialmente a venda de 13 imóveis da Companhia pelo valor de R$ 532 milhões.
• Em 29 de maio de 2020 a Companhia concluiu a venda de 4 desses imóveis, no valor total de R$175 milhões pagos à vista pelo comprador.
• Em 29 de junho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 4 imóveis, no valor total de R$206 milhões recebidos à vista.
• Em 22 de julho a Companhia concluiu a venda de mais 4 imóveis por R$131 milhões, sendo excluído 1 imóvel de valor não relevante do volume total.
Com isso, a Companhia concluiu a venda dos 12 imóveis para os fundos TRX, por um valor total de R$513 milhões. O ganho relacionado a essas vendas não está registrado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.
As partes celebraram contratos de locação para cada um dos imóveis, em cada uma das datas de fechamento, com prazo de 15 anos, renováveis por igual período, assegurando a continuidade das operações da Companhia nesses imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Contratos de empréstimo em moeda nacional
Em 24 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de empréstimo em moeda nacional no valor de R$250 milhões. O contrato tem vencimento em 25 de abril de 2022 e pagamento anual dos juros.

Em 29 de junho de 2020, a Companhia firmou contrato de empréstimo em moeda nacional no valor de R$150 milhões. O contrato tem vencimento em 20 de junho de 2022 e pagamento anual dos juros.

Recebimentos dividendos Éxito
Entre 6 e 13 de abril de 2020, a Companhia recebeu de Éxito aproximadamente R$1,3 bilhão de dividendos que foram integralmente destinados à amortização da dívida de aquisição do Éxito (debêntures da 1ª emissão da Companhia).

Julgamento STF – INSS e IPI
Em 21 de agosto de 2020 houve julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF concluindo que é constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno. Da mesma forma, em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.

COVID 19

A Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavirus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, a Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas informações trimestrais, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

• A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos de lojas e ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019, e não foram observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. Em virtude da incerteza quanto ao final da pandemia e suas consequências macroeconômicas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável para alguns de seus ativos e, consequentemente, revisitou o teste de recuperação de ativos em 30 de junho de 2020. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

• A Companhia avaliou a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas;

• Quanto aos estoques a Companhia não prevê a necessidade de ajuste para realização;

• Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas informações trimestrais. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;

• A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento; e

Em resumo, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas informações trimestrais da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas informações trimestrais. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
a. Regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2019, a Compahia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório. Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para execução de orçamento de capital aprovado ou distribuir dividendos adicionais.	Em 31 de dezembro de 2018, a Compahia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório. Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para execução de orçamento de capital aprovado ou distribuir dividendos adicionais.	Em 31 de dezembro de 2017, a Compahia adotava como política de retenção de lucros as regras contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) 1% para pagamento do dividendo obrigatório. Após as destinações acima, a assembleia geral poderia decidir reter parcela total ou parcial do lucro remanescente para execução de orçamento de capital aprovado ou distribuir dividendos adicionais.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Conforme deliberado em AGO realizada em 30 de abril de 2020, do lucro líquido de R$1.047.080.139,26, foram destinados: (a) R$52.354.006,96 à Reserva legal; (b) R$247.058.823,53 à conta de juros sobre o capital próprio; e	Conforme deliberado em AGO realizada em 30de abril de 2019, do lucro líquido de R$1.098.751.288,57, foram destinados: (a) R$54.937.564,43 à Reserva legal; (b) R$115.000.000,00 à conta de juros sobre o capital próprio; e	Conforme deliberado em AGO realizada em 30 de abril de 2018, do lucro líquido de R$ R$511.630.590,07, foram destinados: (a) R$25.581.529,50 à Reserva legal; (b) R$81.029.411,76 à conta de juros sobre o

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(c) R$630.434.269,17 à Reserva de lucros.	(c) R$50.000.000,00 à conta de dividendos; e (d) R$878.813.724,14 à Reserva de lucros.	capital próprio; e (c) R$405.019.648,81 à Reserva de lucros.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	(a): 5,00% (b): 23,60% (c): 60,21%	(a): 5,00% (b): 10,47% (c): 4,55% (d): 79,98%	(a): 5,00% (b): 15,84% (c): 79,16%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.	Em 31 de dezembro de 2017, o Estatuto Social da Companhia previa que os acionistas teriam direito a receber um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares.	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares	Em 31 de dezembro de 2017, o Estatuto Social da Companhia previa a distribuição anual dos dividendos mínimos obrigatórios seria anual. Não obstante, também permitia, mediante proposta da Diretoria, que a Companhia fizesse distribuição de dividendos intermediários e intercalares
d. Eventuais restrições	O instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de	A Companhia não estava sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	dividendos acima do mínimo legal.		
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não tinha uma política específica de destinação de resultados nesses três exercícios sociais.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	994.726.132,30	1.020.710.374,63	471.055.574,37
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	24,836869	11,266663	17,201667
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	14,757638	26,289437	16,418960
Dividendo distribuído total	247.058.823,53	115.000.000,00	81.029.411,76
Lucro líquido retido	747.667.308,77	905.710.374,63	390.026.162,61
Data da aprovação da retenção	30/04/2020	30/04/2019	30/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	247.058.823,53		115.000.000,00		81.029.411,76	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2019, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, referentes a parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de julho e 30 de setembro de 2018, no valor de R$50 milhões.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	26.204.000.000,00	Índice de Endividamento	2,70000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		7.000.000,00	14.000.000,00	2.000.000,00	0,00	23.000.000,00
Empréstimo	Quirografárias		280.000.000,00	62.000.000,00	516.000.000,00	17.000.000,00	875.000.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		1.156.000.000,00	4.064.000.000,00	2.457.000.000,00	206.000.000,00	7.883.000.000,00
Total			1.443.000.000,00	4.140.000.000,00	2.975.000.000,00	223.000.000,00	8.781.000.000,00

Observação

Observação: Os saldos apresentados na linha Títulos de Dívida acima se referem à rubrica de debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) à Companhia

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter contratos de locação das lojas em termos aceitáveis, e a Companhia poderá não conseguir obter ou renovar a tempo licenças de operação de suas lojas e de seus centros de distribuição

A maioria das lojas da Companhia é instalada em imóveis alugados. A localização estratégica das lojas é fundamental para o desenvolvimento da própria estratégia de negócios da Companhia e, como resultado, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de um número significativo dos seus contratos de locação ser encerrado e ela não conseguir renovar esses contratos em termos aceitáveis, ou sequer renová-los. Além disso, de acordo com a legislação aplicável, os proprietários podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente a cada três anos. Um aumento significativo no valor dos imóveis alugados pode afetar adversamente a posição financeira e o resultado operacional da Companhia.

As lojas e centros de distribuição da Companhia também estão sujeitos à obtenção de certas licenças de funcionamento. A não obtenção ou a não renovação de referidas licenças de funcionamento pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Uma vez que o desempenho contínuo e pacífico das atividades nas lojas e centros de distribuição atuais é considerado um fator relevante para o sucesso da estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra o fechamento desses estabelecimentos em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de operação necessárias.

A distribuição de produtos da Companhia depende de um número limitado de centros de distribuição e a Companhia depende do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar seus produtos, sendo que qualquer disrupção em seus centros de distribuição ou atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as suas necessidades de abastecimento e a sua distribuição de produtos a lojas e clientes

No formato de atacado de autosserviço, aproximadamente 33% dos seus produtos são distribuídos por nove centros de distribuição, localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às necessidades comerciais da Companhia.

Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018) ou outras causas inesperadas podem retardar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e reduzir suas vendas, o que pode afetar a Companhia adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a abertura de novas lojas que podem exigir a abertura de novos centros de distribuição, ou expansão dos centros de distribuição existentes para fornecer e atender a demanda das lojas adicionais. As operações podem ser afetadas negativamente caso a Companhia não possa abrir novos centros de distribuição ou não consiga expandir os centros de distribuição atuais, para atender as necessidades de fornecimento dessas novas lojas.

Os sistemas da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode causar um efeito adverso relevante em seus negócios e reputação

A Companhia, assim como todas as empresas inseridas no mundo digital, esteve e está sujeita a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com níveis variados de sofisticação. Essas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade de seus sistemas e dados, incluindo informações confidenciais, sensíveis ou pessoais de nossos clientes.

A Companhia mantém o que acredita ser controles de segurança técnicos razoáveis e adequados, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de gerenciamento para lidar com essas ameaças. Embora essas medidas sejam projetadas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em seus sistemas, certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, podem ocorrer.

Além disso, alguns dos fornecedores e provedores de serviços da Companhia têm acesso significativo a informações confidenciais e estratégicas de seus sistemas, incluindo informações confidenciais relativas a seus clientes.

Qualquer acesso não autorizado ou liberação de seus sistemas e dados ou de seus clientes, fornecedores ou provedores de serviços pode atrapalhar suas operações, e, ainda, causar perdas de informações e levar a Companhia a incorrer em custos significativos, que poderiam ter um efeito material adverso em seus negócios e reputação.

Os sistemas de informação da Companhia podem sofrer interrupções devido a fatores além de seus controles, como desastres naturais, invasões e ataques cibernéticos, falhas em telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer um desses tipos de interrupção pode afetar adversamente suas operações, impactando assim a geração de caixa e a posição financeira da Companhia.

Falhas na proteção da base de dados da Companhia, que contém dados pessoais de seus clientes e empregados, e desdobramentos na legislação de proteção de dados e de privacidade, podem afetar adversamente os negócios da Companhia, sua posição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia mantém um banco de dados de informações sobre seus funcionários e clientes, que inclui principalmente, mas não se limita a, dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se ocorrer uma violação em seus procedimentos de segurança que afetem a integridade de seu banco de dados, incluindo o acesso não autorizado das

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

informações pessoais de seus clientes, a Companhia poderá ser alvo de procedimentos legais, resultando em danos, multas e prejuízo à sua reputação.

Atualmente, o processamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma série de regras, como a Constituição Federal, a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor") e a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"). Falhas no cumprimento de determinadas disposições de tais leis, especialmente em relação a (i) fornecer informações claras sobre as operações de processamento de dados realizadas pela Companhia, (ii) observar o objetivo da coleta de dados original; (iii) os prazos legais para o armazenamento de dados do usuário, e (iv) a adoção de padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados pessoais processados, podem acarretar penalidades, como multas e até suspensão temporária ou permanente das atividades de processamento de dados pessoais pela Companhia.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), que trata da proteção de dados pessoais no Brasil, a qual entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto pelas sanções administrativas que entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, em razão da aprovação da Lei nº 14.010/2020. A LGPD estabelece uma nova estrutura legal a ser observada no tratamento de dados pessoais, incluindo o de nossos clientes, fornecedores e funcionários. A LGPD estabelece, entre outras coisas, os direitos dos titulares de dados pessoais, a necessidade de se ter uma base legal para tratar dados pessoais, requisitos de governança, responsabilização e prestação de contas, obrigações relacionadas a incidentes de segurança, vazamentos e usos indevidos de dados pessoais, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). No caso de descumprimento aos termos da LGPD, a Companhia pode estar sujeita não só a sanções administrativas (que podem envolver situações de bloqueio e eliminação dados, bem como suspensão e proibição das atividades de tratamento de dados, até multas de até R$ 50.000.000,00), mas também a litígios judiciais e, consequentemente, a alto impacto reputacional e potencial perda de valor de mercado. A ANPD poderá revisar os padrões e procedimentos de proteção de dados baseados na LGPD, mas o ministério público, os órgãos de defesa do consumidor e o poder judiciário certamente terão participação relevante na interpretação e aplicação da lei, especialmente nos primeiros momentos da estruturação e início das atividades da ANPD.

Em preparação para o cumprimento da lei, a Companhia revisou suas políticas e seus procedimentos internos. No entanto, dada a sua recente vigência, a falta de regulamentação de pontos críticos pela ANPD e a incerteza sobre as possíveis interpretações da LGPD por diferentes agentes, a Companhia não pode assegurar que não está exposta a a litígios relacionados ao tema e o potencial sofrimento de sanções no futuro.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista. Ela não pode assegurar que as ações e processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. A Companhia constituiu provisões para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os processos em que a possibilidade de perda seja avaliada como provável pela sua Administração e com base nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, observado que a avaliação da Administração acerca da probabilidade de perda, principalmente de contingências tributárias, é complexa e envolve julgamento significativo com base em interprestações da legislação tributária e de outras regras legais. As provisões constituídas pela Companhia podem ser insuficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. Exemplificativamente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências tributárias que totalizavam R$ 2.406 milhões, para os quais nenhuma provisão estava registrada em 31 de dezembro de 2019, uma vez que a probabilidade de perda de tais processos foi avaliada como possível.

Assim, caso o total ou uma parcela significativa das ações e dos processos administrativos seja decidido de forma desfavorável à Companhia, isso pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria dessas causas, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira. Para descrição das contingências contenciosas materiais, vide item 4.3 e item 4.6 deste Formulário de Referência e nota explicativa n° 20 (Provisão para demandas judiciais) das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas chave

Para suportar e desenvolver suas operações, a Companhia deve atrair e manter colaboradores com competências e conhecimentos específicos. A Companhia enfrenta diversos desafios inerentes à administração de um grande número de empregados em regiões geográficas diversas. Pessoas chave poderão deixar a Companhia por motivos diversos e o impacto de sua saída é de difícil previsão, podendo, porém, dificultar a implementação de planos estratégicos e afetar adversamente os resultados do negócio.

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações ordinárias

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, ela está obrigada a pagar aos seus acionistas um mínimo de 25% de seu lucro líquido anual a título de dividendos, apurados e ajustados de acordo com o método da legislação societária brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou ser apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira, podendo não estar disponível para distribuição a título de dividendos. Caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições são desaconselháveis, em vista da situação financeira da Companhia, ela pode não pagar dividendos aos seus acionistas em um exercício fiscal específico.

A Companhia está ainda sujeita a restrição para distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório em decorrência de restrições contratuais impostas por contratos financeiros. Para uma descrição dessa restrição, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de proteger os seus direitos de propriedade intelectual

O sucesso futuro da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger suas marcas atuais e futuras e de defender seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia obteve registros de marcas registradas que protegem suas marcas e produtos e realizou pedidos e espera continuar realizando pedidos de registro de marcas e patentes para proteger novos produtos e marcas desenvolvidas. A Companhia não pode assegurar que os registros de marcas e patentes serão concedidos com relação a qualquer um de seus pedidos. Existe também o risco de, inadvertidamente, não renovar uma marca ou uma patente em tempo hábil ou de que seus concorrentes se oponham, requeiram a anulação ou contornem quaisquer registros de marcas e patentes existentes ou futuras obtidas ou licenciadas pela Companhia. Embora tenha atuado de forma adequada para proteger seu portfólio de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio), a Companhia não pode assegurar que as medidas que tomou serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão dos direitos de propriedade. Qualquer falha por parte da Companhia em proteger seus direitos de propriedade contra infrações ou apropriações indevidas pode afetar adversamente seus negócios, resultados de operações, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, em sua capacidade de desenvolver seus negócios.

Os movimentos de venda pela internet, podem afetar negativamente as vendas de canais tradicionais, e a Companhia pode não ter uma resposta tempestiva a essa concorrência

Nos últimos anos, as vendas pela internet de alimentos, roupas e produtos para a casa aumentaram significativamente na America Latina, e a Companhia espera que essa tendência continue à medida que redes mais tradicionais entrem no ramo de vendas *on-line* ou expandam sua infraestrutura digital existente. Por exemplo, a Amazon anunciou recentemente que focará mais recursos em seus negócios no Brasil. Os concorrentes podem vender pela internet diretamente aos consumidores, diminuindo a importância dos canais tradicionais de distribuição, como atacado de autosserviço, supermercados e lojas de varejo. Certas redes de alimentos na *internet* têm custos operacionais significativamente mais baixos do que os hipermercados e supermercados tradicionais, porque não dependem dos custos de uma rede de pontos de venda ou de uma grande mão de obra de vendas. Como resultado, essas redes de alimentos na internet podem ser capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos de alguns formatos da Companhia e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários no atacado de autosserviço e no varejo e entregar diretamente produtos aos consumidores. A Companhia acredita que seus clientes estão usando cada vez mais a internet para realizar compras de alimentos e outros bens de varejo, e que essa tendência provavelmente continuará.

Adicionalmente, as tecnologias utilizadas nas redes de alimentos e eletrodomésticos evoluem constantemente como parte da cultura digital moderna. Alguns dos competidores da Companhia, no segmento de atuação do Éxito, anunciaram, por exemplo, uma parceria com uma start-up para a abertura de um mercado automatizado, que é operado por aplicativo para celular. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar com a velocidade necessária para atender às demandas e preferências de seus clientes, bem como aos padrões do mercado em que opera.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que suas estratégias serão bem-sucedidas em atender às demandas dos consumidores ou em manter a participação de mercado da Companhia à luz dos negócios de venda *online* de seus concorrentes. Se as vendas pela internet na América Latina continuarem a crescer, a dependência dos consumidores em canais de distribuição tradicionais pode ser materialmente diminuída, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser afetada pelo seu nível de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um total de R$8,8 bilhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R$1,5 bilhões no circulante e R$7,3 bilhões no não circulante. Se a Companhia não for capaz de pagar ou refinanciar seus empréstimos, em suas respectivas datas de vencimento, isso poderia afetar adversamente a Companhia e sua situação financeira. O endividamento da Companhia pode:

- dificultar que a Companhia satisfaça suas obrigações, incluindo o pagamento do serviço da dívida;
- limitar a capacidade da Companhia de obter recursos adicionais para operar o seu negócio;
- demandar grande parte do fluxo de caixa da Companhia para arcar com o serviço de dívida, limitando a sua capacidade de utilizar tais recursos para capital de giro, despesas de capital e outros;
- limitar a flexibilidade de planejamento ou reação da Companhia frente à concorrência ou alterações no setor;
- colocar a Companhia em desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes que tenham um endividamento menor;
- tornar a Companhia mais vulnerável ao aumento de taxa de juros, resultando em aumento nos custos dos juros em relação a dívida com taxa de juros flutuante; e
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições gerais adversas da economia e do seu setor de atuação, incluindo mudanças nas taxas de juros ou uma desaceleração nos negócios da Companhia ou na economia.

Adicionalmente, qualquer negócio que a Companhia adquira por meio de captação de novas dívidas, como foi o caso do Éxito, pode aumentar a alavancagem da Companhia e causar um ou mais dos efeitos descritos acima.

b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia, ou seu grupo de controle

A Companhia possui acionista controlador que tem capacidade para dirigir seus negócios

De acordo com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, o acionista controlador da Companhia, o Grupo Casino, tem o poder de: (i) nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia que, por sua vez, nomeiam os membros da Diretoria; (ii) determinar o resultado da vasta maioria dos atos que exija aprovação dos acionistas. Os interesses do acionista controlador da Companhia podem prevalecer sobre o dos outros acionistas ou detentores de ações ordinárias.

c) aos acionistas da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não aplicável.

d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais ela poderá ser solidária ou subsidiariamente responsáveis

A Companhia pertence a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, exemplificadamente, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação em outras sociedades operacionais (para mais informações, vide o item 8 deste Formulário de Referência). Dessa forma, parte do resultado da Companhia decorre do resultado dessas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório dessas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

e) aos fornecedores da Companhia

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não seja capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e, consequentemente, seu resultado.

Atualmente, há fornecedores relevantes da Companha envolvidos na Operação Lava Jato, sendo que desdobramentos das investigações e eventuais condenações de tais empresas podem afetar adversamente sua capacidade de fornecimento de produtos para a Companhia e, consequentemente, o nível de vendas de tais produtos pela Companhia a seus clientes.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares

Devido à grande pulverização e terceirização das operações dos seus prestadores de serviço e da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não pode garantir que alguns deles não venham a apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços. Caso quantidade significativa dos seus prestadores de serviço ou fornecedores o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção dos consumidores da Companhia sobre seus produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como no valor das ações ordinárias.

f) aos clientes da Companhia

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o consumo de produtos

Os produtos que a Companhia comercializa em suas lojas podem causar reações adversas a seus consumidores. Incidentes envolvendo tais produtos poderão causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os seus produtos estavam defeituosos, deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado a tais produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, poderá causar a perda de confiança de seus consumidores na segurança, eficácia e qualidade dos produtos comercializados nas suas lojas, especialmente com relação aos produtos de "marcas exclusivas". Qualquer alegação dessa natureza contra uma marca da Companhia e/ou os produtos comercializados nas suas lojas poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

O negócio da Companhia depende de marcas sólidas. Talvez não consiga manter e melhorar suas marcas, ou é possível que receba reclamações dos clientes ou publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas

A Companhia acredita que suas principais marcas Assaí, Éxito, Carulla, Devoto, Disco e Libertad contribuem significativamente para o sucesso de seu negócio. Também acredita que manter e melhorar essas marcas se faz crítico para expandir sua base de clientes, o que também dependerá, em grande parte, de sua capacidade de continuar criando a melhor experiência ao cliente, com base em seus preços competitivos e ao seu amplo sortimento de produtos.

Reclamações do cliente ou publicidade negativa sobre suas ofertas de produtos ou serviços poderiam prejudicar sua reputação e diminuir a confiança do consumidor. A menor solidez de suas marcas e menor reputação poderia afetar adversamente seu negócio, sua condição financeira e seu resultado operacional.

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia enfrenta concorrência significativa e pressão para se adaptar a mudanças nos hábitos de consumo, o que pode afetar negativamente sua participação de mercado e lucro líquido

A Companhia atua nos setores de atacado de autosserviço e de varejo de alimentos, que são altamente competitivos. A Companhia compete em preço, sortimento de produtos, localização e *layout* das lojas e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e a Companhia pode não ser capaz de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. A Companhia enfrenta concorrência intensa de pequenos varejistas, especificamente daqueles que operam no segmento informal da economia. A Companhia também compete com grandes redes nos segmentos de atacado de autosserviço e de varejo. Além disso, nos seus mercados, e particularmente nas áreas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a Companhia concorre com outras redes de alimentos, mercadorias gerais e atacado de autosserviço, bem como supermercados locais e mercearias independentes. No setor de eletrodomésticos, também concorre com grandes redes multinacionais e grandes empresas especializadas. Aquisições ou fusões no setor também poderão aumentar a concorrência e afetar adversamente a participação de mercado e lucro líquido da Companhia.

Se não puder adaptar seu formato de loja ou *layout*, identificar locais e abrir lojas em áreas preferidas, ajustar rapidamente seu sortimento de produtos ou preços relativos a seus *banners* e segmentos ou ajustar de outra forma às mudanças de preferências do consumidor, como compras em dispositivos móveis, seus negócios e resultados de operação poderão ser materialmente e adversamente afetados.

A indústria de atacado de autosserviço e varejista alimentar na América Latina é sensível às reduções do poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis

Historicamente, a indústria de atacado de autosserviço e varejista alimentar brasileira passou por períodos de desaceleração econômica que resultaram em declínio nos gastos do consumidor. O sucesso das operações nos setores de atacado de autosserviço e varejistas de alimentos e de eletrodomésticos depende de vários fatores relacionados com os gastos e renda do consumidor, incluindo as condições gerais do negócio, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, taxas de emprego e níveis salariais. As reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais severas por parte da Companhia e das empresas de cartão de crédito podem afetar negativamente suas vendas.

Condições econômicas desfavoráveis na América Larina, ou condições econômicas desfavoráveis em outras regiões que afetem a economia Colombiana, Uruguaia ou Argentina, podem reduzir os gastos do consumidor e a renda disponível, especialmente nas classes de renda mais baixa, que possuem relativamente menos acesso ao crédito que nas classes de renda mais alta, onde as condições de refinanciamento de dívida tendem a estar mais restritas e com maior suscetibilidade aos aumentos da taxa de desemprego. Tais condições podem causar efeito adverso material sobre a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Devido ao fato de o setor varejista na Colômbia, no Uruguai e na Argentina ser percebido como voltado essencialmente para o crescimento, a Companhia depende da taxa de crescimento da população urbana desses países e seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desaceleração no crescimento poderá afetar adversamente suas vendas e resultado operacional.

O recente surto global de doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) pode atrapalhar as operações da Companhia e ter um impacto negativo nos seus negócios, condição financeira, resultados ou perspectivas operacionais.

Como as compras em atacado de autosserviço e varejo são consideradas um serviço público essencial, as operações comerciais da Companhia não foram afetadas significativamente pelas medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro e pelos governos estaduais e municipais. A Companhia teve um aumento temporário nas vendas em suas lojas, visto que as pessoas estocaram alimentos em casa pela possibilidade de quarentena. Adicionalmente, em abril de 2020 o Governo Federal criou o auxílio emergencial para apoiar os brasileiros a enfrentar a crise ecônomica causada pela pandemia da Covid-19. O auxílio emergencial é destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados que podem usar diretamente o benefício nas lojas de atacado de autosserviço e varejistas. Dessa forma, houve um aumento das vendas atreladas a este benefício a população para a compra de alimentos. A Companhia pode sofrer redução das vendas após o termino dessa ação do governo.

Para promover um ambiente seguro para os clientes e funcionários, a Companhia implementou medidas emergenciais de proteção à saúde em suas lojas e sede da Companhia, contratando funcionários temporários para manter as lojas operacionais e investiram em treinamento adicional, o que causou um aumento no seu custo operacional.

Residentes no Brasil estão sendo incentivados a fazer quarentena por conta própria, a fim de conter a propagação da COVID-19. Isso pode significar que as lojas da Companhia ou de outras empresas fiquem fechadas temporariamente devido à redução da força de trabalho, inclusive por doenças e a pedido do governo ou devido a redução do tráfego de consumidores e hábitos de compra. A Companhia também enfrenta risco na cadeia de fornecimento, como o aumento dos controles e o embargo de mercadorias produzidas em áreas infectadas, além de falhas de terceiros, incluindo fornecedores, fabricantes, contratados, bancos comerciais, parceiros de *joint ventures* e parceiros de negócios externos, no cumprimento de suas obrigações, ou interrupções significativas na capacidade destes parceiros de cumprirem com suas obrigações. A extensão em que o coronavírus e/ou outras doenças afetam a Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e/ou outras doenças e as ações para contê-las e diminuir seus impactos, entre outros. Consequentemente, os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente pelo medo de exposição à incertezas relacionadas ou efeitos reais do COVID-19 ou surto de doença semelhante.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia poderia ser materialmente e adversamente afetada por violações da Lei Anticorrupção brasileira e leis anticorrupção similares

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), introduziu o conceito de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

passividade rigorosa para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais contra a administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis. A Lei Anticorrupção brasileira considera que a efetiva implantação de programas de *compliance* podem mitigar as penalidades administrativas a serem aplicadas em consequência de atos prejudiciais contra a administração pública.

Adicionalmente, a Lei francesa nº 1.691, de dezembro de 2016 ("Lei Sapin II"), refere-se à transparência, à coibição de corrupção e à modernização da atividade econômica, e estipula que as empresas devem estabelecer um programa anticorrupção para identificar e mitigar os riscos de corrupção. Sob a Lei Sapin II, qualquer pessoa física ou jurídica pode ser responsabilizada criminalmente por oferecer uma doação, presente ou recompensa com a intenção de induzir um funcionário público estrangeiro a abusar de sua posição ou influência para obter uma vantagem indevida. A Lei Sapin II é aplicável a empresas pertencentes a um grupo cuja matriz esteja sediada na França e cuja força de trabalho inclua pelo menos 500 funcionários em todo o mundo e, portanto, também é aplicável à Companhia. As principais disposições anticorrupção da Lei Sapin II estão em vigor desde 1º de junho de 2017.

Falhas no cumprimento das leis anticorrupção ou qualquer investigação por má conduta ou ações de fiscalização pode sujeitar a Companhia a multas, perdas de licenças de operação e prejudicar a sua reputação, bem como outras penalidades, as quais podem materialmente e adversamente afetar a Companhia e a sua reputação.

i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

As condições políticas e econômicas dos países em que a Companhia opera podem a afetar adversamente.

Em 2019, o resultado da Companhia contempla o mês de dezembro da operação do Éxito , 7,1% da receita da Companhia era representada por vendas no exterior. A Companhia é vulnerável a crises econômicas internacionais e à redução da renda per capita nos países em que opera, especialmente na Colômbia. Uma redução de consumo nesses mercados pode afetar adversamente as vendas da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos mercados internacionais em que opera, incluindo, principalmente: (i) interferência dos governos locais em políticas econômicas; (ii) taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais; (iii) deterioração das condições econômicas, (iv) inflação e taxas de juros; (v) controle cambial e restrições sobre remessa internacional, incluindo sobre a remessa de dividendos; (vi) regimes e políticas fiscais; (vii) política comercial externa, incluindo tributos e taxas; (viii) liquidez dos mercados de capital, financeiro e de crédito; e (ix) outros riscos políticos, sociais e econômicos que podem afetar os mercados nos quais a Companhia opera.

A ocorrência de qualquer desses fatores, assim como de quaisquer outros fatores que afetem as condições econômicas, políticas e sociais nos mercados em que a Companhia opera podem impedir que a Companhia atinja seus objetivos estratégicos nestes países ou em suas operações internacionais em geral, e podem afetar a Companhia adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

j) às questões socio ambientais

A Companhia está sujeita à leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas podem afetar adversamente a reputação e a posição financeira da Companhia

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente com relação aos seus postos de gasolina. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências e padrões de licenças ambientais para a liberação de esgoto, emissões de gases, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações no ar, solo e água em seus postos de gasolina, bem como descarte e manejo de resíduos em suas lojas e centros de distribuição. O não cumprimento das referidas leis e regulamentos poderá expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar terceiros pelos danos causados. A Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais estritos. Nesse caso, talvez a Companhia seja obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos visando cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar significativamente e adversamente a Companhia.

k) riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, incluindo a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e pressão recessiva sobre a economia brasileira, e qualquer surto no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, podendo afetar adversamente e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em escala global pode afetar o sentimento de mercado e resultar em maior volatilidade no mercado de capitais global e pode ter um efeito recessivo na economia brasileira. Desde dezembro de 2019, uma nova linhagem de coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou na China e em outros países. O surto de COVID-19 obrigou governos de todo o mundo, inclusive no Brasil, a adotar medidas para conter a disseminação da COVID-19 por meio de bloqueios de cidades, restrições de viagens e transporte público, fechamento de lojas e negócios e quarentenas de emergência, entre outras, que causaram rupturas significativas na economia global e nas operações comerciais habituais de uma lista crescente de setores e países. As medidas adotadas para combater o surto de COVID-19 afetaram adversamente e continuarão a afetar adversamente a confiança dos negócios e o sentimento do consumidor, e foram, e talvez continuem sendo, acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiro e de *commodities*, bem como nas bolsas de valores no mundo todo.

No Brasil, refletindo a escala de aversão do investidor ao risco, o mercado acionário desencadeou várias suspensões automáticas, conhecidas como "*circuit breaker*", e o índice Bovespa caiu 36,9% de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, seguindo a tendência dos mercados de ações internacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A disseminação da COVID-19, especialmente se as medidas para coibir a disseminação do vírus persistirem, pode ter implicações macroeconômicas mais amplas, incluindo níveis reduzidos de crescimento econômico e possivelmente uma recessão global, cujos efeitos poderão ser sentidos muito tempo após a contenção da propagação da doença. Devido às incertezas relacionadas à duração dessa nova linhagem do vírus, a Companhia não pode estimar os impactos adicionais que a COVID-19 pode causar no preço e no desempenho dos valores mobiliários de sua emissão. Qualquer mudança relevante nos mercados financeiros brasileiro e internacional ou na economia brasileira como resultado desses eventos ou desenvolvimentos pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O governo brasileiro tem exercido historicamente e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. As condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar adversamente a Companhia e as cotações dos seus valores mobiliários

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e, em algumas situações, fez mudanças significativas na política e regulamentações. Algumas das ações do governo brasileiro para controlar a inflação e influenciar políticas e regulações frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controle de preços, controle cambial e controle de remessa, desvalorizações, controles de capital e limites nas importações. O negócio, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia podem ser afetados negativamente por mudanças políticas e regulatórias de nível federal, estadual ou municipal ou fatores como: (i) instabilidades econômica, política e social; (ii) aumento da taxa de desemprego; (iii) taxas de juros e políticas monetárias (tais como medidas restritivas de consumo que possam afetar a renda da população e medidas governamentais que possam afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil); (iv) aumentos relevantes na inflação ou forte deflação em preços; (v) flutuações da moeda; (vi) controles de importação e exportação; (vii) controle cambial e restrições sobre remessa internacional (como aqueles estabelecidos em 1989 e no começo dos anos 1990); (viii) alterações a leis ou regulamentações de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos; (ix) esforços para implementar reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo a majoração de tributos, de forma geral e especificamente sobre dividendos); (x) escassez e racionamentos de energia e água; (xi) liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos; (xii) outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a possibilidade de o governo implantar mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores geram incertezas na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e de títulos e dos valores mobiliários emitidos no estrangeiro por sociedades brasileiras. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades comerciais da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais e também podem afetar adversamente o preço de negociação dos seus valores mobiliários.

Tais fatores são consolidados na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com um crescimento fraco do produto interno bruto ("PIB") em 2017, 2018 e 2019. As taxas de crescimento (retração) real do PIB do Brasil desde 2017 foram de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

1,1% em 2019, 1,1% em 2018 e 1,0% em 2017.

Os resultados das operações e condições financeiras da Companhia foram e continuarão a ser afetados pelo enfraquecimento do PIB brasileiro. Desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o uso de produtos e serviços da Companhia, que pode ter efeito adverso no preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios, resultados das operações e o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para um declínio da confiança do mercado na economia brasileira, bem como para um ambiente político em deterioração. Apesar da lenta recuperação econômica e da ainda alta vulnerabilidade fiscal, vários fundamentos macroeconômicos brasileiros melhoraram desde 2017. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a conquista de taxas de juros historicamente baixas.

As perspectivas econômicas para 2020 continuam a enfrentar incertezas significativas. A economia brasileira deve continuar se recuperando a um ritmo moderado. De acordo com o Relatório Focus de 21 de setembro de 2020, a previsão média do mercado atualmente prevê que a taxa de crescimento do PIB irá reduzir de 1,1% em 2019 para uma detração de aproximadamente 5,0% em 2020.

Além disso, o Brasil tem sofrido com alta volatilidade, devido às incertezas geradas por várias investigações em andamento sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal, incluindo a "Operação Lava Jato".

Essas investigações afetaram adversamente o cenário político e econômico brasileiro. Os efeitos da Operação Lava Jato e de outras investigações sobre corrupção geraram um impacto adverso na imagem e na reputação das companhias envolvidas, bem como na percepção geral de mercado acerca da economia, do ambiente político e do mercado de capitais do Brasil. A Companhia não possui controle e não pode prever se investigações em curso ou quaisquer denúncias resultarão em maior instabilidade política e econômica, ou, ainda, se novas acusações contra membros do governo e/ou companhias surgirão no futuro.

Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente do Brasil. Incertezas relacionadas à adoção, pelo novo governo, de mudanças em políticas monetárias, tributárias e previdenciária, bem como de mudanças na legislação, podem contribuir para uma instabilidade econômica. Tais incertezas, bem como outras medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, incluindo em relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia. Além disso, a incerteza sobre se o atual governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil.

Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar adversamente o valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Brasil, nos últimos anos, apresentou altas taxas de inflação, com os índices de 7,31% em 2019, 7,54% em 2018, 0,53% em 2017 e 7,19% em 2016, conforme medições pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). Inflação e certas medidas tomadas pelo governo brasileiro para reduzi-la, bem como a especulação sobre medidas a serem adotadas pelo governo brasileiro, podem apresentar efeitos negativos significantes na economia brasileira.

O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, restringiram e poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central e a redução das taxas de juros desencadearam e poderão desencadear aumentos na inflação e, consequentemente, aumento na volatilidade e necessidade repentina e significativa de aumento na taxa de juros, que podem afetar negativamente o negócio e aumentar os pagamentos sobre o endividamento da Companhia. Adicionalmente, há a possibilidade da Companhia não conseguir reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos.

Além disso, as quedas na taxa de juros podem afetar sua capacidade de manter margens de juros cobradas nas vendas a prazo, o que poderia ter efeito negativo sobre a receita operacional líquida. Medidas do governo brasileiro para combater a inflação que aumentam a taxa de juros podem ter efeito adverso, considerando que o endividamento da Companhia é indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancários ("CDI"). Pressões inflacionárias podem reduzir a capacidade da empresa de acessar o mercado financeiro externo ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem ser prejudiciais para a Companhia ou afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Qualquer deterioração na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia

Avaliações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos em futuras emissões de dívida nos mercados financeiros. Agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas notas de crédito soberano, as quais são baseadas em diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, medidas de endividamento e perspectiva de mudanças destes fatores.

Em janeiro de 2018, a Standard & Poor´s ("S&P") reduziu a nota de crédito do Brasil para BB-menos com perspectiva estável em luz das dúvidas sobre a eleição presidencial de 2018 e dos esforços para reforma da previdência. Em dezembro de 2019, a S&P revisou de estável para positiva a perspectiva do rating do Brasil, em função de medidas de consolidação fiscal realizadas pelo governo que têm ajudado a reduzir o ainda alto déficit do país e a nota de crédito de BB- foi mantida.

A agência Fitch também rebaixou a nota de crédito do Brasil para BB-menos em fevereiro de 2018, com perspectiva estável em razão dos déficits fiscais e pelo peso da dívida do governo brasileiro. Em maio de 2020, houve revisão da perspectiva, que passou de estável para negativa, devido a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país e riscos negativos relacionados à incerteza política quanto à duração e intensidade da pandemia do coronavírus. As

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

revisões das notas das agências S&P e Fitch para BB- em anos anteriores, afetaram negativamente os preços de negociação de títulos de dívida e de equity de emissores brasileiros.

Quaisquer rebaixamentos adicionais das notas de crédito soberano do Brasil poderão elevar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia

A moeda brasileira tem historicamente apresentado frequente e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Em 2017, o real depreciou frente ao dólar norte-americano, atingindo R$ 3,308 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018, o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte- americano, em comparação a 2017, atingindo R$ 3,875 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. Em 2019, novamente o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano, em comparação com 2018, atingindo R$4,0301 para US$1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em 1º de setembro de 2020, o câmbio entre o real e o dólar norte-americano era de R$5,3732 para US$1,00. Não há como assegurar que o real não irá depreciar ainda mais frente ao dólar norte-americano.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumento das taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros e estimula a intervenção governamental, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também causou, inclusive no contexto do abrandamento econômico, diminuição das despesas do consumidor, pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. A depreciação também poderá reduzir o valor em moedas estrangeiras das distribuições e dividendos e o equivalente em tais moedas do valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode ser material e adversamente afetada pelas variações de taxa de câmbio, inclusive as relativas à conversão entre real e o dólar norte-americano.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de oscilações. Risco de mercado significa a perda potencial decorrente de oscilações negativas nas taxas de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

a) Risco de taxa de juros

Atualmente, a Companhia mantém grande parte de suas reservas de caixa aplicada a taxas correlacionadas ao CDI, as quais em sua grande maioria possuem liquidez diária, e sobre esta aplicação aufere receitas de juros, que variam em função do CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha R$ 1,8 bilhão em aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia também se utiliza de empréstimos bancários para atender às suas necessidades financeiras, os quais originalmente são contratados em dólar e com *swaps* para obrigações em reais, que são remuneradas com base no CDI.

A tabela abaixo fornece informações sobre seus instrumentos significativamente sensíveis à taxa de juros. Para a dívida de taxa de juros variável, a taxa apresentada é a taxa média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2019.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Prevista									
	31 de dezembro de 2019									
	2020	2021	2022	2023	2024	Posteriormente	Total	Custo de Financiamento	Valor Justo	Taxa de Juros Média Anual
	(em R$ milhões)									
Ativos										
Caixa e Bancos – Brasil (1)	67	-	-	-	-	-	67	-	67	
Equivalentes de Caixa denominados em real	1.810	-	-	-	-	-	1.810	-	1.810	87,71% of CDI
Caixa e Bancos – Exterior (1)	3.024	-	-	-	-	-	3.024		3.024	
Equivalentes de Caixa – Exterior	125	-	-	-	-	-	125	-	125	
Total de Caixa e disponibilidades	5.026	-	-	-	-	-	5.026	-	5.026	
Passivos										
Empréstimos e Financiamentos										
Taxa flutuante denominada em pesos	278	21	16	-	-	-	315	(10)	304	(IBR 3M+2%)
Taxa flutuante denominada em *reais*	14	11	11	511	11	16	573	(3)	570	(124,75% of CDI) + (TR + 9,98%a.a.)
Taxa flutuante denominada em reais	7	7	7	1	-	-	22	-	22	(4,01%a.a.)
Total de empréstimos e financiamentos	299	39	34	512	11	16	910	(13)	897	
Taxa flutuante de debentures, denominada em reais	**1.190**	**2.051**	**2.051**	**2.258**	**206**	**206**	**7.963**	**(79)**	**7.883**	
Total dos Passivos	**1.489**	**2.090**	**2.085**	**2.770**	**217**	**222**	**8.873**	**(92)**	**8.781**	

(1) Caixa e bancos incluem as unidades do Grupo Éxito na Argentina, no Uruguai e na Colômbia, no valor de R$73 milhões, R$254 milhões e R$2.698 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as informações históricas acerca das taxas de juros relevantes para os instrumentos de financiamento da Companhia nos últimos três anos.

	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
CDI(1)	4,4%	6,4%	6,9%

(1) Taxa anualizada relativa ao final de cada período.

A tabela abaixo fornece informações sobre a dívida da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2019.

	Data de Vencimento Prevista							
	2020	2021	2022	2023	2024	Posteriormente	Total	Valor Justo
	(Em R$ milhões)							
Empréstimos e financiamentos								
Pessos Colombianos	278	21	16	-	-	-	315	305

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Reais	21	18	18	512	11	16	595	592
Total de empréstimos e financiamentos	**299**	**39**	**34**	**512**	**11**	**16**	**910**	**897**
Debêntures e notas promissórias								
Reais	1,190	2,051	2,051	2,258	206	206	7,963	7,883
Total de Debêntures	**1,190**	**2,051**	**2,051**	**2,258**	**206**	**206**	**7,963**	**7,883**

A exposição da Companhia em dívidas em dólar era de R$0 em 31 de dezembro de 2019 (R$655 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$331 milhões em 31 de dezembro de 2017). Sua utilização de instrumentos financeiros de derivativos está limitada substancialmente ao uso dos contratos de *swap* de moeda cruzada para mitigar os riscos cambiais. Os contratos de *swap* de moeda estrangeira permitem que a dívida de taxa fixa de curto e longo prazo denominada em dólar norte-americano e euros seja trocada por dívida de taxa flutuante denominada em real, com base na variação da taxa de CDI. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida originalmente denominada em dólares norte-americanos era de R$0 (R$655 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$331 milhões em 31 de dezembro de 2017), a qual estava coberta pelos *swaps* da taxa flutuante em reais, baseada na taxa de CDI, e foi tratada em uma base combinada como se esses empréstimos fossem originalmente em reais acrescidos de CDI. Além disso, os contratos de *swap* não estabelecem alienação fiduciária.

Abaixo, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade relacionada às taxas de juros às quais está exposta, sendo que, no cenário provável "(I)" não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, conforme determinado pela CVM, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco até um ano:

			Projeções de mercado		
Transações	**Risco (Aumento do CDI)**	**Saldo em 31/12/2019**	**Cenário (I)**	**Cenário (II)**	**Cenário (III)**
Empréstimos e financiamentos					
Contrato de *swap* de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,88% do CDI	(73)	(211)	(214)	(218)
Debêntures		(7.962)	(8.349)	(8.446)	(8.542)
Efeito líquido (perda) total		(8.035)	(8.560)	(8.660)	(8.760)
Equivalentes de caixa	87,71%	1.809	1.888	1.869	1.849
Exposição líquida ganho (perda):		(6.226)	(6.672)	(6.791)	(6.911)
Efeito líquido ganho (perda):			(446)	(565)	(685)

b) Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

taxa de juros locais. Vide item 4.2 (a) acima.

O Grupo Éxito, utiliza derivativos como proteção ´para variação cambial sobre importações.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, o que pode comprometer a liquidez da Companhia.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

- **Contas a receber**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

O quadro abaixo resume as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia nos últimos três exercícios.

	Controladora			Consolidado
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2019**
No início do exercício	**(4)**	(1)	(2)	**(4)**
Perdas/reversão registrada no exercício	**(1)**	(3)	1	**-**
Combinação de negócios	**-**	-	-	**(28)**
No fim do exercício	**(5)**	(4)	(1)	**(32)**

d) Risco de liquidez

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	51	683	31	**765**
Debêntures	1.472	7.630	312	**9.414**
Instrumentos financeiros derivativos	(3)	(11)	(3)	**(17)**
Passivo de arrendamento	109	518	1.258	**1.885**
Fornecedores	4.562	-	-	**4.562**
Total	**6.191**	**8.820**	**1.598**	**16.609**

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	342	735	31	**1.108**
Debêntures	1.472	7.630	312	**9.414**
Instrumentos financeiros derivativos	6	(11)	(3)	**(8)**
Passivo de arrendamento	404	1.323	2.024	**3.751**
Fornecedores	9.770	-	-	**9.770**
Total	**11.994**	**9.677**	**2.364**	**24.035**

Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigado a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava envolvida em processos administrativos e ações judiciais decorrentes do curso normal de seus negócios, de natureza cível, regulatória, consumidor, imobiliária, trabalhista e tributária. Não é possível estimar o valor de todos os custos potenciais a serem incorridos ou das multas a serem impostas, os quais poderão superar os valores provisionados pela Companhia.

(i) Processos cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de natureza cível, regulatória, consumidor e imobiliária, que envolvem pedidos de indenização, revisão de aluguéis, pagamento de multas, entre outros e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$53 milhões (R$36 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$33 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos cíveis (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujos montantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R$100 milhões.

Não havia, em 31 de dezembro de 2019, ação judicial de natureza cível que, individualmente, fosse relevante para os negócios da Companhia e/ou os negócios das controladas da Companhia.

(ii) Processos previdenciários e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos previdenciários e trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha uma provisão de R$ 75 milhões para contingências trabalhistas (R$ 53 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$52 milhões em 31 de dezembro de 2017). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos externos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Não havia, em 31 de dezembro de 2019, ação judicial de natureza previdenciária e trabalhista que, individualmente, fosse relevante para os negócios da Companhia e/ou os negócios das controladas da Companhia.

(iii) Processos tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha uma provisão tributária no montante de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

R$221 milhões referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável (R$ 147 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$199 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos administrativos e judiciais de natureza tributária (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujos montantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R$100 milhões.

Processo nº 16561.720117/2013-11 MPF nº 08.1.85.00-2012-00264-9	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	15/10/2013
d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista S.A (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 157.065.722,23
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Decisão de 1ª Instância parcialmente procedente. Decisão de 2º instância favorável ao contribuinte. Recurso Especial da Fazenda provido por voto de qualidade. Rejeitado os Embargos de Declaração opostos em face da decisão que deu provimento ao Recurso Especial da Fazenda. Tendo em vista que não foi julgado o tema relacionado à multa qualificada, os autos retornaram ao carf para julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 82.889.101,65 (ii) Remota: R$ 74.176.620,58
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 15563.720274/2015-13	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	18/12/2015

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. partes no processo	Sendas Distribuidora S/A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 228.489.484,75
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Apresentada impugnação. Decisão de 1ª Instância desfavorável. Decisão de 2ª instância parcialmente favorável, aguardando julgamento dos embargos de declaração.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 228.489.484,75
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 15563.720275/2015-50	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil
c. data de instauração	18/12/2015
d. partes no processo	Sendas Distribuidora S/A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 260.101.386,12
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de PIS/COFINS relativa à Glosa de diversos créditos. Decisão de 1ª e 2ª Instância parcialmente favorável. Aguardando julgamento do recurso especial de ambas as partes.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 260.101.386,12

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisão) provisionado (se houver	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 15563.720020/2018-30	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	01/03/2018
d. partes no processo	Sendas Distribuidora (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 179.571.213,19
f. principais fatos	Auto de infração visando a glosa de créditos diversos de PIS/COFINS. Decisões de 1ª e 2ª instancia parcialmente procedente, aguardando julgamento de recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 179.571.213,19
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisão) provisionado (se houver	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 19311.720308/2015-84	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil
c. data de instauração	17/12/2015
d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista S.A (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 142.939.985,01

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Discussão relativa à multa por descumprimento de obrigação acessória (EFD). Decisão de 1ª e 2ª instância, parcialmente procedente. Aguardando julgamento do recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 142.939.985,01
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 40858121	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	12/12/2016
d. partes no processo	Barcelona Comércio Varejista e Atacadista (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 286.169.314,70
f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute crédito indevido de ICMS em razão de suposto inidoneidade do fornecedor. Decisão de 1ª instância desfavorável, aguardando julgamento do recurso administrativo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 262.246.890,34 (ii) Remota: R$ 23.922.424,36
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Não há provisão para os processos descritos neste item 4.3 como individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral não sigiloso em que a Companhia ou suas controladas eram parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia nenhum processo sigiloso relevante envolvendo a Companhia ou suas controladas.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Conforme já descrito no capítulo 4.3, a Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, não sigilosos e relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia indica abaixo informações sobre processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto, de acordo com a natureza, dos quais a Companhia e suas controladas são partes:

(i) Processos cíveis

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível, regulatória, consumerista e imobiliária e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se os seguintes:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. Nesses processos o juiz determina um valor provisório do aluguel, que é pago pelas lojas até que o valor final seja definido. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para esses processos era de R$28 milhões (R$28 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$25 milhões em 31 de dezembro de 2017).

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), INMETRO e Prefeituras e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha provisões para esses processos no valor de R$8 milhões (R$8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$8 milhões em 31 de dezembro de 2017).

- O Grupo Éxito é parte em ações cíveis relativas a discussões de contratos de aluguel, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019, o valor em discussão nesses processos era de R$17 milhões.

O total dos valores provisionados para as demandas cíveis em 31 de dezembro de 2019, incluindo para as demandas mencionadas acima, é de R$53 milhões (R$36 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$33 milhões em 31 de dezembro de 2017).

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(ii) Processos trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha uma provisão total no montante de R$75 milhões para contingências trabalhistas (R$53 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$ 52 milhões em 31 de dezembro de 2017). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos externos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

(iii) Processos tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 para esses assuntos é de R$221 milhões (R$147 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$199 milhões em 31 de dezembro de 2017).

A controlada Éxito e suas subsidiárias discutem temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R$77 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivos contingentes não provisionados

A Companhia e sua controlada possuem outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R$2.406 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$2.077 milhões em 31 de dezembro de 2017), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R$457 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$440 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$447 milhões em 31 de dezembro de 2017).

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

COFINS, PIS – A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R$666 milhões de 31 de dezembro de 2019 (R$667 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$473 milhões em 31 de dezembro de 2017).

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R$1.157 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$1.195 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 1.056 milhões em 31 de dezembro de 2017), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R$13 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$27 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$31 milhões em 31 de dezembro de 2017) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS – A Companhia foi autuada pela incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R$21 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$20 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$6 milhões em 31 de dezembro de 2017). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentre outros, totalizando R$20 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$56 milhões em 31 de dezembro de 2018, R$64 milhões em 31 de dezembro de 2017).

A controlada Éxito e suas subsidiárias possuem um montante de R$72 milhões de processos com probabilidade de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2019, em sua maioria relacionados a temas tributários.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é uma emissora nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Gestão de Riscos Corporativos da sua atual controladora, que já considera as especificidades de cada Unidade de Negócio, a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), que foi aprovada pelo Conselho de Administração da CBD em 19 de fevereiro de 2018, tendo sido alterada pela última vez em 06 de fevereiro de 2020 ("Política de Gestão de Riscos").

A Companhia pretende dar continuidade a estas políticas, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos da CBD tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da CBD e suas controladas, incluindo a Companhia. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos da CBD, os principais riscos que se busca proteção são:

a) Estratégicos: Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da CBD. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.

b) Operacionais: Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.

c) Compliance: Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.

d) Tecnologia da Informação (TI): Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da CBD que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da CBD.

O processo de gestão de riscos corporativos da CBD e, consequentemente, da Companhia, é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio da CBD. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da CBD e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este "estabelecimento do contexto" é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da CBD, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na CBD e em suas controladas é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da CBD e de cada uma de suas controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da CBD. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

(a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da CBD;

(b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;

(c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;

(d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Gestão de Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO de cada unidade de negócio e para o Comitê de Auditoria da CBD. Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos da CBD, bem como de treinamentos sobre Código de ética, compliance e boas práticas de gestão na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados aos donos dos riscos, bem como aos principais fóruns de gestão da CBD, como o Comitê Executivo da CBD, o Comitê de Auditoria da CBD e o Conselho de Administração da CBD.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador indireto, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da CBD.

A estrutura de governança em riscos da CBD e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração da CBD:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;

- Estabelecer através da capacidade e tolerância da CBD os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos ("Apetite a Riscos");

- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;

- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;

- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;

- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna da CBD para o desempenho das suas funções;

- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria da CBD:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da CBD;

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da CBD;

- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da CBD;

- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração da CBD;

- Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da CBD;

- Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração da CBD sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;

- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;

- Avaliar, aprovar e recomendar à Administração da CBD a correção ou aprimoramento das políticas internas da CBD;

- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da CBD;

- Recomendar ao CA da CBD a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.

(c) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da CBD:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da CBD;

- Assessorar o Conselho de Administração da CBD na aplicação da metodologia de gestão de riscos na CBD;

- Apoiar o Conselho de Administração da CBD na definição do Apetite de

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Risco e na definição dos riscos prioritários da CBD;

- Apoiar a CBD na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;

- Assessorar o Comitê de Auditoria da CBD e o Conselho de Administração da CBD sobre os níveis de exposições dos riscos;

- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na CBD; e

- Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da CBD sob decisão do Conselho de Administração da CBD.

(d) Diretoria Executiva (DIREX):

- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;

- Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração da CBD para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;

- Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;

- Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.

- Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;

- Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;

- Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos da CBD; e

- Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

(e) Diretoria de Gestão de Riscos da CBD:

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de toda a CBD (incluindo suas controladas);

- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na CBD cobrindo todas as unidades de negócio;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;

- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição dos riscos;

- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e

- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

(f) Dono do risco: É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;

- Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;

- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs; e

- Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.

(g) Facilitador/Responsável: É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;

- Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;

- Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e

- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.

(h) Auditoria Interna da CBD:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da CBD;

- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;

- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores-chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e

- Reportar periodicamente ao COAUD da CBD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.

(i) Colaboradores:

- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e

- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos, Ética, Compliance e Boas práticas de Gestão.

(j) Auditoria Externa de CBD: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras da CBD, reportando à CBD as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Controles Internos e Gestão de Riscos da CBD revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantêm uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna da CBD nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração da CBD deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos da CBD.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Aplicação, Captação e Câmbio da sua controladora CBD, que já considera as especificidades de cada Unidade de Negócio, e define as principais estratégias a serem adotadas pelo grupo para mitigar os riscos de mercado. Essa política foi criada em 07 de agosto de 2006 e vem sendo revisada anualmente no contexto da estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da CBD.

A Companhia pretende dar continuidade a estas políticas, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A administração da Companhia desenvolve estratégias e desenvolve controles internos de forma a minimizar os riscos elencados no item 4.2 do Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de *swap* em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Contratos de *swap ou forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas juros, de câmbio, risco de crédito e de liquidez.

Risco de taxa de juros
A Companhia e sua controlada obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e sua controlada estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

Risco da taxa de câmbio
O Grupo Éxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações. As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps , que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

Risco de crédito
- Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

- Contas a receber

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança. Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas. O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez
A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro apresentado no item 4.2 do Formulário de Referência resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração da CBD é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto cada Diretoria das Unidades de Negócio é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio da CBD, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças da CBD supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento de tal política.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio para fins de sua controladora CBD.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, para fins de atendimento a sua controladora CBD, mantém as principais práticas de controles internos a seguir apresentada. A Companhia pretende dar continuidade as práticas condizentes com sua estrutura organizacional e de sistemas de controles internos no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia, atualmente, possui diversas práticas de controles internos, como a condução de treinamentos para colaboradores acerca das principais normas de *Compliance* da Companhia, o desenvolvimento de planos de ação junto às áreas de negócios da Companhia para mitigar potenciais riscos reputacionais e perdas financeiras relevantes futuras, a avaliação periódica dos principais riscos relacionados ao ambiente tecnológico e aos processos operacionais da Companhia, dentre outros, sendo que cada uma dessas práticas está sob responsabilidade primária de uma das áreas de controle da Companhia, conforme descritas no item 5.3(b) abaixo.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

(a) Diretoria de Gestão de Riscos da CBD, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos junto aos administradores e diretores;

(b) Área de *Compliance* para promover a cultura da ética, integridade com base nas melhores práticas de mercado visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de Compliance existentes e desenvolvendo planos de ação junto das áreas de negócio responsáveis, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc).;

(c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;

(d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;

(e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos; e

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(f) Auditoria interna da CBD que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

A área de Controles Internos é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley ("SOx") para atender sua controladora CBD, sendo esta gerida pela Diretoria Administrativo Financeira da Companhia. A área de *Compliance* da Companhia também reporta à Diretoria Administrativa Financeira.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso, emitido em 2013, para desenhar e testar os controles para fins de SOx para atender sua controladora CBD.

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria da CBD acompanhar as atividades da auditoria interna da CBD e da área de controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna da CBD, que se reporta ao Comitê de Auditoria da CBD, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano atual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da CBD, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria da CBD e reportado ao Conselho de Administração da CBD.

A Diretoria de Gestão de Riscos da CBD, com o assessoramento da área interna da Companhia responsável por questões de *compliance*, controles internos e segurança da informação revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna da CBD.

A Administração da CBD contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório de deficiências preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia (EY), relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas melhorias e deficiências, sendo que apenas 2 (duas) foram classificadas como significativas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

As deficiências classificadas como significativas foram relacionadas (i) ao controle de monitoramento de componentes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (informações financeiras da Éxito); e (ii) aos controles relacionados ao processo de combinação de negócios com a Éxito.

Em relação ao ponto (i) acima, o auditor independente esclareceu que, embora não tenham sido detectadas distorções que pudessem impactas de maneira significativa as demonstrações financeiras da Éxito, o desenho de controle da Companhia deve ser aprimorado para incorporar outras práticas de revisão mais detalhada do balanço patrimonial e da demonstração de resultado da Éxito.

Em relação ao ponto (ii), os auditores observaram que a combinação de negócios da Companhia e da Éxito, encerrado em novembro de 2019, não foi precedido de um processo completo de confirmação da eficácia operacional dos controles desenhados para (a) assegurar que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram adequadamente identificados e integralmente avaliados ao seu valor justo na data da aquisição,incluindo a avaliação da adequação do escopo e dos resultados dos trabalhos da empresa especializada contratada pela Companhia e (b) mitigar os riscos envolvidos no processo, tais como eventuais erros nas premissas relevantes utilizadas nas projeções financeiras, base para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de Éxito.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiência no controle de monitoramento de componentes das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

A aquisição do controle societário de Éxito foi concretizado em novembro de 2019, tendo sido agregados os resultados do mês de dezembro de 2019, bem como os saldos das demonstrações financeiras daquela empresa nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Desde a referida aquisição, a Administração implantou uma série de procedimentos para aprimorar os seus controles internos e tem acompanhado à miúde os resultados apresentados por dito investimento. Por fim, a Administração debateu com seus auditores externos e o controle de monitoramento passará por aprimoramentos com vistas a atender as melhorias indicadas por seus auditores externos, situação que está sendo conduzida no ano de 2020.

Deficiência nos controles relacionados ao processo de combinação de negócios

Para todos aqueles ativos e passivos de Éxito que já haviam sido adequadamente identificados e avaliados entre a data de aquisição do investimento e a data da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, decorrente do trabalho em curso realizado pela empresa especializada contratada, as alocações do preço de compra foram devidamente feitas na ocasião do fechamento de 31 de dezembro de 2019.

O trabalho continuou sendo realizado posteriormente, pela empresa especializada, porque a aquisição representou a assunção de negócios e diferentes ativos localizados em três países, inclusive diversos ativos imobiliários, dentre outros atrelados à dita aquisição, que requerem, por

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

sua natureza, tempo para serem adequadamente avaliados e precificados. O trabalho foi concluído em setembro de 2020 e as demonstrações financeiras foram reapresentadas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Atualmente, a Companhia segue os códigos e políticas de sua controladora, a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). A CBD possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração da CBD, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva, ambos da CBD. A Companhia pretende dar continuidade a estas políticas, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia adota as seguintes práticas para fins de atendimento dos principais mecanismos e procedimentos da sua controladora CBD:

a. Código de Ética, com as principais diretrizes, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;

b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Análise de Risco de Terceiros; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; Atendimento a Fiscalização e Tratamento de Documentos Oficiais;

c. Comitê de Ética Corporativo, composto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças da CBD e pelos presidentes das Unidades de Negócios;

d. Comitês de Ética das Unidades de Negócios, composto pelo presidente da respectiva Unidade de Negócio e seus subordinados;

e. Área de Compliance da CBD dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte ao Diretor Presidente da CBD;

f. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;

5.4 - Programa de Integridade

g. Canal de Ouvidoria da CBD, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração por áreas específicas; e

h. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A CBD realiza, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da CBD que abrangem a Companhia, quando aplicável, são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;

b. Comitê de Ética Corporativo e Comitês de Ética das Unidades de Negócios: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação os Comitês de Ética podem contar com a contribuição eventual da Ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;

c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte ao Diretor Presidente da CBD;

d. Ouvidoria: área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reporta, periodicamente, os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da CBD;

e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria da CBD; e

5.4 - Programa de Integridade

f. Auditoria Interna da CBD: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Diretor Presidente da CBD.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da CBD, que também abrange a Companhia, se aplica a administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A última versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração da CBD em 06 de fevereiro de 2020. O Código de Ética e a Política Anticorrupção da CBD podem ser acessados em https://www.assai.com.br/sites/default/files/CodigoEtica_GPA.pdf.

A alta administração e os colaboradores são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos sobre Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia, são uma constante dentro da Companhia. Eles ocorrem desde a admissão dos colaboradores, ou seja, em seu treinamento de integração à Companhia já são transmitidos estes conteúdos e em outros momentos. Seja para o público de administradores ou demais empregados, oferecemos, de forma recorrente, todos os anos, programas específicos sobre o tema de Ética e Compliance, como Faça Certo do Jeito Certo, Games de Ética, Segurança da Informação e Vazamento da Informação, palestras sobre Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, trilhas online sobre Conflito de Interesses, Cumprimento de Regras e Procedimentos internos. Sobre os temas "Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia, em 2019, foram mais de 127 mil horas de treinamento, com mais de 18 mil participações e, em 2020, a Companhia já soma 105 mil horas e 30 mil participações.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares da CBD estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

5.4 - Programa de Integridade

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A CBD possui canal de denúncias que abrange a Companhia, sob a responsabilidade da Ouvidoria, área com reporte ao Comitê de Ética da CBD. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das ocorrências nos canais dedicados para cada Unidade de Negócio, bem como distribuição, para as Áreas Apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da CBD, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A CBD possui um procedimento de auditoria (*due diligence*), abrangente à Companhia, que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiarias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme respostas acima.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos da CBD que a ela se aplica.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	18/12/2003
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/12/2020

6.3 - Breve Histórico

A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 2016, em São Paulo. No entanto, a história da Companhia remonta a 1974, com a inauguração pelo seu fundador, da primeira loja Assaí Atacadista, com foco no abastecimento do pequeno transformador.

Em 2007, a Companhia foi parcialmente adquirida pela CBD, uma empresa do Grupo Casino, sendo que, em 2011, a CBD comprou a parcela remanescente da Companhia, passando a deter a totalidade do capital dessa sociedade.

Em 2016, a CBD promoveu uma reorganização de ativos com o objetivo de concentrar os negócios da bandeira Assaí na Companhia e os negócios de multivarejo na CBD, por meio das seguintes operações: (i) cisão parcial da Companhia com versão dos ativos e passivos da Companhia ligados às lojas do multivarejo para a CBD; (ii) incorporação da Barcelona Comércio Atacadista e Varejista S.A.; e (iii) incorporação da Xantocarpa Participações Ltda.. Com essas incorporações, todas as lojas com o modelo de venda de atacado de autosserviço (*cash & carry*) foram transferidas para a Companhia.

Em julho de 2017 a Companhia lançou o cartão Passaí, através da *joint venture* com o Banco Itaú e passou a ofertar serviços financeiros em todas as suas lojas. O cartão tem se mostrado cada vez mais relevante para os nossos clientes e para a Companhia. Com uma carteira superior à 1 milhão de cartões e representando 5% das vendas, tem uma proposta de valor que permite o cliente pagar preço de atacado comprando apenas 1 item, reforçando o posicionamento de entregar vantagem e economia aos seus clientes.

Além do cartão Passaí, o cliente também encontra seguros, assistências e crédito pessoal que reforçam a intenção da Companhia de criar soluções que atendam as diferentes necessidades e perfis de clientes.

Em 2020, a Companhia lançou a Maquininha Passaí com foco no atendimento presencial (venda e pós-venda) aliada ao programa de *cashback* com 10% da taxa sendo revertida em compras na própria loja, que vem se mostrando bem assertiva diante do avanço do mercado informal e do empreenderorismo individual. A Companhia está preparando seus PDVs para aceitação do PIX (novo sistema de pagamento do Banco Central e que entrará em funcionamento em Novembro de 2020) e fechou parceria com as principais carteiras digitais, trazendo inovação para o mercado de *Cash and Carry* (Pagamento via *QR code*) e ainda mais vantagens através do cashback oferecido ao final da compra. Em um mercado em constante transformação e com base de clientes cada vez maior, a Companhia tem espaço para continuar desenvolvendo novos produtos e serviços financeiros que sejam aderentes às necessidades de seus clientes e que contribuam de forma recorrente para o seu resultado. Em 24 de julho de 2019, o Conselho de Administração da CBD, então controlador da Companhia, recomendou à Companhia a aprovar o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito" e "OPA Éxito", respectivamente), sociedade de capital aberto localizada na Colômbia, operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia no mercado de shopping centers, sob a marca Viva.

6.3 - Breve Histórico

A OPA Éxito foi lançada em outubro de 2019 e, em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital do Éxito aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Companhia de valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019). A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019 e foi parcialmente paga com os recursos obtidos pela Companhia na sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

Em 9 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da CBD autorizou o início de estudo para segregação da unidade de *cash and carry* de CBD por meio de uma operação de cisão parcial da CBD e da Companhia, as quais foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias da Companhia e da CBD, realizadas em 31 de dezembro de 2020.

As ações de emissão da Companhia detidas pela CBD serão distribuídas aos acionistas de CBD, na razão de uma ação de emissão de Sendas para cada uma ação de emissão de GPA. A referida distribuição ocorrerá após a obtenção, pela Companhia, da listagem de suas ações no Novo Mercado, da B3, juntamente com a listagem de ADRs, representando ações de emissão da Companhia, na New York Stock Exchange, conforme data de corte e procedimentos a serem acordados com a B3 e com a New York Stock Exchange.

Para mais informações acerca das cisões, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era objeto de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Outras Informações Relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia atua no Brasil sob a bandeira "Assaí" e atualmente é o segundo maior player no segmento de atacado de autosserviço (ou "*cash and carry*"), com uma participação de mercado de aproximadamente 28,5% em 2019 de acordo com levantamento realizado pela Nielsen. Esse resultado decorre da forte aderência do formato à atual demanda de consumo, bem como o robusto processo de abertura de novas lojas, com evolução contínua de faturamento bruto - R$ 20.216 milhões em 2017, R$ 25.092 milhões em 2018 e R$ 32.992 milhões em 2019.

A bandeira passou de 92 lojas em 2015 para 166 lojas ao final de 2019 – com presença em 20 estados e no Distrito Federal e uma infraestrutura logística apoiada por 9 centros de distribuição.

O Assaí apresentou no último ano um crescimento total de vendas de 21,9%, acréscimo de aproximadamente R$ 5,5 bilhões no ano, sendo 6,3% 'mesmas lojas', comparado com o crescimento observado em 2018 de 8,3%. Adicionalmente, os níveis de produtividade de vendas por m2, atingiram aproximadamente R$ 4.100 em 2019.

Em 2019 o Assaí realizou cerca de 169 milhões de operações em lojas, ou seja, um incremento de quase 24 milhões de *ticket*s, representando um crescimento de 16% em relação a 2018.

A forte aceleração da sua expansão nos últimos dois anos, com uma abertura total de 40 lojas, que representa aproximadamente 580 mil m2 de área construída, sendo 22 lojas em 2019, recorde de inaugurações em um único ano, além do crescimento de 20% da área de vendas, reforçando a estratégia de consolidar sua presença nacional.

O Assaí atua no atacado de autosserviço (ou "*cash and carry"*) no Brasil há mais de 45 anos e tem como foco a comercialização de produtos que atendam às necessidades de abastecimento de clientes pessoa física e pessoa jurídica, como transformadores de alimentos preparados (incluindo restaurantes, pizzarias e lanchonetes), utilizadores (como academias, clubes esportivos, condomínios, escolas, instituições religiosas e hotéis), revendedores (como mercearias, minimercados e padarias) e consumidores finais. O formato oferece em geral, mas não se limitando, mais de 8.000 itens de mercearia, alimentos, perecíveis, bebidas, itens de bazar, embalagens, produtos de higiene e limpeza. Tais atividades são exercidas tanto em estabelecimentos físicos como por meio de um canal de televenda.

Desde de 2011, o padrão de loja da expansão do Assaí tem sofrido evoluções constantes com o objetivo de proporcionar uma melhoria na experiência de compra dos clientes, com investimentos em iluminação, climatização, ambientação de loja e localização. Este novo modelo se caracteriza por corredores amplos, pé direito alto e câmaras frigoríficas grandes, que facilitam o descarregamento do produto e aumentam a capacidade de armazenamento das mercadorias na própria loja, permitindo alta produtividade, preços mais acessíveis e menores custos de operação. Outras características dessas lojas incluem uma variedade de produtos, amplo estacionamento e *Wi-Fi* em loja. Além disso, todos os processos operacionais nas lojas são automatizados ajudando a manter um baixo custo na operação, melhor gerenciamento de estoques e níveis de quebras, bem como satisfação dos profissionais e clientes. As constantes evoluções, permitiram o Assaí

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

atingir 88% de nível de engagemento, 26,2% de *turnover* e o prêmio de empresa mais admirada no segmento de atacado de autosserviço pelo IBEVAR em 2019.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu 96,57% do capital social do Grupo Éxito. Como resultado, a Companhia passou a ser proprietária de operações na Colômbia, Argentina e Uruguai, através das seguintes bandeiras: (i) Éxito, Carulla, Surtimaorista, Surtimax, Super Inter e Viva Malls na Colômbia, (ii) Devoto, Disco e Géant no Uruguai, e (iii) Libertad, Mini Libertad e Paseo Libertad Malls na Argentina.

Em 31 de dezembro de 2019, as bandeiras (i) Éxito (hipermercados, supermercados e proximidade), Carulla (supermercado e proximidade), Surtimax e Super Inter (supermercados de baixo custo) e Surtimayorista ("*cash and carry"*) tinham um total de 537 lojas na Colômbia, (ii) Libertad (hipermercados) e Mini Libertad (proximidade) tinham um total de 25 lojas na Argentina, e (iii) Devoto (supermercados e proximidade), Disco (supermercados) e Géant (hipermercados) tinham um total de 91 lojas no Uruguai.

Em 2019, as operações do Grupo Éxito na Colômbia, Argentina e Uruguai, corresponderam a 79%, 5% e 16%, de sua receita bruta, respectivamente.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

a) *interesse público que justificou sua criação*

b) *atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:*

- *os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a",*
- *quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições, e*
- *estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas,*

c) *processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas*

Não aplicável à Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia opera no Brasil, na Colômbia, no Uruguai e na Argentina, por meio das seguintes operações:

- **Atacado de autosserviço (Assaí)** que consiste na comercialização de produtos alimentícios e não alimentícios a transformadores, utilizadores, revendedores e consumidores finais, por meio da bandeira Assaí.

- **Varejo (Grupo Éxito)** consiste na venda de produtos alimentícios e não alimentícios aos consumidores, pessoa física por meio das seguintes bandeiras: (i) Éxito, Carulla, Surtimayorista, Surtimax, Super Inter e Viva Malls na Colômbia, (ii) Devoto, Disco e Géant no Uruguai e (iii) Shoppings Libertad, Mini Libertad e Paseo Libertad na Argentina.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

b) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
Receita Líquida	**2019**		**2018**		**2017**	
	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**
Atacado de autosserviço	28.082	**92,9%**	23.017	**100,0%**	18.544	**100,0%**
Éxito	2.150	**7,1%**	-	**n.a.**	-	**n.a.**
Total da Receita Líquida	30.232	**100,0%**	23.017	**100,0%**	18.544	**100,0%**
Total da Receita Bruta	32.992	**-**	25.092	**-**	20.216	**-**
Devoluções e cancelamento de vendas	(68)		(49)		(41)	
Total de Impostos e contribuições sobre vendas e serviços prestados	(2.692)	-	(2.026)	-	(1.631)	-

c) lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
Lucro Líquido - Operações continuadas	**2019**		**2018**		**2017**	
	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**
Atacado de autosserviço	1.047	**99%**	1.076	**100%**	497	**100%**
Grupo Éxito	13	**1%**	-	**n.a.**	-	**n.a.**
Total do Lucro Líquido	1.060	**100%**	1.076	**100%**	497	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a) características do processo de produção

Atacado de autosserviço: Os produtos do Assaí são comercializados para transformadores, utilizadores, revendedores e consumidores finais. Apenas uma parcela dos produtos é produzida e/ou manuseada nas lojas, a partir de formulações elaboradas pela equipe de desenvolvimento e formação técnica de perecíveis.

Varejo: No Éxito, são firmadas parcerias com fornecedores que entregam produtos semi-prontos para serem finalizados nas lojas. Também no Éxito, são produzidos e/ou manuseados em lojas: (i) frutas e legumes, quando cortados e/ou embalados nas lojas; (ii) carnes (bovina, suína, frango e peixes), bem como frios e queijos, quando cortados, pesados e embalados nas lojas; (iii) pratos prontos da rotisserie; e (iv) pães, bolos e doces das padarias localizadas dentro das lojas.

A Companhia não produz os produtos que são vendidos por meio de marcas exclusivas. Estes produtos são produzidos por fornecedores selecionados, após avaliação da qualidade de seus serviços e a capacidade de atender a demanda. O desenvolvimento de produtos sob marca exclusiva é orientado por um processo, que tem como objetivo padronizar e assegurar a produção e o lançamento do produto dentro dos objetivos comerciais e estratégicos das marcas, bem como garantir o padrão de qualidade.

b) características do processo de distribuição

Para apoiar o crescimento no atacado de autosserviço, o Assaí possui modelos distintos de lojas adaptados para operar em regiões com realidades logísticas desafiadoras num país de dimensões continentais como o Brasil. Estes modelos englobam lojas com 100% do seu abastecimento diretamente pelos fornecedores, assim como lojas, normalmente em grandes centros urbanos, com 60% do seu volume abastecido pelo centro de distribuição. Esta estratégia resulta aproximadamente em um volume de distribuição de 70% entregue diretamente nas lojas e 30% entregue por meio de 9 centros de distribuição em 6 diferentes estados do Brasil. Os centros de distribuição são estrategicamente localizados para permitir o Assaí a trabalhar com abastecimento de itens de estoque de baixo giro. Tais vantagens são sustentadas pelo atual formato das lojas, que possuem ampla capacidade de armazenamento e pela área total de armazenamento dos centros de distribuição de aproximadamente 150.000 m^2.

Na Colômbia, operamos 10 centros de distribuição, 2 plataformas logísticas e 2 nós intermodais, localizados em Bogotá, Medellín, Cali, Santander e Atlantic Coast, com capacidade total de armazenamento de 250.000 metros quadrados.

No Uruguai, operamos 4 centros de distribuição e depósitos estrategicamente localizados em Montevidéu, com uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 40.000 metros quadrados.

Na Argentina, nosso centro de distribuição está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, a uma distância média de 620 km de nossas lojas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os processos de logística e distribuição são organizados de acordo com os produtos vendidos nas lojas. Assim, os processos de distribuição são orientados pelos procedimentos descritos abaixo.

Postos de Combustíveis

Os postos de combustível da Companhia são abastecidos por fornecedores exclusivos. Em 2019, a Companhia possuía dois fornecedores. Os pedidos de abastecimento são individualizados para cada um dos postos de combustível, podendo o combustível ser solicitado por ordens de compra ou por abastecimentos diários pré-acordados nos termos do contrato de fornecimento celebrado com cada posto de combustível. O transporte do combustível é realizado exclusivamente pelos fornecedores, sendo o descarregamento acompanhado pelos funcionários, por questões de segurança e controle de qualidade.

O processo para o gás natural veicular ("GNV") é diferente. A entrega do GNV é feita por fornecedores regionais diretamente aos respectivos postos e utilizando tubulações conectadas às caixas de entrada dos postos de combustíveis, as quais possuem medidores instalados e controlados pelas próprias concessionárias. Esses equipamentos fazem medições periódicas dos volumes de GNV fornecidos. O GNV é vendido mediante dispensadores conectados a essas caixas de entrada utilizando tubulações específicas.

Varejo tradicional

Colômbia, Argentina e Uruguai

Em 31 de dezembro de 2019, o processo logístico de abastecimento de nossas lojas, supermercados e hipermercados, excluindo nossa operação de atacado de autosserviço na Colômbia, incluíam 19 centros de distribuição localizados na Colômbia, Argentina e Uruguai, correspondendo a 300.000 metros quadrados, incluindo os centros de distribuição próprios e terceirizados. Nosso processo de distribuição é feito por uma frota terceirizada.

Televendas (Retira em loja)

No Brasil, o Assaí possui um canal de televendas, voltado predominantemente ao atendimento de pessoa jurídica, que permite aos clientes, em compras de maiores volumes, negociar diretamente melhores preços, volumes e condições de pagamento. Esse canal representou aproximadamente 9% de suas vendas totais em 2019. Essa operação realiza prospecção ativa e receptiva com o mercado em geral, bem como a separação prévia dos produtos, proporcionando comodidade ao cliente de simplesmente retirar em loja.

e-commerce delivery

Na Colômbia, operamos uma das maiores operações de *e-commerce* do país através de nossas vendas diretas *on-line* e no mercado, e através de novos canais, incluindo aplicativos de entrega. Para operar esses canais, a empresa possui uma rede de (i) centros de distribuição dedicados em Bogotá, atendendo principalmente às demandas não alimentares, (ii) armazéns em Medellín atendendo às demandas do comércio eletrônico de alimentos e (iii) entregas de lojas utilizadas, principalmente, para atender à pedidos de aplicativos para entrega.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c) característica do mercado de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados (*market share*)

Dentro dos canais de vendas alimentares brasileiro, o atacado de autosserviço é o maior canal e o que possui a maior taxa de penetração nos dominílios brasileiros, atingindo 63% em 2019 segundo a Nielsen. São mais de 650 lojas desse formato no país, com faturamento anual que ultrapassa os R$113 bilhões segundo a Nielsen. Atualmente, o Assaí é o segundo maior *player* do mercado, sendo que encerrou o ano de 2019 com 28,5% de *market share*.

O Éxito possui operações na Colômbia, no Uruguai e na Argentina, com diferentes formatos de lojas que atendem tanto o varejo tradicional (com venda de produtos alimentares e não alimentares) como modelos inovadores e de atacado.

Atualmente, segundo relatório Nielsen, de Julho de 2020, o Éxito possui 41,7% de *share* (receita operacional) na Colômbia, seu mercado mais representativo. A operação do Uruguai conta com 42,3% de *share* (receita operacional) segundo a Nielsen e a Argentina (mercado menos representativo) conta com 2,6% de *share* (receita operacional), 14,7% na região de atuação dele.

(ii) Condições de competição nos mercados

O setor de atacado de autosserviço vem se fortalecendo muito ao longo dos últimos anos no Brasil, apresentando crescimento ano após ano. Tal desenvolvimento tem se dado por meio de investimentos importantes realizados por redes já existentes, bem como pela transformação de Supermercados e Hipermercados em lojas Atacarejos.

Atualmente, a rede Assaí tem como principais concorrentes Atacadão, Maxxi, Makro, Fort, Tenda, Roldão e diversos outros *players* regionais.

Na Colômbia, o setor varejista passou por uma profunda transformação nos últimos anos, caracterizada pela entrada de empresas estrangeiras no mercado doméstico, com tendências para maior concentração, a aplicação de novas tecnologias e a busca por maior eficiência. De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) e o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, durante o primeiro trimestre de 2020 houve um aumento de 7,5% no setor varejista da Colômbia. O Grupo Éxito é líder no mercado varejista da Colômbia. Nossos principais concorrentes são Supertiendas Olímpica (e sua subsidiária Supertiendas Cañaveral), Grupo Cencosud (Jumbo e Metro) e Supermercados la 14. Existem também players e concorrentes nas vendas do varejo operando como supermercados de desconto que vêm ganhando participação de mercado, tais como Koba Colombia S.A (Tiendas D1), Mercadería Justo & Bueno Discount Store e Supermercados Jerónimo Martins (ARA). Desde 2009, quando o primeiro supermercado de descontos entrou no mercado colombiano, as lojas de descontos já registraram um crescimento na participação de mercado de 510,70%.

d) eventual sazonalidade

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia vivencia historicamente sazonalidade em seu resultado operacional principalmente em virtude das vendas tradicionalmente mais intensas em época de festas, como Páscoa e Natal, além de seu mês de aniversário.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável,

ii. eventual dependência de poucos fornecedores, e

iii. eventual volatilidade em seus preços

Em relação aos itens "i" e "iii" acima, a Companhia esclarece que, devido à sua base amplamente diversificada de produtos, não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

Para o item "ii", as compras de produtos alimentares provêm de um grande número de fornecedores não afiliados. Como resultado, não há dependência de um único fornecedor.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A operação de um empreendimento de atacado de autosserviço exige, em suas diversas etapas, contemplando desde a construção até a operação propriamente dita, um conjunto amplo de licenças e autorizações. Estas licenças e autorizações são concedidas por órgãos distintos para uma ampla gama de situações: viabilidade de implantação, remoção de solos, supressão de vegetação, execução da construção, utilização da área construída, segurança, etc.

As licenças e autorizações possuem fins diversos: fiscais, de engenharia, de segurança e ambientais, contemplando uma magnitude tal que precisa ser detalhada individualmente. Para o processo de construção até a operação de uma loja, é necessário obter até 86 licenças e autorizações.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, lei federal que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, inclusive, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitos à estas exigências todas as atividades ou todos os empreendimentos potencialmente poluidores ou geradores de impacto ambiental. A responsabilidade pela concessão, de acordo com legislação específica, é definida de acordo com as características do empreendimento e com as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, pelo impacto negativo ser reduzido.

A atuação desses órgãos é distinta, conforme o tipo de atividades a serem exercidas, sendo certo que as atividades exercidas pela Companhia são, quando cabíveis, licenciadas pelas secretarias estaduais e municipais.

As principais diretrizes do licenciamento ambiental estão traçadas na Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e traz um conjunto de normas para a preservação ambiental. O processo de licenciamento ambiental, em regra, possui três etapas. A primeira é a Licença Prévia (LP), que deve ser solicitada na fase de planejamento ou ampliação do empreendimento. Essa licença apenas aprova a viabilidade ambiental e estabelece condições para o desenvolvimento do projeto, mas não autoriza sua instalação. A Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes nos projetos aprovados, fixando cronograma para execução e medidas mitigadoras para a implantação e controle ambiental. A Licença de Operação (LO) por sua vez, autoriza a operação da atividade após a verificação do devido cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores. Em alguns Estados a atividade desenvolvida pela Companhia pode ser dispensada de licenciamento ambiental, por ser atividade de baixo impacto ambiental.

Além das licenças ambientais, existem outras licenças necessárias para a operação de cada estabelecimento, como a licença de funcionamento expedida pelas prefeituras após a aprovação de projeto de construção e obtenção do Habite-se; a licença emitida pelo Corpo de Bombeiros, que em muitos Estados é denominada AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e a

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária dos municípios.

Para a obtenção de qualquer uma das licenças e autorizações exigidas pode ser solicitada, pelos órgãos pertinentes, estudos técnicos e projetos complementares.

(b) política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e adoção de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

O compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável a leva a buscar continuamente o equilíbrio nas questões econômicas, sociais e ambientais em toda a sua cadeia de valor, o que, por sua vez, aumenta o valor não só da Companhia, mas também a preocupação com seus *stakeholders* e toda a sociedade.

Por conta da capilaridade e abrangência das operações, a responsabilidade da Companhia como agente transformador da sociedade é ainda maior. Por isso, a área de Sustentabilidade da Companhia atua de acordo com às diretrizes adotadas globalmente pelo Grupo Casino, baseada em seis eixos prioritários e estratégicos.

- Transformação da cadeia de valor;
- Consumo e oferta consciente;
- Gestão do impacto ambiental;
- Engajamento com a sociedade.
- Gestão integrada e transparência;
- Valorização da nossa gente;

Alguns exemplos de ações que foram implementadas estão descritos no item 7.8 deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia é titular de diversas marcas e diversos nomes de domínio relevantes para o desenvolvimento das suas atividades. Tais marcas e nomes de domínio, bem como as possíveis consequência da perda de tais ativos, estão descritas na seção 9.1 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhões de reais)
Receita Líquida (Brasil): R$28.082
Receita Líquida Total: R$30.232
Participação = 92,9%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019
Colômbia (Em milhões de reais)
Receita Líquida: R$1.693
Receita Líquida Total: R$30.232
Participação = 5,6%

Uruguai (Em milhões de reais)
Receita Líquida: R$350
Receita Líquida Total: R$30.232
Participação = 1,2%

Argentina (Em milhões de reais)
Receita Líquida: R$107
Receita Líquida Total: R$30.232
Participação = 0,4%

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhões de reais)
Receita Líquida: R$2.150
Receita Líquida Total: R$30.232
Participação = 7,1%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O Éxito está sujeito a regulamentação governamental relativo a estabelecimentos comerciais e supervisão por autoridades competentes geralmente aplicáveis a questões ambientais, de saúde e comerciais. Para abrir e operar nossas lojas, precisamos registrar todas no registro comercial, obter a permissão de uso da terra e a certificação sanitária que atesta o cumprimento de questões relacionadas à segurança das instalações e ao nível de saneamento dos estabelecimentos. As lojas do Grupo Éxito devem ter um certificado de segurança emitido pelo respectivo corpo de bombeiros, o que indica que o estabelecimento possui os mecanismos e ferramentas de segurança para atender a uma emergência a qualquer momento. Em questões ambientais, cumprimos a gestão de resíduos, despejo e medição de ruído. Acreditamos que estamos em conformidade em todos os aspectos relevantes com todos os regulamentos e controles aplicáveis em relação aos nossos negócios.

O Éxito é uma empresa registrada na Bolsa de Valores da Colômbia e, portanto, também está sujeita a regulamentos emitidos pela Superintendência Financeira, que incluem, mas não se limitam à divulgação de informações relevantes, a adoção de práticas de governança corporativa e relatórios financeiros. Acreditamos que estamos em conformidade em todos os aspectos relevantes com esses regulamentos.

As subsidiárias colombianas do Éxito desenvolvem seus negócios em diferentes setores, incluindo logística e transporte, viagens, telefonia móvel, produção industrial (alimentos e têxteis) e comércio eletrônico. Acreditamos que estamos em conformidade com todos os regulamentos materiais dessas indústrias.

Em termos de propriedade intelectual, acreditamos que o Éxito cumpre todas as regulamentações da Colômbia e de outros países em que opera, produz, distribui ou comercializa seus produtos ou serviços. Também possui as licenças necessárias para o uso de sinais distintivos e outros direitos autorais dos quais não é o proprietário. Em relação aos direitos autorais, acreditamos que o Éxito está em conformidade com todos os regulamentos aplicáveis sobre o assunto e as condições definidas nos contratos para o uso de licenças de software. Acreditamos também que o Éxito está em conformidade com os regulamentos atuais de proteção de dados pessoais e, além disso, de acordo com as boas práticas, implementou o princípio da responsabilidade comprovada voltada para a proteção de dados pessoais das partes interessadas.

Por fim, acreditamos que, na data deste relatório anual, o Éxito não esteja envolvido em nenhum processo ou investigação relacionada a questões regulatórias que possam gerar consequências materiais.

7.8 - Políticas Socioambientais

Atualmente, o Assaí segue as políticas de sua controladora, a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). A área de Sustentabilidade da Companhia é fruto das iniciativas desenhadas nos últimos anos que foram implementadas buscando a inovação contínua e novos jeitos transformadores de fazer negócio. A partir dos nossos aprendizados, evoluímos e reforçamos o compromisso com a construção de um futuro mais sustentável e o fortalecimento de redes que geram valor compartilhado com todos os nossos públicos de relacionamento, atuando para aperfeiçoar e inovar o modelo de negócio da Companhia, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais responsável e inclusiva.

Por conta da capilaridade e abrangência das operações, a responsabilidade da Companhia como agente transformador da sociedade é ainda maior. Por isso, a área de Sustentabilidade da Companhia atua de acordo com as diretrizes adotadas globalmente pelo Grupo Casino, baseada em seis eixos prioritários e estratégicos.

- Transformação da cadeia de valor;
- Consumo e oferta consciente;
- Gestão do impacto ambiental;
- Engajamento com a sociedade.
- Gestão integrada e transparência;
- Valorização da nossa gente;

Para viabilizá-los, várias iniciativas vêm sendo implementadas nos últimos anos com a finalidade da Companhia ser, sempre, a primeira escolha dos clientes, gerando valor para o negócio e para milhares de vidas impactadas por ele.

O Éxito tem a sua estratégia de sustentabilidade corporativa como alavanca de contribuição para construção do país.

Para definição das prioridades socioambientais, o Éxito realizou em 2019 a análise de materialidade com diversos *stakeholders* para identificar expectativas para temos sociais, ambientais e econômicos.

Os programas implementados na agenda de sustentabilidade estão alinhados com o resultado da matriz de materialidade e são eles:
- acesso e democratização de estilo de vida saudável;
- atração, retenção e desenvolvimento de talento humano;
- Responsabiliade socioambiental na cadeia de abastecimento;
- Prevenção e atuação proativa para mudança de clima;
- Economia circular; e
- Investimento social e filantrópico

Principais eixos mobilizadores da estratégia:

1. Trabalhamos para alcançar a primeira geração com desnutrição infantil crônica zero em 2030;
2. Compramos localmente e diretamente na Colômbia, desenvolvendo nossos fornecedores e suas cadeias de abastecimento;
3. Medimos, mitigamos e trabalhamos para compensar nosso impacto no planeta; e
4. Melhoramos a qualidade de vida de nossos colaboradores

7.8 - Políticas Socioambientais

Políticas:
https://www.grupoexito.com.co/es/SustainabilityPolicy2020
https://www.grupoexito.com.co/es/Environmental2020
https://www.grupoexito.com.co/es/ClimateChange2020
https://www.grupoexito.com.co/es/animalwelfarepoultry
https://www.grupoexito.com.co/es/DDHH2020EN

Outros tópicos que destacamos de nossas operações no primeiro semestre de 2020 são os seguintes:

1. Transformação da cadeia de valor e Oferta Consciente:
Em 2018, nossa cadeia de suprimentos foi avaliada levando em consideração riscos sociais e ambientais do negócio. Após priorizar categorias específicas da cadeia de suprimentos e de produtos, um plano de ação foi definido, incluindo as seguintes ações com desdobramentos em 2020:

- Bem-estar animal: a produção de ovos foi elencada como uma das prioridades das cadeias de fornecimento para o tema de bem estar animal na companhia. Em continuidade com o plano de desenvolvimento de fornecedores(as), iniciado em 2018, foi realizado, em abril de 2019, mais um *workshop* das equipes comerciais e de sustentabilidade da Companhia e seus(suas) respectivos(as) fornecedores(as) de ovos. A formação teve como objetivo abordar aspectos gerais sobre a produção de galinhas de postura, assim como as técnicas que contemplam o bem-estar animal. Para o(a) consumidor(a) foi iniciada uma comunicação com mais informações e conscientização sobre os tipos de produção de ovos, criando um ambiente mais favorável para sensibilização dos nossos(as) clientes.
  Promovemos ovos livre de gaiolas, caipiras e orgânicos, por meio de ofertas, promoções e campanhas midiáticas de forma a aumentar a consciência de nossos clientes, desenvolvendo fornecedores e expandindo o abastecimento para garantir a disponibilidade em nossas lojas. No primeiro semestre de 2020, expandimos a oferta desse portfólio para 99% das lojas Assaí;

- Garantia de condições de trabalhos: todas as fábricas envolvidas na etapa de fabricação de produtos de origem em países considerados de risco, independentemente do tipo de fornecedor (agente, importador, comercializador, empresa exportadora, etc.) são elegíveis a auditorias sociais, cujo processo está previsto no "*Supplier Compliance Program* (SCOP) – *Supplier Manual*", aplicável à todas as unidades de negócio do Grupo Casino;

- Compromisso com o combate ao desmatamento e conservação de biomas: até o primeiro semestre de 2020, para nossos fornecedores que compram gado direto de fazendas, alcançamos 100% deles utilizando sistema de geomonitoramento próprio e sendo informado pelo sistema de rastreabilidade da companhia. Nos últimos anos, foram bloqueados os fornecedores que não estavam em conformidade socioambiental de compra de carnes.

2. Gestão do Impacto Ambiental
A Política de Gestão Ambiental do Assaí segue as políticas da controladora e apresenta os princípios, compromissos e diretrizes que orientam a atuação da companhia, de seus colaboradores(as) e prestadores de serviço quanto à sustentabilidade e gestão ambiental, além de zelar pelo cumprimento das legislações vigentes. As diretrizes da Política de Gestão e Impacto Ambiental seguem as prioridades das Nações Unidas definidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

7.8 - Políticas Socioambientais

Em todos os seus projetos, ações e programas ambientais, o Assaí se compromete em seguir as normas e políticas ambientais vigentes, considerando todos os critérios descritos nas legislações, como a Política Nacional do Meio Ambiente, ou das Secretarias de Meio Ambiente, e acordos internacionais aos quais o Brasil tenha aderido, entre outras pertinentes ao segmento de negócios da companhia.
Para orientar nossas ações, estabelecemos quatro compromissos principais, que se desdobram em planos de ação com metas, monitorados e aprimorados constantemente. São eles: a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a redução da geração de resíduos, a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e o respeito a biodiversidade.

- Eficiência Energética: As lojas do Assaí são construídas levando em consideração a eficiência energética e a gestão do impacto ambiental. As novas lojas, por exemplo, possuem iluminação 100% em LED; já vêm com sistema automatizado de ar-condicionado, que desliga automaticamente caso a temperatura esteja adequada; e são construídas com fachada de vidro e telhas translúcidas, iniciativas que reduzem o consumo de energia elétrica. Além disso, com o intuito de promover uma operação cada vez mais sustentável, o Assaí investe na instalação de usinas solares na cobertura de suas lojas, diminuindo a distância entre a geração e o consumo de energia, aproveitando áreas inutilizadas e aumentando a independência do fornecimento da distribuidora local. Ao todo, são oito unidades de usinas solares em operação. A unidade da loja de Ayrton Senna, no Rio de Janeiro, considerada a maior usina solar da bandeira, possui mais de 3 mil painéis fotovoltaicos instalados na cobertura da loja, ocupando uma área de aproximadamente 6 mil m².
  No último ano, as usinas do Assaí geraram mais de 6 mil MWh de energia, que equivale ao consumo de energia de cerca de 3.400 residências médias e que evitaram a emissão de 535 toneladas de CO2 durante o período.

  Iniciamos também em dezembro de 2019 o processo de migração para o Mercado Livre de Energia, que já gera uma economia de custo em torno de até 30 % e compreende 57% das lojas atuais. Dessas, 21 lojas são abastecidas por parque eólico. A expectativa é que 100% das lojas estejam migradas para o Mercado Livre de Energia até o final de 2021, utilizando energia 100% renovável, seja proveniente de pequenas centrais hidrelétricas, biogás, usinas solares ou eólicas. A iniciativa permite que deixemos de utilizar geradores a diesel em determinados horários, reduzindo a emissão de gases causadores do efeito estufa.

  Como resultado de várias iniciativas de eficiência energética, houve uma diminuição de 1,8% no consumo de energia por metro quadrado em relação a 2016.

  Além disso, em 2019, a CBD saltou da categoria D para B- no CDP (*Carbon Disclosure Project*), e contou com indicadores do Assaí , contribuindo para a melhoria dessa classificação.

- Gases Refrigerantes: Com o objetivo de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrentes do vazamento de gases refrigerantes nas câmaras frigoríficas, máquinas e balcões refrigerados, o Assaí conta com inspeções periódicas promovidas pelo time de manutenção de cada loja, para identificar as fontes de vazamento e realizar a manutenção dos equipamentos.
  Além disso, em 2016, foi iniciada a substituição das ilhas e balcões refrigerados abertos por fechados, corroborando para a redução de energia elétrica e manutenção das baixas temperaturas, além de utilizar um gás com menor potencial ofensivo à camada de ozônio e efeito estufa, o R-290 (propano). A substituição das máquinas e equipamentos nas lojas mais antigas do parque, e menos eficientes, consta no planejamento estratégico da área de Manutenção, e a implantação de tais projetos impactam positivamente na redução do consumo de gases refrigerantes;

7.8 - Políticas Socioambientais

- Logística Reversa: com o objetivo de incentivar atitudes sustentáveis por nossos clientes, e atender a legislações do segmento, ampliamos o número de estações de reciclagem no Assaí, atingindo 29 lojas. Em sua maioria, as estações são frutos de parceria com concessionárias de energia, em um projeto da ANEEL, que, como forma de incentivar a prática da reciclagem, bonifica usuários com créditos na fatura residencial de energia de forma proporcional à quantidade de resíduos reciclada. Como resultado, no primeiro semestre de 2020, coletamos mais de 160 toneladas de materiais recicláveis considerando todas as nossas estações de reciclagem no Assaí;

- Pilhas e baterias: O Assaí disponibiliza coletores portáteis em todas as suas lojas para receber pilhas e baterias descartadas do consumidor doméstico. No primeiro semestre de 2020, foram coletadas mais de 12 toneladas de pilhas e baterias, que tiveram sua destinação ambientalmente adequada;

- Lâmpadas: O Assaí também disponibiliza aos seus clientes o programa de coleta de lâmpadas inutilizadas, através da parceria com a Reciclus. Hoje contamos com 75 lojas com pontos de coleta e, só no primeiro semestre de 2020, destinamos mais de 6 toneladas de lâmpadas depositadas por nossos clientes;

- Doação FLV (frutas, legumes e verduras): no primeiro semestre de 2020, doamos mais de 441 toneladas de alimentos perecíveis (impróprios para venda, mas adequadas para consumo) a instituições parceiras. Ao todo, 100 lojas do Assaí participaram desse projeto entre janeiro e junho.

3. Engajamento com a Sociedade:
O Instituto GPA, braço social da CBD, é o responsável pela estratégia e operacionalização do investimento social do grupo e da companhia. Entre janeiro e junho de 2020, diversas ações do Instituto tiveram enorme impacto na sociedade e, para o Assaí, podendo-se destacar:

Academia Assaí de Bons Negócios: Premiação de reconhecimento de empreendedores(as) – Em 2019, ocorreu a 2ª edição do Prêmio Academia Assaí Bons Negócios que reconhece e premia empreendedores(as) de alimentos que cursaram pelo menos uma das seis trilhas de capacitação da Academia, em três categorias: Ponto de venda fixo, Vendedor(a) Ambulante, e Vendas por encomenda. Nesse ano, o número de inscrições teve um aumento de 181% em comparação ao ano anterior. Os(as) 15 vencedores(as) receberam uma semana de capacitação na sede do Assaí e em instituições parceiras, além de 10 mil reais em prêmios. E, entre o grupo, os(as) três empreendedores(as) destaque receberam mais 10 mil reais. Um outro resultado incrível desse processo foi que um deles se tornou fornecedor de biscoitos do Assaí.

Adicionalmente, mais de 4,8 mil empreendedores(as) já foram certificados(as) pela Academia Assaí Bons Negócios, desde o início do projeto: (I) no primeiro de semestre de 2020, nosso programa de treinamento para micro e pequenas empresas já certificou mais de 200 empreendedores, contando com mais de 970 mil acessos à plataforma; (II) revisão da estratégia e operação do projeto devido aos impactos do novo Coronavírus percebidos pelos microempreendedores; (III) reformulação do portal, com lançamento do curso online “Superando Desafios”; (IV) além do patrocínio a dois fundos emergenciais de apoio financeiro a microempreendedores de periferia;

- Agenda Solidária: programa anual de ações para engajar nossos clientes a demonstrar solidariedade e doar alimentos em nossas lojas para direcionar a instituições parceiras. Entre janeiro e junho de 2020, doamos mais de 18 mil cestas básicas, o equivalente a 236 toneladas de produtos, em 104 cidades de 21 Estados, beneficiando 118 mil famílias;

7.8 - Políticas Socioambientais

- Doações institucionais: como forma de atender às comunidades onde estamos inseridos e que foram impactadas pela pandemia do novo Coronavírus, entre janeiro e junho de 2020, doamos mais de 32 mil cestas básicas em 46 cidades de 18 Estados (e Distrito Federal), o equivalente a 274 toneladas de produtos e aproximadamente 548 mil refeições.

- Apoio às instituições que trabalham com apoio e fomento a microempreendedores(as) – Em 2019, foram estabelecidas parcerias com diversas organizações em todo o Brasil, tais como a Preta Hub, que promove a Feira Preta, maior Feira de Empreendedorismo Negro da América Latina; Redes da Maré, que atua com o objetivo de facilitar a construção de trajetórias profissionais, em especial na área da gastronomia, de mulheres da comunidade da Maré, Rio de Janeiro (RJ); e, Vale do Dendê, que desenvolve o ecossistema de inovação e empreendedorismo de Salvador (BA), por meio da aceleração de negócios de empreendedores(as) locais do setor de alimentos, entre outras.

4. Gestão integrada e transparência:
Conforme informado no Comunicado Externo nº 017/2011 – DP de 23/12/2011 da B3, a CBD adota práticas de sustentabilidade e divulga, anualmente, o Relatório Anual de Sustentabilidade ("Relatório") para reportar seu desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental.
O relatório referente ao exercício de 2019 está disponível para consultas no endereço: http://www.gpari.com.br/, na seção Informações Financeiras, no item Relatórios Anuais. No intuito de reforçar a sustentabilidade como pilar estratégico dos negócios, a Companhia está em linha com as diretrizes do Grupo Casino e da CBD.
Os relatórios referentes aos exercícios de 2014 a 2018 também estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia, no endereço http://www.gpari.com.br/, seção Informações Financeiras, item Relatórios Anuais.
O relato obedece à metodologia Casino considerando o período de 1° de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 para os indicadores de desempenho e o período de outubro de 2018 a setembro de 2019 para os indicadores ambientais. Os temas e tópicos priorizados neste relatório estão de acordo com o estudo de materialidade e o conjunto de compromissos de sustentabilidade alinhados com as políticas adotadas globalmente pelo Grupo Casino, bem como a correspondência aos temas GRI (Global Reporting Initiative) e também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, conforme segue:
2: Fome zero e agricultura sustentável;
4: Educação de qualidade;
5: Igualdade de gênero;
8: Trabalho descente e crescimento econômico;
10: Redução das desigualdades;
11: Cidades e comunidades sustentáveis;
12: Consumo e produção responsáveis;
13: Ação contra a mudança global do clima;
14: Vida na água;
15: Vida terrestre;
16: Paz, justiça e instituições eficazes.
A Companhia, para apresentar o relatório anual de sustentabilidade, passa pelo processo de asseguração limitada sobre os indicadores definidos em escopo do auditor independente.

5. Valorização da nossa gente (Diversidade e Inclusão):

Ano após ano, estamos fortalecendo nosso foco em diversidade e inclusão, com uma agenda estratégica para promover a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade, combatendo toda e qualquer forma de violência e discriminação. Sobre isso, nós destacamos as seguintes iniciativas:

7.8 - Políticas Socioambientais

- Política de Diversidade e Direitos Humanos: em 2020 lançamos para todos os públicos internos e externos a nossa política de diversidade e direitos humanos, com o objetivo de estabelecer diretrizes relacionadas a estes temas, trazendo transparência sobre o nosso posicionamento e direcionamentos na busca de um ambiente livre de discriminação, que fomenta e valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades.
- Programa de Diversidade Assai: desde 2018, temos um programa estruturado com o objetivo de promover a inclusão, o diálogo respeitoso e a valorização da diversidade. Temos como foco 5 frentes de atuação: Gênero, Raça, Pessoa com deficiência, LGBTQI+ e Gerações e, todas as ações, tem como base uma atuação que busca a interseccionalidade dos temas, os direitos humanos e a equidade de oportunidades.
- Diálogos sobre Diversidade: desde 2019, mantemos um calendário anual sobre o tema de diversidade, com datas que são reconhecidas no mercado e que tem como objetivo trazer maior conscientização, entendimento e visibilidade a grupos historicamente exclusos. A agenda é composta de ações que vão desde comunicados internos e externos, vídeos, palestras e ações afirmativas junto à entidades que promovem a representatividade dos diversos públicos inerentes a nossas frentes de atuação (gênero, raça, pessoa com deficiência, LGBTQI+ e Gerações).
- Semana da Mulher: desde 2019, a semana da mulher é realizada para todos as filiais do Assaí, com o objetivo de discutir junto à especialistas, lideranças e todos os colaboradores todos os temas que impactam nos avanços da equidade de gênero e empoderamento da mulher. Assuntos como Violência doméstica, Gênero com recorte em raça (Mulher Negra), Carreira e Maternidade foram alguns dos temas discutidos.
- Semana da Diversidade: em 2020, chegamos em sua 4ª edição em todas as unidades e, tem como objetivo a imersão sobre a temática de Diversidade e Inclusão, abordando todas as frentes (Gênero, Raça, LGBTQI+, Gerações e Pessoa com deficiência) de forma transversal e interseccional, possibilitando ampliar o conhecimento das lideranças e colaboradores, a visão e o engajamento na transformação do ambiente corporativo e da sociedade.
- Grupo de Diversidade: composto por líderes das diferentes áreas, tem como missão apoiar, promover e sustentar as diretrizes descritas na Política de Diversidade e Direitos Humanos, corroborando como aliado ao tema para as ações possam ser efetivas e transformadoras, impactando positivamente no clima, na marca e no negócio.
- Workshop com prestadores de serviços de segurança: Desde 2019, realizamos workshops sobre diversidade e inclusão em nossa sede em São Paulo, com todos os nossos prestadores de serviços especializados em segurança privada (vigilância) com o objetivo de reforçar nossos valores, diretrizes estratégicas e a melhoria dos processos de assistência a nossos clientes. Também discutimos nosso compromisso de promover e respeitar os direitos humanos e como trabalhamos para promover a diversidade, o respeito e a inclusão no local de trabalho.
- Formação para a equipe de Prevenção de Perdas: para garantir a melhor experiência para todos que visitam regularmente nossas lojas, desde 2015, temos descritos todos os procedimentos e realizamos capacitações regulares para o time de Prevenção de Perdas de todas as nossas filiais, com o objetivo de garantir que todos atuem de acordo com as normas internas de respeito, inclusão e não discriminação.

7.8 - Políticas Socioambientais

- Contratação e Promoção de Mulheres em Posições de Liderança: faz parte de nossas políticas internas a contratação e promoção de mulheres para cargos de liderança. A cada processo seletivo, interno ou externo, nos programas de aproveitamento interno, como Trainee de Operações e Trainee Comercial, temos a prática de incluir 1/3 de candidatas mulheres dentre os finalistas dos processos.
- Treinamento sobre liderança inclusiva e Vieses Inconscientes: Em 2020, provemos treinamento sobre Liderança Inclusiva e vieses inconscientes, em parceria com uma consultoria especializada no tema para todos os colaboradores da área de Recursos Humanos (como recrutamento) e todos os gerentes, subgerentes e chefes de seção de nossas Lojas e Centro de Distribuição (CDs);

Todas essas iniciativas resultaram no atingimento de 30% de mulheres em cargos de alta liderança, 21,20% de mulheres em cargos de liderança (gerentes e acima) e 5,4% de funcionários com deficiência em 2019.

Prêmios 2019
Interbrand
Assaí figurou, pela segunda vez consecutiva, na lista das 25 marcas mais valiosas do Brasil. O Assaí ocupa a 22ª posição e obteve um crescimento de 20% em relação a 2018, com a avaliação da marca em R$553 milhões.

Empresas Mais
Assaí foi reconhecido entre as empresas mais eficientes do País no segmento de varejo, “As 100 de maior impacto econômico” e “Top 10 de cada região”, como destaque no Sudeste. O prêmio avalia as empresas por meio de critérios econômicos e atuação nas áreas de Governança Corporativa e Inovação.

Prêmio Época Negócios Reclame AQUI
Assaí foi vencedor do Prêmio Época Negócios Reclame AQUI, na categoria Supermercados e Atacados. A premiação reúne as empresas que fazem um bom atendimento aos(às) clientes em diferentes segmentos de atuação, e o reconhecimento envolveu critérios rigorosos de seleção e votação popular.

Campeões da Década - Empresas da Década
Assaí foi destaque como uma das empresas da década no Prêmio Campeões da Década pelo serviço de Atacarejo. A premiação, realizada pela revista Consumidor Moderno, computou as notas registradas em diferentes edições do Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente e em outros rankings realizados pelo Grupo Padrão e pelo CIP.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor nos últimos três exercícios.

Para histórico de operações, vide itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não há contratos relevantes celebrados pela Companhia, ou suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor.

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização

Os principais ativos imobilizados da Companhia são (i) os imóveis em que estão localizadas as suas lojas, sejam próprias ou locadas de terceiros, (ii) as benfeitorias e melhoramentos realizados nesses imóveis, e (ii) os demais ativos imobilizados neles localizados, tais como edificações, equipamentos, hardware, imobilizados em andamento, instalações, móveis e utensílios, além de terrenos, com relação aos imóveis próprios.

A tabela abaixo indica os valores (em milhares de Reais) dos ativos imobilizados acima mencionados, em 31 de dezembro de 2019:

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

UF	Terrenos	Edifícios	Benfeitorias e Melhoramentos	Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Ágio	Software	Fundo de Comercio	Marca	Total Geral
AL	60	42.097	15.928	5.745	2.802	5.377	-	-	674	-	68	-	-	72.751
AM	-	25.077	60.697	8.641	5.467	5.342	-	50	822	-	43	-	-	106.139
AP	-	12.300	34.410	7.395	3.895	3.195	-	1.279	601	-	8	-	-	63.083
BA	11.895	254.716	187.030	64.479	23.525	33.176	-	2.479	4.398	-	313	3.800	-	585.811
CE	-	69.727	109.088	20.085	11.526	12.619	-	-	1.601	-	285	-	-	224.930
DF	-	26.934	39.959	9.033	1.825	6.120	-	1.874	339	-	53	-	-	86.138
GO	74.139	124.678	104.873	28.126	15.918	15.402	-	384	2.463	-	151	-	-	366.135
MA	-	31.224	31.891	1.485	110	562	-	2.336	-	-	5	-	-	67.614
MG	28.840	61.478	3.066	7.377	4.256	4.821	-	-	969	-	47	-	-	110.854
MS	27.983	77.183	31.709	9.040	6.957	4.349	-	1.089	330	-	79	-	-	158.718
MT	29.318	63.340	16.266	6.811	3.836	5.203	-	-	147	-	66	-	-	124.988
PA	57	82.297	135.102	27.059	10.327	14.805	-	1.408	1.697	-	113	-	-	272.865
PB	12.275	25.416	16.980	4.432	1.720	3.682	-	178	237	-	108	-	-	65.028
PE	24.997	109.436	121.608	26.047	12.967	14.441	-	2.625	1.649	-	117	-	-	313.887
PI	5.423	43.675	54.156	17.393	5.248	8.524	-	395	1.692	-	48	-	-	136.554
PR	1.974	95.391	76.517	19.745	8.096	7.990	-	4.476	605	-	101	-	-	214.895
RJ	11.659	185.941	325.980	72.034	37.973	34.022	-	2.490	3.695	380.000	1.137	234.333	-	1.289.263
RN	-	17.653	38.924	5.961	3.658	3.441	-	-	395	-	16	-	-	70.049
RO	-	14.885	29.512	8.847	1.666	3.322	-	1.604	6	-	2	-	-	59.844
RR	-	10.051	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.051
SE	16.342	31.049	68.122	14.292	3.860	6.398	-	1.798	685	-	50	-	-	142.596
SP	113.719	892.198	644.843	180.494	97.856	95.042	5	13.643	10.683	237.957	62.735	73.509	38.639	2.461.323
TO	62	40.821	224	4.904	2.697	3.797	-	199	342	-	15	-	-	53.062
Internacional	2.319.000	4.734.000	356.000	730.000	65.000	315.000	-	101.000	7.000	170.00	70.000	-	3.014.000	11.881.000
Total Geral	**2.677.742**	**7.071.567**	**2.504.885**	**1.279.423**	**331.187**	**606.631**	**5**	**139.307**	**41.031**	**787.957**	**135.560**	**311.642**	**3.052.639**	**18.938.577**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

b) ativos intangíveis tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores da Companhia, informando: (i) duração, (ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, e; (iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Ativo	**Marcas**
Descrição	Em 31 de dezembro de 2019, a marca mais importante da Companhia era Assaí, a qual está devidamente registrada no INPI, e nessa mesma época a Companhia tinha diversas outras marcas registradas ou em processo de registro no Brasil e no Exterior. A Companhia não detinha qualquer patente registrada em 31 de dezembro de 2019. A Companhia possui registros válidos, ou pedidos de registros em andamento, para as marcas utilizadas na identificação de seus principais produtos e serviços.
i. duração	O registro das marcas no Brasil tem prazo de 10 anos (contados de sua concessão ou prorrogação), prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos.
ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise podem ser negados ou contestados como, por exemplo, através de oposição. Os registros de marca já concedidos podem ser igualmente contestados como, por exemplo, através de processos de nulidade ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida no certificado de registro. A manutenção dos registros das marcas é realizada através do pagamento de contribuições periódicas ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Alguns dos registros e pedidos de registro de marcas da Companhia no exterior estão sendo contestados por meio dos procedimentos acima informados e aguardam decisão definitiva a respeito da titularidade. As defesas e os recursos pertinentes foram apresentados conforme o caso. No âmbito judicial, um registro de marca já concedido pelo INPI pode ser contestado em juízo por um terceiro interessado. Ainda, embora a Companhia seja titular dos registros de suas marcas, e mantenha controle e monitoramento sobre elas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual. No entanto, a Companhia entende que o risco deste tipo de demanda é baixo.
iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

	atividades.

Ativo	**Nomes de Domínios**
Descrição	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era titular de diversos domínios diferentes, sendo o mais relevante deles: *www.assai.com.br*.
i. duração	No Brasil, o prazo de validade dos domínios varia de acordo com o registro. A Companhia pode pedir prazo de 1 a 10 anos, de acordo com a importância do nome para ela, o que quer dizer que ela pede prazo maior para os nomes de domínio mais importantes, como os domínios elencados acima.
ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	O não pedido de renovação do registro na entidade em que o nome está registrado ou a falta de pagamento das renovações no tempo estipulado podem causar a perda dos direitos relativos a esses ativos.
iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos de utilizar os domínios e implica a impossibilidade de impedir terceiros de solicitar registro dos nomes de domínio idênticos ou semelhantes. Após o prazo ordinário de renovação, existe um prazo extraordinário, que varia de acordo com a entidade, para pedir renovação. No entanto, neste prazo a entidade está aberta a pedidos de terceiros também. Após o prazo, o domínio é excluído e se torna disponível para registro por terceiros.

c) Sociedades em que a companhia detém participação e a respeito delas informar:

(i) denominação social,
(ii) sede,
(iii) atividades desenvolvidas,
(iv) participação do emissor,
(v) se a sociedade é controlada ou coligada,
(vi) se possui registro na CVM,
(vii) valor contábil da participação,
(viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários,
(ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil,
(x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados,
(xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais,
(xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Na data de apresentação deste Formulário, nossa Companhia detinha participação direta ou indireta considerada relevante nas seguintes sociedades:

i. Denominação Social	**Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")**
ii. Sede	Carrera 48 n° 32B Sur – 139, Envigado, Departamento de Antioquia, Colômbia
iii. Atividades desenvolvidas	Comércio varejista e atacadista alimentar e de produtos ancilares
iv. Participação do emissor	96,57%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 9.615.360.603,55**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	N/A
x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	**Dividendos pagos** / R$ Ref. dez/19 / 40.441.059,57
xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	O Éxito foi adquirido pela Companhia em novembro de 2019, por recomendação de seu acionista controlador final, Casino, para simplificação da estrutura do Casino na América Latina. O Éxito é uma das maiores redes de mercado na Colômbia, com forte presença não apenas no setor alimentar, mas também têxtil, eletroeletrônico, de galerias, entre outros. Conforme informado no item 6.3, a CBD iniciou estudos para uma potencial transação que, caso concretizada, envolverá a transferência da participação no Éxito, detida pela Companhia, para a CBD.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ao invés de descrever a extensa lista de ativos, a Companhia entende ser mais útil e proveitoso aos seus acionistas a informação incluída no item 9.1 (Bens do ativo não-circulante outros), segundo o qual é possível analisar a distribuição geográfica dos principais ativos imobilizados da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Todas as marcas listadas no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1- Outros; item (i)	Vide cap 9.1 - Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)
Nome de domínio na internet	Todos os domínios listados no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1-Outros; item (i)	Vide cap 9.1-Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”)	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Comércio varejista e atacadista alimentar e de produtos ancilares	96,570000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	0,000000	0,000000	40.441.059,57	Valor contábil		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O Éxito foi adquirido pela Companhia em novembro de 2019, por recomendação de seu acionista controlador final, Casino, para simplificação da estrutura do Casino na América Latina. O Éxito é uma das maiores redes de mercado na Colômbia, com forte presença não apenas no setor alimentar, mas também têxtil, eletroeletrônico, de galerias, entre outros.
Conforme informado no item 6.3, a CBD iniciou estudos para uma potencial transação que, caso concretizada, envolverá a transferência da participação no Éxito detida pela Companhia para a CBD

9.2 - Outras Informações Relevantes

Com relação ao item 9.1(c) deste Formulário de Referência:

(a) os montantes informados de dividendos recebidos no último exercício social da Almacenes Éxito S.A. incluem, de forma consolidada, os dividendos e, conforme aplicável, os juros sobre capital próprio declarados pela respectiva sociedade, tendo em vista sua aquisição pela Companhia em novembro de 2019;

(b) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detida pela Companhia na Almacenes Éxito S.A. nos anos de 2017 e 2018, tendo em vista sua aquisição pela Companhia em novembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, emitidas em 30 de março de 2020 e reapresentadas em 06 de outubro de 2020, inclusive as Notas Explicativas.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"). Dessa forma, o resultado consolidado da Companhia referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

O Grupo Éxito opera na Colômbia através das bandeiras Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax, Surtimayorista e Viva Malls; na Argentina com a bandeira Libertad e Paseo Libertad; e no Uruguai com as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2019, a Companhia, através da sua bandeira Assaí fortaleceu a sua presença no mercado brasileiro com a abertura de 22 novas lojas no território brasileiro, concretizando mais um ano de forte expansão e sucesso para a bandeira, com crescimento de 20% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo *cash and carry* já incorporado à rotina dos (as) seus (suas) clientes.

A Companhia adquiriu o Grupo Éxito, que é líder do mercado varejista na Colômbia e com operações no Uruguai e na Argentia.

A Companhia encerrou o ano de 2019 com 166 lojas de atacado de autosserviço em operação em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal, possibilitando encerrar o ano com vendas líquidas de R$30,2 bilhões, uma expansão de 31%, bem como apresentou a continuidade no avanço de fluxo de clientes, ganhos de market share e evolução da rentabilidade, resultado principalmente da: (i) excelente performance das lojas do Assaí inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores; e (ii) consolidação do Grupo Éxito nos meses de novembro e dezembro de 2019.

No ano de 2019, registrou importantes avanços, mesmo em meio a um cenário econômico desafiador e de consumo fortemente impactado pelos altos índices de desemprego: o faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 21,9% em relação ao ano anterior, fechando 2019 em R$ 30,6 bilhões. O faturamento consolidado, considerando os resultados do Éxito no mês de dezembro, atingiu R$ 33 bilhões no ano. Também registrou 54,6% de crescimento do EBITDA ajustado, que totalizou R$ 2,4 bilhões, e R$ 1,0 bilhão de lucro líquido.

O nível de alavancagem atingiu 1,57x dívida líquida/EBITDA ajustado, refletindo principalmente a captação de recursos destinados à aquisição do controle do Grupo Éxito. O patamar de alavancagem está em linha com o planejado pela Companhia e decorre da reestruturação da operação na América Latina, permanecendo em patamar adequado.

O patrimônio líquido totalizou R$ 9,701 bilhões, aumento de 137,1% quando comparado com 2018.

A Companhia apresentou uma situação de liquidez confortável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2019, o índice de liquidez corrente da Companhia era de 0,9x, comparado a 0,8x no ano de 2018 e 0,9x em 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Graças a uma forte geração de caixa operacional no período, o índice de liquidez fica estável mesmo com um alto nível de investimento. A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

R$ milhões	2019	2018	2017
Ativo Circulante	12.282	4.198	3.092
Passivo Circulante Pré-IFRS16	13.526	5.044	3.316
Índice liquidez corrente	**0,91**	**0,83**	**0,93**

Endividamento

	ASSAÍ CONSOLIDADO		
(R$milhões)	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Dívidas de curto prazo	(1.472)	(676)	(22)
Empréstimos e financiamentos	(316)	(676)	(22)
Debêntures	(1.156)	-	-
Dívidas de longo prazo	(7.349)	(102)	(451)
Empréstimos e financiamentos	(622)	(102)	(451)
Debêntures	(6.727)	-	-
Total Dívida bruta	(8.821)	(778)	(473)
Caixa e Aplicações financeiras	5.026	1.411	891
Dívida líquida	(3.795)	633	418
EBITDA Ajustado	2.417	1.563	1.174
Carteira de recebíveis de cartão de crédito não antecipadas	-	-	-
Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados	(3.795)	633	418
Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados / EBITDA Ajustado	-1,57x	0,40x	0,36x

A Companhia encerrou 2019 com alavancagem de 1,57x dívida líquida/EBITDA ajustado, refletindo principalmente a captação de recursos destinados à aquisição do controle do Grupo Éxito (vs 0,40x positivo em 2018). A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R$ 3,795 bilhões em dezembro de 2019.

A posição de caixa contabilizou R$ 5,0 bilhões. A Companhia ainda conta com R$ 0,4 bilhão de linhas de crédito pré-aprovadas/confirmadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A dívida bruta aumentou R$ 8,043 bilhões, totalizando R$ 8,821 bilhões no período. Desse total, cerca de R$ 7,883 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas de CDI + 1,60% a.a. a CDI + 2,20% a.a. e vencimento em 2020 a 2023 (1ª emissão de Sendas, em 4 séries) para aquisição do Éxito.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital

	ASSAÍ CONSOLIDADO					
(R$milhões)	31.12.2019	AV	31.12.2018	AV	31.12.2017	AV
Passivo (Circulante e Não Circulante)	26.204	73,0%	6.841	62,6%	5.160	63,0
Total Patrimônio Líquido	9.701	27,0%	4.092	37,4%	3.024	37,0
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	35.905	100,0%	10.933	100,0%	8.184	100,0

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis, garantem a Companhia plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela Companhia

A captação de recursos em 2019, 2018 e 2017 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente "trocados" na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de "*swap*"; (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

Ainda em relação a 2019, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2019, 2018 e 2017, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Na opinião da Diretoria, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprido essas restrições

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

As tabelas abaixo apresentam o endividamento da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

Em R$ milhões

		ASSAÍ CONSOLIDADO		
	Taxa média	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Debêntures				
Debêntures	CDI+0,72% a.a.	7.962	-	-
Custo de captação		(79)	-	-
		7.883	-	-
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda nacional				
BNDES	3,99% a.a.	23	30	38
Capital de giro	TR+9,8% a.a.	584	95	105
Contratos de swap		(10)	(9)	(16)
Custo de captação		(13)	(2)	(2)
		584	114	125
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	IBR3M + 2%	333	275	-
Capital de giro	USD + 4,33%	-	380	-
Capital de giro	USD + 1,95 a.a.	-	-	332
Contratos de swap		(18)	(43)	-
Custo de captação		(1)	-	-
		314	612	332
Total		8.781	726	457

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

Vencimento	ASSAÍ CONSOLIDADO
De 1 a 2 anos	2.093
De 2 a 3 anos	2.091

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

De 3 a 4 anos	2.770
De 4 a 5 anos	217
Após 5 anos	223
Subtotal	7.394
Custo de captação	(56)
Total	7.338

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência.

Financiamento do capital de giro e Debêntures

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

Swaps

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2019 foi de 5,96% (6,42% em 31 de dezembro de 2018).

Em R$ milhões

				Data				
Descição	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	ASSAÍ CONSOLIDADO
1ª Emissão de Notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	03/07/2020	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	52

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

1ª Emissão de Notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	05/07/2021	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	52
1ª Emissão de Notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	52
1ª Emissão de Notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	258
1ª Emissão de Notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	206
1ª Emissão de Notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	206
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2020	CDI + 1,60% a.a.	500	1.001
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2021	CDI + 1,74% a.a.	1.022	2.044
1ª Emissão de Debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 1,95% a.a.	1.023	2.045
1ª Emissão de Debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI + 2,20% a.a.	1.024	2.046
Custo de captação								(79)
								7.883

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 (R2) "Arrendamento Mercantil".

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo de arrendamento pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5.000 (cinco mil dólares), desde que não haja a opção de compra do item implícita no contrato.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

Em R$ milhões

	ASSAÍ CONSOLIDADO		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos			
Até 1 ano	404	81	65
De 1 a 5 anos	1.323	347	303
Mais de 5 anos	2.024	752	641
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	3.751	1.180	1.009
Encargos futuros de financiamento	2.347	1.141	983
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	6.098	2.321	1.992

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essa restrições.

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de restruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contratos de financiamento a máquinas e equipamentos (FINAME);
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (*swap*, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) Limites dos financiamentos já contratados, percentuais já utilizados

Embora não apresente financiamentos fixos já contratados, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2019, contratos de abertura de crédito no valor de R$ 400 milhões.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"). Dessa forma, o resultado consolidado da Companhia referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

Demonstração de Resultados

	ASSAÍ CONSOLIDADO				
Demonstração do Resultado	31.12.2019	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AH 2018 x 2017	31.12.2017
R$ - Milhões					
Receita Bruta de Vendas	32.992	31,5%	25.092	24,1%	20.216
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	30.232	31,3%	23.017	24,1%	18.544
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(24.862)	32,0%	(18.835)	21,0%	(15.572)
Depreciações e Amortizações - Custo	(29)	190,0%	(10)	66,7%	(6)
Lucro Bruto	5.341	28,0%	4.172	40,7%	2.966
Despesas com Vendas	(2.782)	45,8%	(1.908)	22,1%	(1.563)
Despesas Gerais e Administrativas	(166)	-39,6%	(275)	17,0%	(235)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5)	n/a	-	n/a	-
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(206)	6766,7%	(3)	-96,2%	(79)
Total das Despesas Operacionais	2.182	9,9%	1.986	82,4%	1.089
Depreciações e Amortizações	(454)	45,0%	(313)	31,0%	(239)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	1.728	3,3%	1.673	96,8%	850
Receitas financeiras	287	241,7%	84	121,1%	38

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas financeiras	(544)	166,7%	(204)	13,3%	(180)
Resultado financeiro líquido	(257)	114,2%	(120)	-15,5%	(142)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.471	-5,3%	1.553	119,4%	708
Imposto de Renda e Contribuição Social	(411)	-13,8%	(477)	126,1%	(211)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.060	-1,5%	1.076	116,5%	497
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	n/a	-	n/a	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.060	-1,5%	1.076	116,5%	497
Participação dos Acionistas Não Controladores	(13)	n/a	-	n/a	-
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	1.047	-2,7%	1.076	116,5%	497

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018

	ASSAÍ CONSOLIDADO		
Demonstração do Resultado - Consolidado	31.12.2019	31.12.2018	AH 2019 x 2018
Receita Bruta de Vendas	32.992	25.092	31,5%
Receita Operacional Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	30.232	23.017	31,3%
Lucro Bruto	5.341	4.172	28,0%
Margem Bruta	17,7%	18,1%	-0,4 p.p.
Despesas com Vendas	(2.782)	(1.908)	45,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(166)	(275)	-39,6%
Desp. com vendas, gerias e administrativas	(2.948)	(2.183)	35,0%
% da Receita líquida	-9,8%	-9,5%	-0,3 p.p.
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5)	-	n/a
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(206)	(3)	6766,7%
Depreciações e Amortizações	(454)	(313)	45,0%
Resultado financeiro líquido	(257)	(120)	114,2%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	1.047	1.076	-2,7%

Receita operacional líquida

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 31,3% em 2019, passando de R$ 23,017 bilhões em 2018 para R$ 30,232 bilhões em 2019. Essas receitas são provenientes das operações de cash & carry e um mês do Grupo Éxito.

O aumento na receita líquida está em linha com o plano de expansão que a Administração da Companhia vem realizando nos últimos anos, no ano de 2019 tivemos o recorde de abertura de lojas com 22 lojas (18 lojas em 2018), contribuindo para o crescimento de 20% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R$ 5,341 bilhões, aumento de R$ 1,169 bilhões ou 28,0% em relação a 31 de dezembro de 2018. A margem bruta atingiu 17,7%, patamar 0,4 p.p. inferior a 2018.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R$ 2,183 bilhões em 2018 para R$ 2,948 bilhões em 2019, crescimento de 35,0%. Excluindo as despesas do Éxito no valor de R$ 323 milhões, o crescimento da despesa é de 20,2%, significativamente inferior ao crescimento das vendas líquidas, mesmo com a abertura de 22 novas lojas e a entrada do formato em 3 novos estados (Tocantis, Amapá e Rondônia), resultado do controle rigoroso das despesas e ganhos de produtividade.

Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R$ 3 milhões em 2018 para R$ 206 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de integração dos ativos da América Latina e do resultado da consolidação de um mês do Éxito.

Depreciação e Amortização

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R$ 454 milhões, representando um aumento de 45,0% comparado às depreciações e amortizações de R$ 313 bilhão em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2019 e do resultado da consolidação de um mês do Éxito.

Resultado Financeiro, líquido

Em 2019, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$ 257 milhões, representando 0,9% da receita líquida (0,5% em 2018). Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 4,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Éxito.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores da Companhia em 2019 foi de R$ 1,047 bilhão (R$ 1,076 bilhão em 2018) representando uma redução de 2,7% , impactado pelos gastos não recorrentes para aquisição do Éxito. Excluindo-se esses gastos o lucro líquido teria um aumento de aproximadamente 6,1% quando comparado com 2018.

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2018 vs. 31 de dezembro de 2017

Receita operacional líquida

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 24,1% em 2018, passando de R$ 18,544 bilhões em 2017 para R$ 23,017 bilhões em 2018. Essas receitas são provenientes das operações de *cash and carry* e pela abertura de 18 lojas, sendo 16 novas lojas e 2 conversões da bandeira Extra Hipermercado para Assaí.

Lucro Bruto

Em 2018, o lucro bruto totalizou R$ 4,172 bilhões, aumento de R$ 1,206 bilhão ou 40,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, a margem bruta de 2018 foi superior em 2,1 p.p. em relação a 2017, confirmando a maturação das lojas advindas da expansão dos últimos anos, além do retorno relacionado a inflação de alimentos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentou de R$ 1,798 bilhão em 2017 para R$ 2,183 bilhões em 2018, apresentando um percentual sobre a receita líquida de venda de 8,9% em 2017 para 9,5% em 2018, resultado da maturação das lojas abertas nos últimos anos.

Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas

Em 2018 houve uma redução de R$ 76 milhões quando comparado com 2017 decorrente, principalmente, pela reversão de contingências fiscais relacionadas a discussões judiciais de períodos passados no montante aproximado de R$ 49 milhões e redução nas perdas com baixas de ativos imobilizados de R$ 7 milhões quando comparado com 2017.

Depreciações e Amortizações

Em 2018, as depreciações e amortizações totalizaram R$ 313 milhões, representando um aumento de 31,0% comparado às depreciações e amortizações de R$ 239 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2018.

Resultado Financeiro, líquido

Em 2018, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$ 120 milhões, representando 0,5% da receita líquida (0,8% em 2017). Essa redução se deve, principalmente, pelo menor nível de juros no período (o CDI médio em 2017 foi de 9,9% e em 2018 foi de 6,5%).

Lucro Líquido

O lucro líquido da Companhia em 2018 foi de R$ 1,076 bilhão (R$ 497 milhões em 2017) representando um aumento de 116,5%, decorrente do compromisso da Administração da Companhia em elevar a rentabilidade do negócio através da forte expansão dos últimos anos e divulgação da marca através do patrocínio do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série A.

Balanço Patrimonial

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Balanço Patrimonial – Ativo Consolidado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	ASSAÍ CONSOLIDADO							
(R$ milhões)	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV
Ativo Circulante	12.282	34,2%	191,0%	4.198	38,4%	35,8%	3.092	37,8%
Caixa e equivalentes de caixa	5.026	14,0%	256,2%	1.411	12,9%	58,4%	891	10,9%
Contas a Receber	491	1,4%	258,4%	137	1,3%	-32,5%	203	2,5%
Estoques	5.190	14,5%	132,2%	2.235	20,4%	27,4%	1.755	21,4%
Impostos a recuperar	1.119	3,1%	231,1%	338	3,1%	56,5%	216	2,6%
Ativos mantidos para venda	52	0,1%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	29	0,1%	-32,6%	43	0,4%	na	-	0,0%
Dividendos a receber	-	0,0%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Outras contas a receber	206	0,6%	505,9%	34	0,3%	25,9%	27	0,3%
Outros ativos circulantes	169	0,5%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Ativo Não Circulante	23.623	65,8%	250,7%	6.735	61,6%	32,3%	5.092	62,2%
Impostos a recuperar	962	2,7%	3,6%	929	8,5%	235,4%	277	3,4%
Instrumentos financeiros derivativos	11	0,0%	22,2%	9	0,1%	-43,8%	16	0,2%
Partes relacionadas	97	0,3%	781,8%	11	0,1%	-8,3%	12	0,1%
Depósitos judiciais	121	0,3%	2,5%	118	1,1%	-1,7%	120	1,5%
Outras contas a receber	37	0,1%	na	-	0,0%	-100,0%	193	2,4%
Outros ativos não circulantes	84	0,2%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Investimentos	320	0,9%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Propriedade para investimento	3.051	8,5%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Imobilizado	14.652	40,8%	214,8%	4.655	42,6%	25,0%	3.725	45,5%
Intangíveis	4.288	11,9%	323,3%	1.013	9,3%	35,2%	749	9,2%
TOTAL DO ATIVO	35.905	100,0%	228,4%	10.933	100,0%	33,6%	8.184	100,0%
	-			-			-	

Balanço Patrimonial – Passivo Consolidado

PASSIVO

	ASSAÍ CONSOLIDADO							
(R$ milhões)	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV
Passivo Circulante	13.930	38,8%	171,8%	5.125	46,9%	51,6%	3.381	41,3%
Fornecedores	9.770	27,2%	170,9%	3.607	33,0%	30,2%	2.770	33,8%
Passivo de arrendamento	404	1,1%	398,8%	81	0,7%	24,6%	65	0,8%
Empréstimos e financiamentos	316	0,9%	-53,3%	676	6,2%	2972,7%	22	0,3%
Debêntures	1.156	3,2%	na	-	0,0%	na	-	0,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Salários e encargos sociais	572	1,6%	132,5%	246	2,3%	24,2%	198	2,4%
Impostos e contribuições sociais a recolher	327	0,9%	155,5%	128	1,2%	109,8%	61	0,7%
Dividendos a pagar	11	0,0%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Partes relacionadas	152	0,4%	46,2%	104	1,0%	9,5%	95	1,2%
Receitas antecipadas	277	0,8%	75,3%	158	1,4%	51,9%	104	1,3%
Obrigação de compra participação minoritária	466	1,3%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Outros passivos circulantes	479	1,3%	283,2%	125	1,1%	89,4%	66	0,8%
Passivo Não Circulante	12.274	34,2%	615,3%	1.716	15,7%	-3,5%	1.779	21,7%
Passivo de arrendamento	3.347	9,3%	204,5%	1.099	10,1%	16,4%	944	11,5%
Empréstimos e financiamentos	622	1,7%	509,8%	102	0,9%	-77,4%	451	5,5%
Debêntures	6.727	18,7%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.191	3,3%	3349,4%	265	2,4%	197,8%	89	1,1%
Provisão para demandas judiciais	349	1,0%	47,9%	236	2,2%	-16,9%	284	3,5%
Receitas a apropriar	2	0,0%	-50,0%	4	0,0%	na	-	0,0%
Outros passivos não circulantes	36	0,1%	260,0%	10	0,1%	-9,1%	11	0,1%
Patrimônio Líquido	9.701	27,0%	137,1%	4.092	37,4%	35,3%	3.024	37,0%
Capital social	4.421	12,3%	88,0%	2.351	21,5%	4,4%	2.252	27,5%
Reservas de capital	18	0,1%	12,5%	16	0,1%	100,0%	8	0,1%
Reservas de lucros	2.497	7,0%	44,8%	1.725	15,8%	125,8%	764	9,3%
Outros resultados abrangentes	162	0,5%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Participação de acionistas não controladores	2.603	7,2%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.905	100,0%	228,4%	10.933	100,0%	33,6%	8.184	100,0%

31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 5,026 bilhões, um aumento de R$ 3,615 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Éxito, que adicionou R$ 3,150 bilhões em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 14,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 12,9% em 31 de dezembro de 2018.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R$ 491 milhões, um aumento de R$ 354 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Éxito, contribuindo com um incremento de R$ 303 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Estoques

Os estoques aumentaram 132,2%, passando de R$ 2,235 bilhões em 2018 para R$ 5,190 bilhões em 2019, representando um aumento de R$ 2,955 bilhões. Este aumento está impactado pela contribuição do Éxito com o valor de R$ 2,418 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,5% do ativo total e 20,4% em 31 de dezembro de 2018, o que demonstra também uma maior eficiência operacional da administração da Companhia na gestão dos estoques, mesmo com a abertura de 22 lojas no ano de 2019.

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar aumentou 64,2%, passando de R$ 1,267 bilhão em 2018 para R$ 2,081 bilhões, ou seja, um aumento de R$ 814 milhões, sendo que R$ 417 milhões se referem ao saldo do grupo Éxito. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas, principalmente, ao registro do crédito de ICMS sobre a operação no valor de R$ 331 milhões.

Outras contas a receber e Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os outros ativos aumentaram 1.358,8%, passando de R$ 34 milhões em 2018 para R$ 496 milhões em 2019, variação de R$ 462 milhões, em função, principalmente, da consolidação do Grupo Éxito que impactou em R$ 256 milhões e pelo valor a receber de R$ 100 milhões decorrente da venda de lojas na operação de *Sale Leaseback* realizada no último trimestre de 2019.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível, investimentos, bem como os impostos a recuperar, outras contas a receber e outros ativos que foram apresentados no circulante, passou de R$ 138 milhões em 2018 para R$ 3,280 bilhões em 2019. O aumento de R$ 3,142 bilhões se explica, principalmente, pela consolidação do Grupo Éxito.

Investimento

Em 2019, a Companhia passou a consolidar as operações do Grupo Éxito, e montante de R$ 320 milhões que se refere a associada Tuya, financeira investida do Éxito, que detém 50% de participação.

Propriedade para investimento

Em 2019, o montante de R$ 3,051 bilhões está relacionado a propriedade para investimentos da controlada Éxito e correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço e são mensuradas pelo valor justo por meio de avaliações realizadas por terceiros.

Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 214,8%, passando de R$ 4,655 bilhões em 2018 para R$ 14,652 bilhões. Este aumento de R$ 9,997 bilhões é representado por: (i) R$ 2,040 bilhões de adição, (ii) R$ 138 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R$ 8,497 bilhões da aquisição do Grupo Éxito, (iv) R$457 milhões de depreciação, (v) R$362 milhões de baixa, e (vi) R$ 139 milhões de ajuste de conversão de Éxito. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 40,9% do ativo total em comparação a 42,6% em 31 de dezembro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R$ 3,495 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 1,060 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangível

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R$ 3,275 bilhões, passando de R$ 1,013 bilhões em 2018 para R$ 4,288 bilhões. A evolução está relacionada, principalmente, à primeira consolidação do Grupo Éxito, cujo saldo era de R$ 3,162 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 11,9% do ativo total em comparação a 9,3% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R$ 3,607 bilhões em 2018 para R$ 9,770 bilhões em 2019. Essa variação de R$ 6,163 bilhões ocorreu, principalmente, pela consolidação do Grupo Éxito com saldo de R$ 5,208 bilhões e ao aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores representava 27,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação à 33,0% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2019, o passivo de arrendamento aumentou R$ 2,571 bilhões, passando de R$ 1,180 bilhão em 2018 para R$ 3,751 bilhões. O aumento está representado, basicamente, pelos passivos de arrendamento do Grupo Éxito de R$ 1,817 bilhões.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Em 2019, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, aumentaram 20,6%, passando de R$ 778 milhões em 2018 para R$ 938 milhões em 2019. Esses empréstimos e financiamentos representavam 2,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 7,1% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R$ 160 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está, principalmente, relacionado à captação de debêntures de longo prazo de R$ 8 bilhões para a aquisição do Grupo Éxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R$ 326 milhões, passando de R$ 246 milhões em 2018 para R$ 572 milhões, cuja variação é, principalmente, em função da consolidação do Grupo Éxito, com impacto de R$ 293 milhões.

Outros passivos e Obrigação de compra participação minoritária (circulante e não circulante)

Os outros passivos tiveram um aumento de R$ 846 milhões, passando de R$ 135 milhões em 2018 para R$ 981 milhões em 2019, impactados, principalmente, pela opção de venda dos minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A. pelo valor de R$ 466 milhões e de R$ 260 milhões decorrentes da consolidação do Grupo Éxito.

Não Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 349,4%, passando de R$ 265 milhões em 2018 para R$ 1,191 bilhão, representando um aumento de R$ 926 milhões, principalmente por: R$ 1,217 bilhão de depreciação dos itens do imobilizados; e ii) R$ 253 milhões de prejuízo fiscal do Grupo Éxito.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 47,9%, passando de R$ 236 milhões em 2018 para R$ 349 milhões, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Éxito. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 1,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,2% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R$ 5,609 bilhões, passando de R$ 4,092 bilhões em 2018 para R$ 9,701 bilhões em 2019, esse aumento se deve aos seguintes fatores: (i) R$ 2,603 bilhões de participação de acionistas não controladores decorrentes da aquisição do Grupo Éxito; (ii) aumento de R$ 2,070 bilhões no capital social advindos da integralização de capital por meio de 2 imóveis no valor de R$ 67 milhões e capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R$ 2,003 bilhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018 vs. 31 de dezembro de 2017

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2018, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 1,411 bilhão, um aumento de R$ 520 milhões em relação a 2017, principalmente, relacionado ao menor desembolso nas atividades de financiamento em 2018 em compração com 2017. As disponibilidades representavam 12,9% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 em comparação com 10,9% em 31 de dezembro de 2017.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber totalizou R$ 137 milhões, uma redução de R$ 66 milhões em relação ao saldo de 2017. Esta variação é decorrente, principalmente, do maior saldo de recebíveis antecipados, mediante estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia.

Estoques

Em 2018, os estoques aumentaram 27,4% ou R$ 480 milhões, passando de R$ 1,755 bilhão em 2017 para R$ 2,235 bilhões, principalmente, em função do aumento dos estoques para suportar a abertura de novas lojas que levou a um forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2018, os estoques representavam 20,4% do ativo total e 21,4% em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impostos a recuperar aumentou em 157,0%, passando de R$ 493 milhões em 2017 para R$ 1,267 bilhão. O acréscimo de R$ 774 milhões se refere, principalmente, a créditos extemporâneos de ICMS-ST de R$ 436 milhões referente a períodos anteriores, além do novo patamar de créditos recorrentes.

Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os outros ativos reduziram 84,5%, passando de R$ 220 milhões em 2017 para R$ 34 milhões, variação de R$ 186 milhões, em função, principalmente, do valor utilizado para compensar o prêmio pela renovação do contrato com Paes Mendonça de R$ 195 milhões, cujo direito contratual de exploração das lojas é pelo prazo de 30 anos.

Imobilizado

Em 2018, o imobilizado aumentou 25,0%, passando de R$ 3,725 bilhões em 2017 para R$ 4,655 bilhões. Este aumento de R$ 930 milhões é representado por: (i) R$ 1,281 bilhão de adição, (ii) R$ 52 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R$329 milhões de depreciação, e (iv) R$ 74 milhões de baixa. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado representava 42,6% do ativo total em comparação a 45,5% em 31 de dezembro de 2017. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R$ 52 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangíveis

Em 2018, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R$ 264 milhões, passando de R$ 749 milhões em 2017 para R$ 1,013 bilhão. A evolução está relacionada, principalmente, ao direito contratual de exploração das lojas do Paes Mendonça no valor de R$ 232 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos intangíveis representavam 9,3% do ativo total em comparação a 9,2% em 31 de dezembro de 2017.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R$ 2,770 bilhões em 2017 para R$ 3,607 bilhões em 2018. Essa variação de R$ 837 milhões ocorreu, principalmente, pelo aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de fornecedores representava 33,0% do passivo total, incluindo o patrimônio líquido, em comparação a 33,8% em 31 de dezembro de 2017.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2018, o passivo de arrendamento aumentou R$ 171 milhões, passando de R$ 1,009 bilhão em 2017 para R$ 1,180 bilhão. Esse aumento está representado pela adoção retrospectiva do CPC06/IFRS16, sendo: (i) R$ 210 milhões referente a captação de novos contratos, (ii) R$ 52 milhões de remensuração de contratos; (iii) Encargos sobre os contratos de arrendamento no valor de R$ 124 milhões; e (iv) R$ 215 milhões de amortização no exercício de 2018. O passivo de arrendamento representava 10,8% do passivo total, incluindo o patrimônio líquido, em comparação a 12,3% em 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

Em 2018, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, aumentaram 64,5%, passando de R$ 473 milhões em 2017 para R$ 778 milhões em 2018. Esses empréstimos e financiamentos e debêntures representavam 7,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 5,8% em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R$ 305 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está principalmente relacionado à captações de capital de giro no valor de R$ 417 milhões e amortizações de principal e juros no valor de R$ 112 milhões em 2018.

Salários e encargos sociais

Em 2018, o passivo com salários e encargos sociais aumentou R$ 48 milhões, passando de R$ 198 milhões em 2017 para R$ 246 milhões, cuja variação é, principalmente, em função do dissídio do ano e seus efeitos em encargos e provisões trabalhistas. A participação da rubrica sobre o total do passivo, incluindo o patrimônio líquido, permaneceu estável nos anos de 2018 e 2017 em 2,3%.

Impostos e contribuições a recolher

Em 2018, o passivo com impostos e contribuições aumentou 109,8%, passando de R$ 61 milhões em 2017 para R$ 128 milhões. Este aumento se deu, principalmente, pelo maior saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia decorrente do aumento de suas operações.

Não circulante

Provisão para demandas judiciais

Em 2018, a provisão para demandas judiciais reduziu 16,9%, passando de R$ 284 milhões em 2017 para R$ 236 milhões, as quais estão relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para demandas judiciais representava 2,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 3,5% em 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R$ 1,068 bilhão, passando de R$ 3,024 bilhões em 2017 para R$ 4,092 bilhões em 2018. Este aumento se deve: (i) lucro líquido de R$ 1,076 bilhão; (ii) constituição de reserva de lucros de R$ 961 milhões; e (iii) pagamento de juros sobre o capital próprio de R$ 115 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido representava 37,4% do passivo total, incluindo o patrimônio líquido, em comparação com 37,0% em de 31 de dezembro de 2017.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

As receitas da Companhia são provenientes das operações de autosserviço do Assaí, além de um mês de vendas do Grupo Éxito em 2019.

	Atacado de autosserviços e Postos			Grupo Éxito		Total	
(R$milhões)	2019	2018	2017	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	28.082	23.017	18.544	2.150	-	30.232	23.017

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No ano de 2018, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R$ 23 bilhões, evolução de 24,1% (6º ano consecutivo de crescimento acima de 20%) e de 8,1% no conceito "mesmas lojas", como resultado do sucesso das estratégias comerciais, confirmando a consistência do desempenho, com continuidade dos ganhos de volume e fluxo de clientes.

Foram inauguradas 18 lojas no ano, sendo 16 lojas orgânicas e 2 conversões, passando de uma área total de vendas de 506 mil m2 em 2017 para 598 mil m2 em 2018.

Em 2019, o desempenho da expansão das lojas juntamente com seu posicionamento acertado e política comercial bem-sucedida resultaram em avanço de mais de 3x nas vendas nos últimos 5 anos, com ampliação da participação de mercado para 28,5% (+7,5 p.p. no período), contribuindo para o crescimento do formato de atacado no país.

O faturamento em 2019 alcançou R$ 28,1 bilhões (+22%), acréscimo de aprox. R$ 5 bilhões no ano, impulsionado pela excelente performance das 22 lojas (21 orgânicas e 1 conversão) inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores, além do crescimento de 6,3% em "mesmas lojas", apesar da robusta base de comparação em 2018 (+8,1%). A Companhia terminou o ano de 2019 com uma área total de vendas de 713 mil m².

Para maiores informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) da introdução ou alienação de segmento operacional

Em R$ milhões:

	Atacado de autosserviços e Postos			Grupo Éxito		Total	
(R$milhões)	2019	2018	2017	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	28.082	23.017	18.544	2.150	-	30.232	23.017
Ativo circulante	5.722	4.198	3.092	6.560	-	12.282	4.198
Ativo não circulante	17.818	6.735	5.092	5.805	-	23.623	6.735
Passivo circulante	6.721	5.125	3.381	7.209	-	13.930	5.125
Passivo não circulante	9.721	1.716	1.779	2.553	-	12.274	1.716
Patrimônio líquido	7.098	4.092	3.024	2.603	-	9.701	4.092

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(i) Aquisição Almacenes Éxito ("Grupo Éxito")

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração da CBD, então controladora da Companhia, uma recomendação do acionista controlador final da CBD, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo histórico pela CBD e pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, e envolveu uma oferta pública lançada pela Companhia, com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15(R) / IFRS 3(R).

Em 23 de julho de 2019, foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração da CBD, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço inicialmente recomendado pela diretoria executiva da CBD, aprovou que a Companhia autorizasse o lançamento de uma oferta pública ("OPA") com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R$21,68 reais na data da aquisição).

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Companhia de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019).

O Grupo Éxito opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

(c) dos eventos ou operações não usuais

Não aplicáveis.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do

(a) auditor mudanças significativas nas práticas contábeis

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22/ IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/ IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Não houve impactos significativos em decorrência da adoção dessa interpretação.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamento mercantil, CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam, substancialmente, entre 5 e 25 anos.

Não há itens que alterem, significativamente, as demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, exceto para os efeitos da aplicação do CPC 31/ IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes, CPC – 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2016, com impactos nas demonstrações do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, balanços patrimoniais, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Os efeitos em 31 de dezembro de 2017 foram de R$ 2 milhões no patrimônio líquido, além de uma reclassificação para fins do CPC 47/IFRS 15 aumentando o custo das mercadorias vendidas e diminuindo as despesas com vendas e administrativas em R$ 11 milhões em 2017.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa do CPC 06 (R2) / IFRS16 como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e, consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A Companhia considerou os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS16 no tocante o uso da taxa incremental nominal, à inclusão dos impostos incidentes sobre os pagamentos de arrendamento e o prazo de benfeitorias em imóveis de terceiros em que foram consideradas as benfeitorias significativas individualmente por contrato sobre a decisão de extensão do prazo contratual razoavelmente certo. Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,7%. O prazo médio dos contratos considerados é de 13,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,5% com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

1) Redução ao valor recuperável – impairment

Conforme método divulgado nas notas explicativas nº 15.1 e 16.1, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

• Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas do mesmo setor. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.

• Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 4,8% (5,5% em 2018) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 8,4% (10,1% em 2018) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que também são segmentos operacionais que divulgam informações.

O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,5% (6,0% em 31 de dezembro de 2018) para o varejo e para o atacado, respectivamente. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

2) Impostos sobre a renda

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia e de sua controlada, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões se baseia em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras e referem-se às suas subsidiárias, que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa n° 23 fornece outros detalhes sobre impostos.

3) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo, que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo se baseia em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa n° 20) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

5) Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Vide nota explicativa n° 10 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

6) Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

7) Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem se beneficiar da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

8) Arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 21), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e sua subsidiária como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$ 3,751 bilhões em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1,180 bilhão em 31 de dezembro de 2018), de acordo com o quadro a seguir:

	ASSAÍ CONSOLIDADO	
	31.12.2019	31.12.2018
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos		
Até 1 ano	404	81
De 1 a 5 anos	1.323	347

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Mais de 5 anos	2.024	752
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	3.751	1.180
Encargos futuros de financiamento	2.347	1.141
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	6.098	2.321

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) Arrendamentos mercantis operacionais ativos e passivos

Arrendamento operacional - Pagamentos contingentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas (receitas) do período:				
Variáveis (0,5% e 1,6% das vendas)	15	12	19	12
Subarrendamentos (*)	20	11	20	11

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais

Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram conforme o quadro a seguir:

Nota: Vide explicação quando a adoção do CPC06/IFRS16 a partir de 01/01/2019 no item 10.4 deste Formulário de Referência ou na nota 4 das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos				
Até 1 ano	109	81	404	81
De 1 a 5 anos	518	347	1.323	347
Mais de 5 anos	1.258	752	2.024	752
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	1.885	1.180	3.751	1.180
Encargos futuros de financiamento	1.634	1.141	2.347	1.141
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	3.519	2.321	6.098	2.321

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro e 2018.

(iv) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos mencionados no item 10.6(a) acima.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado em um cenário anterior ao início da pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia se reserva no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos bruto para o Assaí para o ano de 2020 totaliza R$ 1,4 bilhão para construção de novas unidades, conversão de hipermercados, reforma de lojas existentes, entre outros tais como logística, tecnologia, líquido dos recursos provenientes das vendas de imóveis totaliza R$700 milhões.

O Plano de Investimentos para o Éxito para o ano de 2020 totaliza até R$300 milhões, para conversão, abertura e reforma de lojas.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, financiamentos obtidos junto ao BNDES, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), notas promissórias e monetização de ativos maduros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 05 de março de 2020, a CBD, então controladora da Companhia, celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície" ("Instrumento"). O Instrumento tinha por objeto a venda de 13 imóveis da Companhia, localizados nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, e Paraíba, pelo valor total de R$ 551 milhões.

Sem prejuízo das demais disposições do Instrumento, conforme divulgado pela CBD e a Companhia em Fatos Relevantes datados de 29 de maio de 2020 e 22 de julho de 2020, as partes concordaram em excluir da operação um imóvel de valor não relevante para o volume total, de modo que o Instrumento passou a tratar da alienação de 12 imóveis ao todo.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.

10.8 - Plano de Negócios

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Outros fatores com influência relevante

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

a) Objeto da projeção

No ano de 2020, a CBD divulgou as seguintes projeções em relação à Companhia:

(i) Expectativa de faturamento bruto da Companhia para o ano de 2022;

(ii) Expectativa de margem EBITDA da Éxito (Colômbia); Expectativa de CAPEX – Éxito (Colômbia);

(iii) Expectativa de margem EBITDA da Éxito (Uruguai).

b) Período projetado e prazo de validade da projeção

As projeções e estimativas para o ano de 2020 são válidas até dezembro de 2020. Com relação ao faturamento bruto da Companhia, o período projetado vai até 2022, sendo válida referida projeção até dezembro de 2020.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

As projeções e estimativas apresentadas, conforme o caso, refletiram as expectativas da Companhia acerca do exercício de 2020, exceto onde apresentado de forma diferente, e consideraram, principalmente, as seguintes premissas:

- o histórico de desempenho da economia brasileira, incluindo projeções de taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro e o crescimento do consumo interno, conforme divulgado no começo do ano pelos órgãos e instituições privadas competentes, condição esta que não pode ser influenciada pela administração da Companhia;

- a performance histórica da Companhia e suas controladas;

- o desempenho e condições dos setores de atacado de autosserviço brasileiro, colombiano e uruguaio de alimentos (e do setor varejista colombiano e uruguaio), tais como a disponibilidade e o preço de mercadorias, e a concorrência existente no setor à época, sendo que tal desempenho e tais condições podem ser afetadas pelas atuais condições de mercado decorrentes do COVID-19; e

- manutenção das condições de acesso a crédito para pessoas físicas, o que não depende da administração da Companhia, podendo tais condições serem afetadas pelas atuais condições de mercado decorrentes do COVID-19.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

No relatório de divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2019 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia:

Indicadores para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2020:

- **Margem EBITDA(1) recorrente – Éxito Colômbia**: Manutenção da margem EBITDA recorrente do grupo Éxito na Colômbia ao menos em linha com a apresentada em 2019.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

- **CAPEX – Éxito Colômbia**: Investimento de aproximadamente COP$400.000 milhões no grupo Éxito na Colômbia, destinado à otimização de lojas, inovação, transformação digital e *real estate*. Na divulgação de resultados referentes ao 1T20, realizada pelo Grupo Éxito na Colômbia, essa estimativa foi revisada para cerca de COP$200.000 milhões devido ao novo cenário de pandemia observado principalmente desde a segunda quinzena de março de 2020.

- **Margem EBITDA(1) recorrente – Éxito Uruguai**: Manutenção da margem EBITDA recorrente do grupo Éxito no Uruguai ao menos no mesmo nível da apresentada em 2019.

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes

Indicadores para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2022:

- **Faturamento bruto**: A Companhia tem por objetivo alcançar faturamento bruto de R$50 bilhões em 2022 no Brasil (Assaí), por meio da maturação das suas lojas novas e plano de expansão contínua, ampliando sua presença nacional.

Projeções anteriores

Na divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2018 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia, que eram válidos até 31 de dezembro de 2019:

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida:
- **Assaí:** continuidade da forte expansão, com crescimento 'mesmas lojas' ao redor de 2,0 p.p. acima da inflação e receita total superior a 20%.

EBITDA: evolução em ambos os negócios, sendo:
- **Assaí**: evolução da margem EBITDA(1) em cerca de 0,3-0,4 p.p. vs 2018.

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes.

Na divulgação dos resultados do 4º trimestre de 2017 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia, válidos até 31 de dezembro de 2018:

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

- **Vendas "Mesmas Lojas"**: Companhia acima da inflação, em linha com a inflação alimentar, com continuidade dos ganhos de *market share*.

Margem EBITDA(1):
- **Assaí**: a expectativa é de evolução em cerca de 0,2-0,3 p.p. vs 2017.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes.

Na divulgação dos resultados do 3T17 da CBD, foram apresentados os seguintes indicadores em relação à Companhia, válidos até 31 de dezembro de 2017:

Indicadores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

- **Vendas**: Continuidade de ganhos de Market Share(1) na Companhia;

(1) Segundo dados da Nielsen para cada segmento.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) ***informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas.***

Não aplicável, considerando que as projeções da Companhia para o exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2020 não estão (a) substituindo projeções feitas em anos anteriores ou (b) repetindo projeções feitas em exercícios anteriores.

(b) ***quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando como clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.***

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 **(1)**

Projeções	***Guidance***	***Indicadores atingidos***
Receita Líquida Companhia	Crescimento da receita líquida "Mesmas Lojas" ao redor de 2,0 p.p. da inflação IPCA e receita total superior a 20%.	*Guidance* atingido, sendo que houve crescimento da receita líquida de "Mesmas Lojas" de 5,9% e receita total superior a 21,4%.
EBITDA	Evolução entre 0,3-0,4 p.p na Companhia	Na Companhia, o *guidance* foi atingido, com evoluçao de 0,3 p.p.

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T18

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 **(1)**

Projeções	***Guidance***	***Indicadores atingidos***
Vendas Alimentar	Manutenção/ganho de *market share*.	Ganho de *market share*, conforme Nielsen.
Margem EBITDA Alimentar	Evolução de 0,2-0,3 p.p na Companhia	0,4 p.p no Assaí

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T17

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 **(1)**

Projeções	***Guidance***	***Indicadores atingidos***
Vendas Alimentar	Manutenção/ganho de *market share*.	Ganho de 3,5p.p. de *market share* segundo a Nielsen no Assaí

(c) ***quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.***

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

As únicas projeções divulgadas pela Companhia para períodos ainda em curso são aquelas apresentadas no item 11.1 deste Formulário de Referência para os exercícios sociais de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2022, as quais foram apresentadas pela CBD na divulgação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Referidas projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência, exceto relacionada ao CAPEX esperado para operações do Grupo Éxito na Colômbia que, conforme informado pelo Grupo Éxito na divulgação dos resultados referentes ao 1T20, foram reduzidas pela metade, totalizando cerca de COP$200.000 milhões (R$ 300 milhões), devido ao novo cenário de pandemia observado no mundo todo, principalmente desde meados da segunda quinzena de março de 2020.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, auxiliado por cinco comitês: Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, Comitê Financeiro, Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria e Comitê Estratégico e de Investimentos. Tanto os membros do Conselho de Administração quanto da Diretoria possuem mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, e devem subscrever um Termo de Posse, sendo sua posse condicionada à assinatura desse documento. Por meio deste instrumento, os Conselheiros e Diretores se sujeitam à cláusula compromissória referida no artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também pelas seguintes atribuições, dentre outras, conforme Estatuto Social e Regimento Interno próprio:

a. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

b. aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia;

c. eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações;

d. deliberar sobre a remuneração individual do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

e. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

f. convocar a Assembleia Geral;

g. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;

h. deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

i. escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria;

j. emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral;

k. autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, observada a regulamentação aplicável;

l. desenvolver, em conjunto com a Diretoria, e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");

m. fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76, observado que a participação de empregados e administradores nos resultados não poderá ultrapassar a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros, o que for menor, nos termos do § 1º do Artigo 152 e do Artigo 190 da Lei nº 6.404/76;

n. estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite do capital autorizado e o limite previsto no item "m" acima;

o. constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto no Estatuto Social e fixar a remuneração de seus membros;

p. deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social (a) superior ao valor em Reais equivalente a US$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou (b) superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;

q. deliberar sobre (i) qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos, em valor superior, por transação, a ½ (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação e (ii) qualquer emissão de debêntures não conversíveis em ações;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

r. deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;

s. elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e

t. deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia;

u. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

v. aprovar e alterar os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria e de quaisquer outros Comitês da Companhia;

w. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e dos demais Comitês da Companhia, inclusive designando seus respectivos presidentes e membros externos, observadas as regulamentações da CVM, da B3 e o disposto no Estatuto Social da Companhia;

x. submeter as matérias e os assuntos, requerer pareceres e opiniões que entender adequadas e necessárias ao Conselho Fiscal, quando instalado, ao Comitê de Auditoria e demais Comitês à Diretoria da Companhia, sem prejuízo e observada a competência de cada órgão ou dos Comitês da Companhia. Os pedidos de informações ou esclarecimentos sobre os negócios sociais de iniciativa de qualquer membro do Conselho de Administração deverão ser apresentados perante os órgãos da administração da Companhia, por meio de solicitação assinada pelo Secretário Executivo;

y. incumbir ao Comitê de Auditoria, aos Comitês e à Diretoria da Companhia, deveres e responsabilidades específicos; e

z. exercer toda e qualquer competência atribuída pela legislação aplicável, pela regulamentação da CVM, da B3 e pelo Estatuto Social como de competência do Conselho de Administração.

Ademais, em que pese o Comitê de Auditoria ser responsável por acompanhar os trabalhos da auditoria independente, cabe ao Conselho de Administração aprovar a escolha do auditor independente.

De acordo com o Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos cada, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 9 membros, sendo um Presidente e até 2 Co-Vice-Presidentes. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. Na data de apresentação deste Formulário, o

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conselho de Administração era composto por 3 membros.

Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 voto nas deliberações das reuniões do órgão.

O regimento interno do Conselho de Administração foi aprovado em 5 de outubro de 2020 e será disponibilizado no site da Companhia e da CVM.

Comitês

O Estatuto Social prevê o funcionamento do Comitê de Auditoria e a competência para que o Conselho de Administração possa constituir outros comitês.

Atualmente, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020, a criação de 4 Comitês, além do Comitê de Auditoria estatutário, a saber: (i) Comitê de Gente, Cultura e Remuneração; (ii) Comitê Financeiro; (iii) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade; e (iv) Comitê Estratégico e de Investimentos. Os membros de tais comitês serão eleitos oportunamente.

De acordo com os respectivos Regimentos Internos, cada Comitê é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, os quais são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. É permitida a eleição de 1 membro externo em cada comitê, com exceção do Comitê de Auditoria, o qual será composto por, no mínimo, 2 membros externos, 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, 1 membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado. O Conselho de Administração também é responsável por designar o Presidente ou o Coordenador de cada Comitê. Todas as regras supra definidas, bem como as atribuições abaixo referidas, estão expressas em regimento interno próprio de cada Comitê, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 5 de outubro de 2020 e serão disponibilizados no site da Companhia e da CVM.

As atribuições de cada um dos Comitês são:

(i) Comitê de Gente, Cultura e Remuneração:

O Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração; c) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como das diretrizes para atração e retenção de talentos; d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro; f) examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia e para os comitês de assessoramento do

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conselho de Administração, inclusive membros externos, com base na experiência profissional, capacitação técnica, bem como representatividade econômica, social e cultural; g) examinar e recomendar ao Conselho de Administração os candidatos selecionados para a posição de Diretores da Companhia; h) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, propondo ao Conselho de Administração os critérios de remuneração, benefícios e demais programas, incluindo programas de opção de compra de ações; i) apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a sua avaliação acerca da eficácia das políticas de remuneração adotadas pela Companhia, de modo a aferir a capacidade das referidas políticas de recompensar os bons desempenhos e discriminar desempenhos não-satisfatórios, de acordo com métrica alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, bem como de atrair e reter talentos; j) debater e propor ao Conselho de Administração critérios para a avaliação anual do desempenho dos Diretores da Companhia, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro, bem como apoiar o Conselho de Administração no processo de avaliação, manifestando as suas recomendações para as avaliações individuais da Diretoria da Companhia; e k) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Comitê Financeiro:

O Comitê Financeiro, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; d) analisar e revisar a viabilidade econômico- financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação; e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas; f) acompanhar quaisquer operações e negociações mencionadas no item (e) acima; g) analisar e revisar os índices econômico-financeiros, fluxo de caixa e a política de endividamento da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário; h) acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; i) analisar e recomendar oportunidades em relação às operações de financiamento que poderão melhorar a estrutura de capital da Companhia, além de analisar e debater as necessidades de capital de giro e seus impactos na estrutura de capital da Companhia; j) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira; k) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia nos mercados brasileiro e americano, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e liquido; e l) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iii) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de governança corporativa e sustentabilidade, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; c) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia e pelo relacionamento entre tais órgãos e destes com os acionistas, e, nesse sentido, revisar periodicamente e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre seu funcionamento e competências assim como sobre a Diretoria e sobre os demais Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia; d) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, o Estatuto Social e os Códigos e Políticas da Companhia, os Regimentos Internos dos Órgãos Auxiliares da Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa e sustentabilidade da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; e) manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das normas, bem como acompanhar a implementação de regulamentações e recomendações vigentes e praticadas no mercado, inclusive em relação às normas que venham a ser criadas e impactem as atividades societárias e de mercado de capitais da Companhia; f) minutar, submeter ao Conselho de Administração e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa; g) assessorar o Conselho de Administração da Companhia em todos os aspectos relacionados à sustentabilidade, inclusive no que se refere a ações que visem fomentar o consumo consciente por parte de seus clientes, fornecedores e colaboradores, inclusive recomendando eventuais mudanças ou revisões das propostas de investimentos estratégicos da Companhia nesse sentido; h) assessorar a gestão eficiente da Companhia e recomendar a adoção de programas de gestão de resíduos, de estímulo a pequenos produtores e de segurança alimentar; i) tomar conhecimento e analisar as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia nos termos previstos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; j) manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria, sobre situações em que possa configurar-se cenário de conflito de interesses nas atividades da Companhia; k) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia; l) assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia; m) apoiar o Conselho de Administração na definição do apetite de risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia; n) apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco; o) assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos; p) avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; q) identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração; e r) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerem relevantes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) Comitê de Auditoria:

O Comitê de Auditoria, regulamentado em concordância com a Instrução CVM nº 308, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i)opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (1) a sua independência; (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; c) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia; e ii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; f) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações; g) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia; h) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; i) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e que deve ser mantido na sede social da Companhia e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; j) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia, inclusive os regulamentos e os normativos internos aplicáveis à Companhia e os procedimentos específicos de proteção ao prestador e da confidencialidade da informação, conforme estabelecido no artigo 20 abaixo; k) avaliar e monitorar os mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e l) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

No que tange ao funcionamento, o Comitê reúne-se ordinariamente, no mínimo, a cada 2 meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê, observado que as informações contábeis da Companhia devem sempre ser apreciadas pelo Comitê antes de sua divulgação.

Finalmente, o Comitê de Auditoria estatutário cumpre os requisitos obrigatórios previstos na Instrução CVM n° 308, bem como os requisitos normativos previstos pela SEC.

(v) Comitê Estratégico e de Investimentos:

O Comitê Estratégico e de Investimentos, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: (a) sugerir alterações ao Regimento Interno, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de inovação, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de inovação, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; (c) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, quaisquer documentos relacionados à inovação da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; (d) assessorar o Conselho de Administração na análise de tendências tecnológicas e inovações, bem como avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos da Companhia sob a ótica de inovação; e (e) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerem relevantes.

Diretoria

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. Ademais, compete aos Diretores: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração; (iv) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras legalmente exigidas em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso; (v) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos; (vi) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos; (vii) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior; (viii) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e (ix) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

executar o Plano de Participação nos Resultados.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada Diretor deve residir no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por no mínimo 3 e no máximo 8 membros, sendo um deles designado Diretor Presidente e um deles necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, podendo ainda haver 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Operações sendo os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores sem designação especial, permitida a cumulação de cargos.

A diretoria não possui regimento próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto;

A Companhia possui um comitê de auditoria estatutário que está descrito no item (i) acima.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

Até a data deste Formulário de Referência, as contratações do auditor independente da Companhia seguiam as diretrizes da CBD, controladora da Companhia. De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da CBD, caberá a este Comitê, dentre outras atribuições: (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria da CBD sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração da CBD, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Segundo o Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente: (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias, ressalvadas as atividades que devam ser desempenhadas com reporte ao Conselho de Administração ou seus comitês; (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria; (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do Orçamento anual/plurianual e do Plano de Investimento e Expansão junto ao Conselho de Administração; e (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração.

Compete, em especial, ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pela regulamentação aplicáveis: (a) representar isoladamente a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), outras entidades de controle e outras instituições dos mercados financeiro e de capitais, nacionais e estrangeiras; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e/ou no exterior; e (c) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete, em especial, ao Diretor Administrativo Financeiro, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) exercer a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos da Companhia; (b) participar na formulação e execução de estratégias e planos de negócios da Companhia; e (c) gerenciar recursos humanos, administrar recursos materiais e serviços terceirizados de sua área de competência.

Compete, em especial, ao Diretor Comercial, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) atuar na definição do planejamento estratégico da Companhia; (b) definir e executar plano de marketing e vendas; (c) gerir a qualidade da venda; (d) participar da definição de políticas de recursos humanos; e (e) comunicar-se primordialmente para disseminar informações ao público de interesse da Companhia.

Compete, em especial, ao Diretor de Operações, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) estabelecer diretrizes e operações do comércio; (b) coordenar recursos humanos e administrar recursos materiais e financeiros; (c) dirigir operações do comércio; (d) participar de atividades de marketing; (e) implantar filiais e representações comerciais; e (f) comunicar-se em seminários, palestras, entrevistas e em contatos e negociações comerciais com clientes e distribuidores.

Compete aos demais Diretores auxiliarem o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não foi permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, esta terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais. O Conselho Fiscal não se encontra atualmente instalado. Não há regimento interno próprio para o Conselho Fiscal da Companhia, sendo que tal regimento será aprovado na ocasião da primeira reunião deste órgão após a decisão de sua instalação.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seusmembros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia implementará um processo de avaliação de desempenho do conselho de administração e dos seus comitês de assessoramento oportunamente, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedade por Ações, como regra, a primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da realização da Assembleia Geral e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 dias. Todavia, de acordo com as matérias a serem submetidas para deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, a CVM pode requerer que a primeira convocação para Assembleias Gerais seja feita com antecedência mínima de até 30 dias antes da data da realização da Assembleia.

b) competências

Compete exclusivamente aos acionistas aprovar, na Assembleia Geral Ordinária, contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, bem como deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os administradores, quando for o caso, e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Uma Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre outras matérias, pode ser realizada concomitantemente à Assembleia Geral Ordinária ou sempre que necessário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, compete privativamente aos acionistas, reunidos em Assembleias Gerais: (i) reformar o estatuto social de uma companhia; (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, caso instalado, de uma companhia; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores de uma companhia e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (v) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto social da companhia em questão, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação; (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista de uma companhia concorrer para a formação do seu capital social; (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão de uma companhia, sua dissolução e liquidação, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (ix) autorizar os administradores a confessar falência e requisitar recuperação judicial ou extrajudicial.

Ademais, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete exclusivamente à Assembleia Geral: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração (e do Conselho Fiscal, quando instalado) da Companhia, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração (e do Conselho Fiscal, quando instalado); (iii) designar o Presidente e os Co-Vice-Presidentes do Conselho de Administração; (iv) tomar anualmente as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, a destinação do lucro líquido do exercício; (v) aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia ou quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam permutáveis ou conversíveis em ações de emissão da Companhia, sem prejuízo da competência do Conselho

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

de Administração prevista no artigo 5º e no artigo 17(g) do Estatuto Social da Companhia; (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação da Companhia; (viii) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); (ix) examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); e (x) definir a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: www.assai.com.br; www.cvm.gov.br; www.b3.com.br.
Endereço Físico: Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, Rio de Janeiro, RJ.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia atualmente não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

Todavia, quando se tratar de transação entre partes relacionadas, serão aplicados os procedimentos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da CBD, a qual determina que transações cuja competência de aprovação seja da assembleia geral de acionistas por determinação legal deverão ser examinadas por um comitê especial, a ser constituído nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35. Para mais informações acerca da análise e providências a serem tomadas pela Companhia em Transações com Partes Relacionadas, vide item 16 deste Formulário de Referência.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Como regra geral, os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral devem enviar os documentos hábeis que comprovem sua qualidade de acionista da Companhia e a outorga dos respectivos poderes de representação com antecedência de 72 horas ao Departamento Jurídico Societário, na Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, ou, ainda, por e-mail a societario.assai@assai.com.br., com aviso de recebimento. Ressalta-se que os Acionistas poderão ser representados por procuradores na Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem as vias físicas de tais documentos na abertura da Assembleia.

f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Como regra geral, os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

devem enviar os documentos hábeis que comprovem sua qualidade de acionista da Companhia e a outorga dos respectivos poderes de representação com antecedência de 72 horas ao Departamento Jurídico Societário, na Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, ou, ainda, por e-mail a societario.assai@assai.com.br.,, com aviso de recebimento.

São exigidas as formalidades de reconhecimento de firma, sendo que a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; e as exigirá nos demais casos.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos, preferencialmente por e-mail, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário, para societario.assai@assai.com.br., com aviso de recebimento, observados os prazos descritos no respectivo Boletim de Voto a Distância, ou por correspondência, para Avenida Aricanduva, 5.555 – Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado na última página pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso), sem necessidade de firma reconhecida em cartório; e

(ii) cópia dos seguintes documentos:
a) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

b) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal.

c) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; sendo exigidos nos demais casos. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto e vigentes: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 5º, §2º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

Além da possibilidade de envio, pelo acionista, da documentação relativa à Assembleia, incluindo, se for o caso, seu boletim de voto a distância, via e-mail, a Companhia não disponibiliza qualquer outro sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio do endereço eletrônico societario.assai@assai.com.br. ou por correspondência enviada ao endereço Avenida Aricanduva, 5.555 – Ãncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar – Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, com protocolo de entrega, ou, ainda, por e-mail a,, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário, observados o cumprimento dos prazos e o envio dos documentos relativos à proposta previstos pela regulamentação vigente.

j) fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Atualmente, a Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas que não tiverem suas ações depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto ao agente escriturador da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A., por meio dos canais por ela disponibilizados.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

A Companhia não possuía Conselho de Administração no último exercício social.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não se aplica.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como em deliberações que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e extensão do seu interesse. Nesse sentido, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, é dever do próprio conselheiro comunicar, tempestivamente, a sua hipótese de conflito de interesse ou interesse particular. Caso não o faça, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo sendo certo que a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento Interno do Conselho de Administração. Assim, ao ser identificado o conflito de interesse ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, constando tal fato em ata.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros
A Companhia ainda não possui uma política de indicação formalmente aprovada e pretende implementar uma política oportunamente, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Anderson Barres Castilho	21/04/1976	Pertence apenas à Diretoria	05/10/2020	AGO DE 2022	3
017.266.429-25	Administrador	19 - Outros Diretores	05/10/2020	Sim	0.00%
		Diretor de Operações			
Belmiro de Figueiredo Gomes	08/11/1971	Pertence apenas à Diretoria	05/10/2020	AGO DE 2022	3
805.421.589-49	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	05/10/2020	Sim	0.00%
Daniela Sabbag Papa	10/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	05/10/2020	AGO DE 2022	2
262.945.628-56	Administradora	12 - Diretor de Relações com Investidores	05/10/2020	Sim	0.00%
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA					
Wlamir dos Anjos	08/07/1970	Pertence apenas à Diretoria	05/10/2020	AGO DE 2022	3
114.124.288-58	Administrador	19 - Outros Diretores	05/10/2020	Sim	0.00%
		Diretor Comercial			
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	14/05/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	AGO DE 2022	0
223.184.456-72	Psicólogo	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	05/10/2020	Sim	0.00%
Luiz Nelson Guedes de Carvalho	18/11/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	AGO DE 2022	0
027.891.838-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/10/2020	Sim	0.00%
Christophe José Hidalgo	25/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
214.455.098-06	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Philippe Alarcon	22/03/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%
David Julien Emeric Lubek	15/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
000.000.000-00	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade	19/02/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
000.000.000-00	ADMINISTRADORA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%
José Flavio Ferreira Ramos	05/06/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
315.119.536-91	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%
Geraldo Luciano Mattos Júnior	08/03/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/12/2020	AGO DE 2022	1
144.388.523-15	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/12/2020	Sim	0.00%
Jean-Charles Henri Naouri	08/03/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/10/2020	AGO DE 2022	0
000.000.000-00	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	05/10/2020	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Anderson Barres Castilho - 017.266.429-25

O Sr. Anderson é Diretor de Operações da Companhia desde novembro de 2012. Possui 28 anos de experiência no setor de atacado de autosserviço, tendo atuado como gerente de loja, gerente regional e responsável pela área comercial nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Rondônia. Trabalhou no Atacadão de janeiro de 1992 a março de 2012. Estudou Gestão Empresarial na UNIP – Universidade Paulista.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Anderson em entidades do terceiro setor.

O Sr. Anderson declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Belmiro de Figueiredo Gomes - 805.421.589-49

O Sr. Belmiro é Diretor Presidente da Companhia desde fevereiro de 2011 e antes disso foi seu diretor comercial. É também Diretor de Negócios e Atacado da Companhia Brasileira de Distribuição desde 2012. Anteriormente, por 22 anos trabalhou em diversas áreas da rede Atacadão. Em 2007, coordenou o processo de venda da rede Atacadão para o Grupo Carrefour. Após a aquisição, fez parte do comitê executivo como diretor executivo e responsável pelas áreas comercial, logística, marketing e estratégia de negócios. Desde janeiro de 2016, é vice-presidente da ABAAS – Associação Brasileira de Atacadista de Autosserviço. Estudou contabilidade no Instituto de Educação Maringá.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Belmiro em entidades do terceiro setor.

O Sr. Belmiro declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Daniela Sabbag Papa - 262.945.628-56

A Sra. Daniela é Diretora Administrativa Financeira da Companhia desde outubro de 2019. Atuou por 27 anos na CBD, onde foi responsável pela Diretoria de Relações com com Investidores. Foi também diretora de planejamento estratégico, M&A e novos negócios, além de ter atuado na equipe financeira da CBD. Estudou administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez pós-graduação em gestão empresarial na Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Daniela em entidades do terceiro setor.

A Sra. Daniela declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Wlamir dos Anjos - 114.124.288-58

O Sr. Wlamir é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011. Possui mais de 32 anos de experiência no setor atacadista, tendo sido gerente regional do Atacadão de dezembro de 1988 a maio de 2011. Estudou Gestão de Marketing na UNIP – Universidade Paulista e Liderança e Gestão de Pessoas na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Wlamir em entidades do terceiro setor.

O Sr. Wlamir declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Ronaldo Iabrudi foi eleito, em 27.04.2018, Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração do GPA, do qual é membro desde 2016. O executivo também ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cdiscount, com sede em Amsterdam, Holanda. Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, foi Diretor Presidente do GPA. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo, Presidente dos Conselhos de Administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do Conselho da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Foi CEO da Magnesita de 2007 a 2011 e, de 1999 a 2006, trabalhou para o Grupo Telemar, onde assumiu diversas funções, incluindo CEO da Telemar/Oi e Contax. De 1997 a 1999, Ronaldo Iabrudi atuou como CEO da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e, de 1984 a 1997, como Diretor Financeiro e Administrativo e Diretor de Recursos Humanos no Grupo Gerdau. Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), possui Mestrado em Desenvolvimento Organizacional pela Université Panthéon Sorbonne e Mestrado em Gestão de Mudança pela Université Paris Dauphine, Paris - França.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Ronaldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Ronaldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72

Pós-graduado, Mestrado e Doutorado, em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, onde leciona na categoria de “Professor Senior”. Especialista em Litígios envolvendo Questões de Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Gestão de Riscos, e Auditoria. É membro do Conselho de Administração da Cia. Brasileira de Distribuição, do Comitê Financeiro e do Comitês de Auditoria. Foi Membro do Conselho de Administração da B3 S.A. até abril de 2019, tendo sido eleito Vice-Presidente em 21 de maio de 2018 e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrobrás até dezembro de 2018, tendo ocupado a posição de Presidente deste Conselho e do Comitê de Auditoria da mesma companhia. É Consultor do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Atua como especialista em litígios empresariais envolvendo questões de Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Auditoria. Tem atuado como Co-árbitro em arbitragens na Câmara de Comércio Brasil – Canadá (São Paulo) e na International Chamber of Commerce (Paris). É membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. É membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis ABRACICON. É ainda Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Amazonas Sustentável FAS, ONG voltada para proteção da floresta amazônica. É membro independente do Comitê de Sustentabilidade da B3 S.A. Foi também: Presidente do Comitê de “Construção de Capacidade” na área de Relatórios Corporativos Financeiros Internacionais, do Grupo de Especialistas Intergovernamentais em Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios Financeiros, uma unidade da UNCTAD, ONU, em Genebra, Suíça; Membro independente do Comitê de Auto-regulação bancária da Federação Brasileira de Bancos - “FEBRABAN”;- Presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB, Membro do Grupo Consultivo da Crise Financeira (de 2008) formado por iniciativa do FASB dos EEUU e do IASB; Presidente da Seção Américas Central e do Sul da Associação Internacional de Institutos de Executivos de Finanças IAFEI; Diretor do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças IBEF, tanto na regional SP quanto na Diretoria Nacional; Membro do Grupo Consultivo e de Assessoria em normas de auditoria da Federação Internacional de Contadores – IFAC; Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nossa Caixa, da Caixa Economica Federal, Vicunha Têxtil S. A., Banco Fibra, Banco BBVA Brasil, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, GRUPO ORSA (papel e celulose), e Companhia Müller de Bebidas. Foi representante do CPC no Grupo de Economias Emergentes do IASB. Vice-presidente “sem pasta” da Associação Internacional para Educação e Pesquisa Contábil – IAAER. Auditor Independente (1965-1990), Diretor da CVM (1990-1991) e do Banco Central (1991-1993).

O Sr. Luiz declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

O Sr. Christophe atuou como CFO (Chief Financial Officer) do Grupo Êxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012. Após entrar no Casino em 2000, ocupou vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, exerceu o cargo de CFO da rede Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é francês, possui bacharelado em direito privado e licenciatura em finanças e contabilidade, ambos na Universidade de Bordeaux (França).

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Christophe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Christophe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Philippe Alarcon - 000.000.000-00

O Sr. Philippe tem ocupado diversos cargos no Grupo Casino desde que seu ingresso no Grupo Pão de Açúcar em 1983. Depois de ocupar a posição de administrador no Departamento de Finanças do Grupo Casino, ocupou diversas posições como Diretor Financeiro em várias subsidiárias do Grupo Pão de Açúcar, incluindo subsidiárias industriais, supermercados e restaurantes. Iniciou sua carreira internacional na Polônia, onde ocupou por 8 anos a posição de Diretor Financeiro do Casino Polônia, e após ocupou o cargo de Diretor Presidente de negócios imobiliários. Em 2015, ele voltou à França para ocupar o cargo de administrador geral dos negócios imobiliários do Grupo Casino, até 2011, quando passou a ser Diretor Internacional do Grupo Pão de Açúcar. É também membro do Conselho de Administração do Grupo Éxito desde 2012, membro do Comitê de Supervisão do Green Yellow e Diretor Presidente da Mayland Real State na Polônia.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Philippe em entidades do terceiro setor.

O Sr. Philippe declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00

David Lubek é inspetor de finanças. Graduado pela Ecole Polytechnique, ingressou no Ministério da Fazenda em 2000 no Departamento de Orçamento, onde ocupou diversos cargos de responsabilidade. Em 2010, ele ingressou na Groupama como Diretor Executivo de Auditoria. Em 2013, ingressou no Grupo Casino como Diretor de Controladoria do Grupo e, em seguida, Diretor Vice-Presidente Financeiro.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. David em entidades do terceiro setor.

O Sr. David declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00

A Sra. Josseline foi membro do conselho de Estado na França, e diretora de gabinete do Sr. Georges Kiejman (ministro júnior de relações exteriores), diplomata na representação permanente da França na União Europeia e chefe de missão, responsável por assuntos culturais e científicos no gabinete do Sr. Hubert Védrine (ministro de negócios estrangeiros), além de ser cônsul-geral da França em Los Angeles, nos Estados Unidos da América. Desde 2008, a Sra. Josseline exerce cargo de Diretora e membro do Conselho de Administração da Areva. Além disso, é conselheira do Grupo Casino desde 2012.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Josseline em entidades do terceiro setor.

A Sra. Josseline declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91

O Sr. José Flavio é bacharel em Administração de Empresas com especialização em Finanças, formado pelo Centro Universitário UNA em Belo Horizonte, em 1980. Trabalhou no Citigroup por 23 anos deixando o banco em 2008. Foi diretor executivo responsável pelas áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais. De 1998 a 2001. Foi também diretor executivo no Citibank Colômbia responsável pela Tesouraria e Renda Fixa. Em 2008 se juntou ao Grupo Safra como CEO do Family Office do Sr. Joseph Safra. Foi responsável pelos investimentos da família em moedas, renda fixa e renda variável globalmente. Também foi responsável pelos investimentos da família Safra em private equity e real estate no Brasil. Em 2012, o Jose Flavio ingressou na BR Partners, como sócio sênior. Foi responsável pela implantação do banco de investimento adquirido pelo grupo em 2012. Jose Flavio tornou-se CEO da BR Partners Banco de Investimento S/A em 2014. Em abril de 2016, foi Co-Fundador da ULBREX Asset Management. Empresa de Investimentos dedicada a gestão de fundos Imobiliários. Deixou a empresa em janeiro de 2019 para ser a CFO do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Como CFO do BNDES, tinha sob sua responsabilidade a diretoria de finanças e tesouraria, a diretoria de crédito, áreas de contabilidade e controladoria e também o back office. Foi presidente interino do banco. Deixou o BNDES em setembro de 2019. Atualmente José Flavio é Presidente do Conselho de Supervisão da BSM – Bolsa Supervisão de Mercados da B3, é também Conselheiro Independente no CA da BR Advisory Partners S.A. José Flavio foi Membro e Presidente do Conselho de Administração da BR Properties onde atuou de 2009 a 2015. Foi também Membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA, entre 2004 e 2007. Foi Diretor da ANBIMA-Associação Nacional de Mercado de Capitais de 2002 a 2005.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José Flavio em entidades do terceiro setor.

O Sr. José Flavio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Geraldo Luciano Mattos Júnior - 144.388.523-15

O Sr. Geraldo integrou os quadros do Grupo M. Dias Branco entre os anos de 1995 e 2019, tendo ocupado nos últimos anos, a Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria e a Diretoria de Relações com Investidores S.A.. Lá iniciou, em 1995, no cargo de Diretor Financeiro do Banco Equatorial. No ano 2000, ingressou na M. Dias Branco exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Na M. Dias Branco, coordenou todos os processos de aquisição de empresas, liderou o processo de abertura de capital da companhia, listada no Novo Mercado em 2006 e participou da estruturação da governança da empresa. No período de 1977 a 1995, compôs os quadros do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, tendo ingressado por concurso público, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até o ano de 1995. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1985, graduou-se também em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Integra o Conselho de Administração das empresas HAPVIDA, Cerâmica Portobello e o Conselho Consultivo da USIBRAS. Participou do Conselho de Administração das empresas: Companhia Industrial de Cimento Apodi, Terminal Portuário Cotegipe e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Preside o Comitê de Fusões e Aquisições da empresa HAPVIDA. Professor de disciplina na área financeira em instituições de ensino superior e empresas privadas.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Geraldo em entidades do terceiro setor.

O Sr. Geraldo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

Jean-Charles Henri Naouri é membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Distribuição desde 2005. É também presidente e diretor presidente do Grupo Casino, presidente de sua empresa-mãe, a Euris S.A.S.. Ele também possui os seguintes cargos: presidente do Conselho de Administração da Rallye S.A., membro do Conselho de Administração da F. Marc de Lacharrière (Fimalac) S.A., vicepresidente do Casino Group Corporate Foundation e presidente da Euris Foundation. Em Junho de 2013, o Sr. Naouri foi indicado pelo Ministério das Relações Exteriores da França para ser um representante especial para relações econômicas com o Brasil. Nos últimos 5 anos, ele foi presidente e diretor presidente da Casino Finance (até 2017), presidente do Conselho de Administração da Cnova N.V. (até 2015), presidente do Conselho de Administração da Wilkes Participações (até 2015), presidente e diretor presidente (até 2013), em seguida presidente do conselho de supervisão (até 2013) e membro do conselho de supervisão (até 2014) da Monoprix S.A., e diretor presidente da Rallye S.A. (até 2013). De 1982 até 1986, o Sr. Naouri foi chefe da equipe do Ministério Social e da Solidariedade Nacional da França e do Ministério da Economia, Finanças e Orçamento da França. O Sr. Naouri é Inspetor de Finanças do governo francês. O Sr. Naouri possui graduação da Ecole Normale Supérieur e da Ecole Nationale d'Administration e é Ph.D. em Matemática e estudou na Universidade de Harvard.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr.Naouri em entidades do terceiro setor.

O Sr. Naouri declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Anderson Barres Castilho - 017.266.429-25	
N/A	
Belmiro de Figueiredo Gomes - 805.421.589-49	
N/A	
Daniela Sabbag Papa - 262.945.628-56	
N/A	
Wlamir dos Anjos - 114.124.288-58	
N/A	
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72	
N/A	
Luiz Nelson Guedes de Carvalho - 027.891.838-72	
N/A	
Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06	
N/A	
Philippe Alarcon - 000.000.000-00	
N/A	
David Julien Emeric Lubek - 000.000.000-00	
N/A	
Josseline Marie-José Bernadette de Clausade - 000.000.000-00	
N/A	
José Flavio Ferreira Ramos - 315.119.536-91	
N/A	

Geraldo Luciano Mattos Júnior - 144.388.523-15

N/A

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía membros eleitos para compor seus comitês.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Observação

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Observação

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A CBD, controladora da Companhia, celebrou apólices de seguro com as seguradoras Zurich e Tokio Marine (primeiro e segundo riscos), com vigência de 23 de dezembro de 2019 a 23 de dezembro de 2020, para cobrir todos os administradores e membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da CBD e de suas sociedades controladas, incluindo da Companhia, contra os danos a eles atribuídos no exercício de suas funções. A cobertura está limitada a R$ 133.875.000,00 para as perdas e danos decorrentes de um mesmo ato danoso relacionado ao mercado de capitais, com franquia de US$ 7.500.000,00 no que se refere a processos relacionados com a SEC e R$ 500.000,00 no que se refere a processos relacionados com a CVM. Estas apólices são automaticamente estendidas aos administradores das novas subsidiárias da CBD, desde que o total de ativos da nova subsidiária represente até 30% dos ativos da empresa segurada.

A cobertura das apólices de seguros mencionadas acima não se aplica ao caso de atos praticados com dolo ou má-fé dos administradores e, portanto, a CBD entende que o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida aos seus administradores e de suas controladas, considerando a penalidade aplicada decorrer de ato praticado no exercício de suas funções e no melhor interesse da CBD e de suas controladas. Adicionalmente, a CBD entende que a contratação destes seguros, ao garantir indenizações justas e devidas aos seus administradores e de suas controladas, está alinhada ao seu interesse de atrair e manter profissionais qualificados em sua alta administração.

12.12 - Outras informações relevantes

Seguem informações sobre as assembleias realizadas nos últimos 3 exercícios sociais, todas instaladas em primeira convocação, conforme abaixo:

Data	Tipo	Quórum de Instalação
01/11/2017	AGE	100%
23/11/2017	AGE	100%
1/12/2017	AGE	100%
01/01/2018	AGE	100%
30/04/2018	AGO	100%
28/09/2018	AGE	100%
1/10/2018	AGE	100%
11/02/2019	AGE	100%
28/02/2019	AGE	100%
15/03/2019	AGE	100%
30/04/2019	AGO	100%
09/08/2019	AGE	100%
01/10/2019	AGE	100%
26/12/2019	AGE	100%
04/03/2019	AGE	100%
27/03/2020	AGE	100%
31/03/2020	AGE	100%
30/04/2020	AGO	100%
29/09/2020	AGE	100%
30/09/2020	AGE	100%
05/10/2020	AGE	100%
06/10/2020	AGE	100%
10/11/2020	AGE	100%
31/12/2020	AGE	100%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13 Remuneração dos administradores

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatuária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo da prática de remuneração da Companhia, no tocante à remuneração de seus administradores, é remunerá-los de acordo com as práticas de mercado, possibilitando a atração e retenção de profissionais qualificados e o envolvimento com a Companhia. Até setembro de 2019, a Companhia possuía apenas a diretoria estatutária como órgão da administração, tendo sido o Conselho de Administração e os comitês recentemente criados.

A Companhia ainda não possui uma política de remuneração formalmente aprovada e pretende implementar uma política oportunamente, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(i) Uma parcela de remuneração fixa, calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos de pesquisa anual realizada por consultorias externas contratadas pela Companhia (aplicável a membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos Comitês da Companhia);
(ii) Benefícios diretos e indiretos (aplicável a membros do Conselho de Administração e da Diretoria);
(iii) Remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados), com pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia para a Diretoria estatutária e, para os casos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia (aplicável a membros do Conselho de Administração e da Diretoria);
(iv) Remuneração variável de longo prazo (correspondente a planos de opção de compra de ações e/ou plano de free shares), com outorga anual e pagamento diferido em um período de três anos (aplicável a membros do Conselho de Administração e da Diretoria);
(v) Benefícios pós-emprego, correspondente a contrapartida em plano de previdência privada para optantes (aplicável a membros do Conselho de Administração e da Diretoria).
A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais anteriores:

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	51,54%	1,13%	28,26%	19,07%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	35,76%	0,85%	43,10%	20,29%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração Variável	Planos de Opção de Compra de Ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-	-
Diretoria	41,95%	0,76%	38,49%	18,80%	100,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações serão submetidas ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, responsável pelo encaminhamento e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

Uma vez aprovada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Gente, Cultura e Remuneração, o Conselho de Administração elaborará a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia paga aos seus diretores nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 13.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia, vide item 13.4 abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a composição da política de remuneração da Companhia é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca pelos melhores talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é necessário destacar que a Companhia referenda a política de remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais nos comparamos (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil segundo o resultado da referida pesquisa.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Visando remunerar de acordo com as práticas de mercado (aferidas através da Pesquisa Top Exec da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how; soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.

- Participação nos Resultados: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dos diretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia, celebrado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, Margem Líquida, Despesas Gerais Administrativas e de Vendas, EBITDA, Lucro Líquido, Dívida Líquida, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), Nº de Tickets (Transações) e Market Share. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias, e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demais são fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados em qualquer circunstância, independentemente da distribuição de dividendos pela Companhia, com base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia. Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamente financeiros. O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, target e máximo, que serão estipulados e aprovados, respectivamente, pelo Comitê de Gente, Cultura e Remuneração e pelo Conselho de Administração. É a média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado Performance Score (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo Assaí), método esse que no ano de 2019 foi aplicado inclusive para todos os empregados da Companhia de média liderança, ou seja, denominado de Coordenadores.

- Remuneração baseada em ações: informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações, estão dispostas no item 13.4 do Formulário de Referência.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia estrutura a remuneração por meio de programas que monitoram o cumprimento de metas previamente definidas e os resultados efetivamente alcançados.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A fim de alinhar a Diretoria com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de curto e médio prazo, a Companhia oferece aos Diretores uma remuneração fixa (salário base) e, além disso, uma parcela de remuneração variável, a ser paga na forma de participação nos resultados. Ademais, a Companhia, atualmente por meio do seu controlador, oferece aos Diretores um plano de opção de compra de ações e um plano de remuneração baseado em opção de compra de ações que, por possuírem determinadas características como períodos de carência para exercício das opções e lock up das ações adquiridas, mantém a Diretoria alinhada com os objetivos da Companhia em

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

uma perspectiva de longo prazo. Cumpre esclarecer ainda que, o plano de opção de compra de ações, o plano de remuneração baseado em opção de compra de ações e a participação nos resultados, compõem a remuneração variável da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, se instalado, e comitês da Companhia, quando em funcionamento e eleitos seus membros, será reajustada com base no valor usualmente pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínua busca pela melhoria dos resultados. Os planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de ações detalhados no item 13.4, podem ser estendidos aos membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês podem fazer jus a remuneração variável de curto prazo, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia. Nesse sentido, a Companhia entende que a prática de remuneração está adequada aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração de administradores é suportada exclusivamente pela Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme indicado no item 13.1.b.iii acima, o Comitê de Gente e Cultura recebe da área dedicada a temas relacionados à remuneração da Companhia, recomendações sobre a proposta de remuneração individual de cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria.

É o Comitê de Gente e Cultura o responsável pela deliberação e aprovação de tais recomendações.

Uma vez deliberadas e aprovadas, tais recomendações são encaminhadas pelo Comitê de Gente e Cultura ao Conselho de Administração, que por sua vez, elaborará a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

Para fixar a remuneração individual de cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, através da contratação de consultoria especializada e reconhecida, pautadas na análise dos dados das

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

principais empresas brasileiras, com faturamento e porte similares aos da Companhia, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado.

Uma vez analisadas as informações, uma proposta de remuneração é feita baseada no nível de dedicação e papel desempenhado por cada membro dos órgãos da administração, comitês estatutários e diretoria.

O Comitê de Gente e Cultura e o Conselho de Administração avaliarão a adequação da remuneração paga de forma anual, em consonância com o resultado da pesquisa formulada pela consultoria especializada contratada pela Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,25	4,00	0,00	5,25
Nº de membros remunerados	1,25	4,00	0,00	5,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	896.837,94	11.859.957,33	0,00	12.756.795,27
Benefícios direto e indireto	0,00	361.394,54	0,00	361.394,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	117.500,00	1.133.246,04	0,00	1.250.746,04
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.540.339,18	0,00	10.540.339,18
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.877.112,45	0,00	4.877.112,45
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	
Total da remuneração	1.014.337,94	28.772.049,54	0,00	29.786.387,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	14.387.611,71	0,00	14.387.611,71
Benefícios direto e indireto	0,00	335.262,02	0,00	335.262,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	972.849,02	0,00	972.849,02
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.421.233,21	0,00	8.421.233,21
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.683.742,17	0,00	5.683.742,17
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	
Total da remuneração	0,00	29.800.698,12	0,00	29.800.698,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	7.336.324,15	0,00	7.336.324,15
Benefícios direto e indireto	0,00	207.143,04	0,00	207.143,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.367.403,95	0,00	1.367.403,95
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.491.140,23	0,00	10.491.140,23
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.937.477,00	0,00	4.937.477,00
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018.	
Total da remuneração	0,00	24.339.488,37	0,00	24.339.488,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	8.190.477,67	0,00	8.190.477,67
Benefícios direto e indireto	0,00	174.558,24	0,00	174.558,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.437.507,57	0,00	1.437.507,57
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.833.709,59	0,00	8.833.709,59
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.315.719,57	0,00	4.315.719,57

Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	
Total da remuneração	0,00	22.951.972,64	0,00	22.951.972,64

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Até setembro de 2019, a Companhia possuía apenas a diretoria estatutária como órgão da administração, tendo sido o Conselho de Administração e os comitês recentemente criados. Não existe previsão de pagamento de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e dos comitês para pagamento em 2020.

Abaixo é apresentada a remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia prevista para pagamento em 2020 e paga com relação aos exercícios 2019, 2018 e 2017.

Valores previstos para o exercício de 2020:

(Valores em R$, quando aplicável)	Diretoria
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	21.080.678
Valor previsto – metas atingidas	10.540.339

Valores pagos com referência ao exercício de 2019:

(Valores em R$, quando aplicável)	Diretoria
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	16.842.466
Valor previsto – metas atingidas	8.421.233
Valor efetivamente reconhecido	8.421.233

Valores pagos com referência ao exercício de 2018:

(Valores em R$, quando aplicável)	Diretoria
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	20.982.280
Valor previsto – metas atingidas	10.491.140
Valor efetivamente reconhecido	10.491.140

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valores pagos com referência ao exercício de 2017:

(Valores em R$, quando aplicável)	Diretoria
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	17.667.419
Valor previsto – metas atingidas	8.833.710
Valor efetivamente reconhecido	8.833.710

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia aprovou, em 31 de dezembro de 2020, plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção Sendas") e plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração Sendas" e, em conjunto com o Plano de Opção Sendas, "Planos Sendas").

Não obstante, mesmo após a aprovação da cisão da CBD e da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, conforme informada no item 15.7 deste Formulário de Referência, os diretores estatutários continuarão a fazer jus a outorgas de opções e ações da CBD, dos quais já são beneficiários, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção CBD") e do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações da CBD ("Plano de Remuneração CBD" e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os "Planos CBD" e, em conjunto com os Planos Sendas, "Planos"), conforme aprovados em 9 de maio de 2014 e alterados em 24 de abril de 2015, 25 de abril de 2019 e 30 de dezembro de 2019, as quais são reconhecidas no resultado da Companhia.

A seguir descrevemos os Planos que possuíam opções vigentes em 31 de dezembro de 2020:

PLANO DE REMUNERAÇÃO SENDAS

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração Sendas é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Gente e Cultura para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração Sendas, dentre outras matérias ("Comitê Sendas").

Os membros do Comitê Sendas reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração Sendas e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração Sendas.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B" seguida de um número. Sendo que a primeira outorga de opções de compra de ações a ser realizada sob os termos do Plano de Remuneração Sendas receberá a letra B1 e as séries subsequentes a letra B e o número subsequente.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração Sendas os empregados e administradores da Companhia, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes de seu grupo econômico, que sejam considerados executivos-chave ("Participante do Plano Sendas"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê Sendas, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração Sendas não interfere nos rendimentos a que o Participante do Plano Sendas faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Remuneração Sendas estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à Companhia (ou conforme o caso, a sociedades de seu grupo econômico) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia, ou conforme o caso, de sociedades de seu grupo econômico, em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

administradores e empregados tenham contribuído; (iii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (iv) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Remuneração Sendas contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes do Plano Sendas a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes do Plano Sendas em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Remuneração Sendas, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes do Plano Sendas na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração Sendas poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração Sendas deverá sempre respeitar o limite do capital autorizado da Companhia, conforme o caso, e está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Remuneração Sendas, conforme descrito no item (f) acima. Ademais, cada opção de compra de ações dará ao Participante do Plano Sendas o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do Plano Sendas do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração Sendas ("Contrato de Opção Sendas").

Para os fins do Plano de Remuneração Sendas, a data da deliberação pelo Comitê Sendas da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes do Plano Sendas, desde que o Participante do Plano Sendas, ainda

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê Sendas, aceite integrar o Plano de Remuneração Sendas com a formalização do Contrato de Opção ("Data de Outorga Plano Sendas").

O Participante do Plano Sendas que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício do Plano Sendas (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção Sendas ("Termo de Exercício de Opção do Plano Sendas").

O Participante do Plano Sendas poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção do Plano Sendas durante o Período de Exercício do Plano Sendas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração Sendas deverá ser correspondente a R$0,01 (um centavo) ("Preço de Exercício Plano Sendas").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante do Plano Sendas não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga do Plano Sendas ("Período de Carência do Plano Sendas") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga do Plano Sendas e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga do Plano Sendas ("Período de Exercício do Plano Sendas"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê Sendas, nos termos do Plano de Remuneração Sendas.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante do Plano Sendas: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício do Plano Sendas pela quantidade de opções informada pelo Participante do Plano Sendas no Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas; (ii) a data de entrega ao Participante do Plano Sendas das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas ("Data de Aquisição das Ações do Plano Sendas"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante do Plano Sendas; e (iv) o período em que o Participante do Plano Sendas deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante do Plano Sendas, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações do Plano Sendas ("Data de Pagamento do Plano Sendas").

l. restrições à transferência das ações

O Plano de Remuneração Sendas não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração Sendas extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração Sendas; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção Sendas; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê Sendas poderá estabelecer a determinados Participantes do Plano Sendas.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração Sendas venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê Sendas realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração Sendas.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante do Plano Sendas por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração Sendas poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Remuneração Sendas, o Participante do Plano Sendas:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do seu grupo econômico, conforme o caso), de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante do Plano Sendas poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado pro rata temporis em relação ao Período de Carência do Plano Sendas. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano Sendas no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do seu grupo econômico, conforme o caso), de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção do Plano Sendas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do seu grupo econômico, conforme o caso), de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção do Plano Sendas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do seu grupo econômico, conforme o caso), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante do Plano Sendas poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção Sendas, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano Sendas, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração Sendas. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano Sendas no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do seu grupo econômico, conforme o caso) por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante do Plano Sendas, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção Sendas, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano Sendas, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração Sendas. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante do Plano Sendas no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

PLANO DE OPÇÃO SENDAS

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção Sendas será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê Sendas para assessorá-lo na administração do Plano de Opção CBD, dentre outras matérias.

Os membros do Comitê Sendas se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção Sendas e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção Sendas.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C" seguida de um número. A primeira outorga de opções de compra de ações sob os termos do Plano de Opção Sendas receberá a letra C1 e as séries subsequentes a letra C e o número subsequente.

São elegíveis para participar do Plano de Opção Sendas os os Participantes do Plano Sendas, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê Sendas, conforme aplicável.

A participação do Participante do Plano Sendas no Plano de Opção Sendas não interfere na remuneração a que o Participante do Plano Sendas faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Opção Sendas estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à Companhia (ou conforme o caso, a sociedades de seu grupo econômico) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia (ou conforme o caso, de sociedades de seu grupo econômico) em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; (iii) estimular a consecução dos objetivos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

sociais da Companhia; e (iv) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico com os acionistas da Companhia, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção Sendas contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes do Plano Sendas a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes dos Planos Sendas em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Opção Sendas, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes do Plano Sendas na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção Sendas poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção Sendas deverá sempre respeitar o limite do capital autorizado da Companhia, conforme o caso, e está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção Sendas, conforme descrito no item (f) acima. Ademais, cada opção de compra de ações dará ao Participante do Plano Sendas o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do Plano Sendas do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção Sendas ("Contrato de Opção Sendas").

Para os fins do Plano de Opção Sendas, a data da deliberação pelo Comitê Sendas da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes do Plano Sendas, desde que o Participante do Plano Sendas, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê Sendas, aceite integrar o Plano de Opção Sendas com a formalização do Contrato de Opção Sendas ("Data de Outorga do Plano Sendas").

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Participante do Plano Sendas que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício do Plano Sendas (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção Sendas ("Termo de Exercício de Opção do Plano Sendas").

O Participante do Plano Sendas poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção do Plano Sendas durante o Período de Exercício do Plano Sendas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção Sendas, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da CBD realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - anteriores à data de convocação da reunião do Comitê Sendas que deliberar a outorga das opções daquela série ("Preço de Exercício Plano Sendas").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante Plano Sendas não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga do Plano Sendas ("Período de Carência do Plano Sendas") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga do Plano Sendas e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga do Plano Sendas ("Período de Exercício do Plano Sendas"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê Sendas, nos termos do Plano de Opção Sendas.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante do Plano Sendas: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício do Plano Sendas pela quantidade de opções informada pelo Participante do Plano Sendas no Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas; (ii) a data de entrega ao Participante do Plano Sendas das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção do Plano Sendas ("Data de Aquisição das Ações Sendas"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante do Plano Sendas; e (iv) o período em que o Participante do Plano Sendas deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações Sendas ("Data de Pagamento do Plano Sendas").

l. restrições à transferência das ações

O Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento do Plano Sendas de direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção Sendas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção Sendas extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção Sendas; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante do Plano Sendas, do Contrato de Opção Sendas; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê Sendas poderá estabelecer a determinados Participantes do Plano Sendas.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção Sendas venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Sendas, caberá ao Comitê Sendas realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção Sendas.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante do Plano Sendas por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção Sendas poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção Sendas, o Participante do Plano Sendas:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade de seu grupo econômico, conforme o caso), de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante do Plano Sendas poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado pro rata temporis em relação ao Período de Carência do Plano Sendas. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano Sendas no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade de seu grupo econômico, conforme o caso), de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Sendas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade de seu grupo econômico, conforme o caso), de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Sendas na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade de seu grupo econômico, conforme o caso), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante do Plano Sendas poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção Sendas, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano Sendas, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção Sendas. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano Sendas no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade de seu grupo econômico, conforme o caso), por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante do Plano Sendas em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante do Plano Sendas, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção Sendas, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano Sendas, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção Sendas. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

PLANO DE REMUNERAÇÃO CBD

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração CBD é administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da CBD para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração CBD, dentre outras matérias ("Comitê CBD").

Os membros do Comitê CBD se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração CBD e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração CBD.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B" seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B4, B5 e B6 do Plano de Remuneração CBD.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração CBD os empregados e administradores da CBD, sendo certo que poderiam também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do Grupo Pão de Açucar, controlado pela Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA"), incluindo a Companhia, que sejam considerados executivos-chave ("Participante do Plano CBD"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da CBD ou do Comitê CBD, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração CBD não interfere nos rendimentos a que o Participante do Plano CBD faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano de Remuneração CBD estabelece as condições para que a CBD outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à CBD (ou conforme o caso, a sociedades do GPA) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da CBD (ou conforme o caso, de sociedades do GPA) em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da CBD ou de sociedades do GPA com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da CBD.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Remuneração CBD contribui para os objetivos da CBD, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da CBD.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A CBD acredita que, ao atribuir aos Participantes do Plano CBD a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes do Plano CBD em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a CBD e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Remuneração CBD, a CBD busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da CBD, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração CBD poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da CBD. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração CBD, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Remuneração CBD, conforme descrito no item (f) acima.
Cada opção de compra de ações dará ao Participante do Plano CBD o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da CBD.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a CBD e o Participante do Plano CBD do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração CBD ("Contrato de Opção").

Para os fins do Plano de Remuneração CBD, a data da deliberação pelo Comitê CBD da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

aos respectivos Participantes do Plano CBD, desde que o Participante do Plano CBD, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Remuneração CBD com a formalização do Contrato de Opção ("Data de Outorga do Plano CBD").

O Participante do Plano CBD que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à CBD, durante o Período de Exercício do Plano CBD (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção CBD ("Termo de Exercício de Opção do Plano CBD").

O Participante do Plano CBD poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção do Plano CBD durante o Período de Exercício do Plano CBD.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração CBD deverá ser correspondente a R$0,01 (um centavo) ("Preço de Exercício do Plano CBD").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante do Plano CBD não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga do Plano CBD ("Período de Carência do Plano CBD") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga do Plano CBD e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga do Plano CBD ("Período de Exercício do Plano CBD"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê CBD, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção do Plano CBD, a CBD deverá informar ao respectivo Participante do Plano CBD: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício do Plano CBD pela quantidade de opções informada pelo Participante do Plano CBD no Termo de Exercício da Opção do Plano CBD; (ii) a data de entrega ao Participante do Plano CBD das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da CBD, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção do Plano CBD ("Data de Aquisição das Ações do Plano CBD"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante do Plano CBD; e (iv) o período em que o Participante do Plano CBD deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante do Plano CBD, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações do Plano CBD ("Data de Pagamento do Plano CBD").

l. restrições à transferência das ações

O Plano de Remuneração CBD não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração CBD extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração CBD; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a CBD e o Participante do Plano CBD, do Contrato de Opção CBD; (iv) se a CBD for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê CBD poderá estabelecer a determinados Participantes do Plano CBD.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração CBD venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela CBD, caberá ao Comitê CBD realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração CBD.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante do Plano CBD por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração CBD poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Remuneração CBD, o Participante do Plano CBD:

(i) for desligado da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante do Plano CBD poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado pro rata temporis em relação ao Período de Carência do Plano CBD. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção CBD na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção CBD na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante do Plano CBD poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção CBD, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano CBD, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração CBD. Não havendo o

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

exercício pelo Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA, conforme o caso) por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante do Plano CBD em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante do Plano CBD, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção CBD, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano CBD, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração CBD. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

PLANO DE OPÇÃO CBD

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção CBD será administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração para assessorá-lo na administração do Plano de Opção CBD, dentre outras matérias ("Comitê CBD").

Os membros do Comitê CBD se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção CBD e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção CBD.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C" seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C4, C5 e C6 do Plano de Opção CBD.

São elegíveis para participar do Plano de Opção CBD os empregados e administradores da CBD, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do GPA, incluindo a Companhia, que sejam considerados executivos-chave ("Participante"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação do Participante no Plano de Opção CBD não interfere na remuneração a que o Participante do Plano CBD faz jus como empregado e/ou administrador da CBD, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Opção CBD estabelece as condições para que a CBD outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à CBD (ou conforme o caso, a sociedades do GPA) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da CBD (ou conforme o caso, de sociedades do GPA) em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da CBD ou de sociedades do GPA com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da CBD.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção CBD contribui para os objetivos da CBD, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da CBD.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A CBD acredita que, ao atribuir aos Participantes do Plano CBD a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes do Plano CBD em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a CBD e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Opção CBD, a CBD busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da CBD, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes do Plano CBD na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção CBD poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da CBD. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção CBD, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção CBD, conforme descrito no item (f) acima.
Cada opção de compra de ações dará ao Participante do Plano CBD o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da CBD.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a CBD e o Participante do Plano CBD do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção CBD ("Contrato de Opção CBD").

Para os fins do Plano de Opção CBD, a data da deliberação pelo Comitê CBD da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes do Plano CBD, desde que o Participante do Plano CBD, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Opção CBD com a formalização do Contrato de Opção CBD ("Data de Outorga do Plano CBD").

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à CBD, durante o Período de Exercício do Plano CBD (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção CBD ("Termo de Exercício de Opção do Plano CBD").

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Participante do Plano CBD poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção do Plano CBD durante o Período de Exercício do Plano CBD.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção CBD, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da CBD realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - anteriores à data de convocação da reunião do Comitê CBD que deliberar a outorga das opções daquela série ("Preço de Exercício").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante do Plano CBD não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga do Plano CBD ("Período de Carência do Plano CBD") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga do Plano CBD e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga do Plano CBD ("Período de Exercício do Plano CBD"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê CBD, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a CBD deverá informar ao respectivo Participante do Plano CBD: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício do Plano CBD pela quantidade de opções informada pelo Participante do Plano CBD no Termo de Exercício da Opção do Plano CBD; (ii) a data de entrega ao Participante do Plano CBD das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da CBD, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção do Plano CBD ("Data de Aquisição das Ações do Plano CBD"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante do Plano CBD; e (iv) o período em que o Participante do Plano CBD deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da CBD, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações do Plano CBD ("Data de Pagamento do Plano CBD").

l. restrições à transferência das ações

O Participante do Plano CBD estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento do Plano CBD de direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção CBD.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção CBD extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção CBD; (ii) após o decurso do prazo

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a CBD e o Participante do Plano CBD, do Contrato de Opção CBD; (iv) se a CBD for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê CBD poderá estabelecer a determinados Participantes do Plano CBD.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção CBD venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela CBD, caberá ao Comitê CBD realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção CBD.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante do Plano CBD por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção CBD poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção CBD, o Participante do Plano CBD:

(i) for desligado da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante do Plano CBD poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado pro rata temporis em relação ao Período de Carência do Plano CBD. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção CBD na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção CBD na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante do Plano CBD poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção CBD, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano CBD, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção CBD. Não havendo o exercício pelo Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(v) desligar-se da CBD (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante do Plano CBD em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante do Plano CBD, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção CBD, inclusive as opções de compra em Período de Carência do Plano CBD, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção CBD. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante do Plano CBD no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

As tabelas abaixo indicam a remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente da Diretoria da Companhia, decorrentes dos Planos CBD.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2020:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	31,55
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,10%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2019:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,63
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	31,75
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	19,37
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	16,74
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,14%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,44
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	38,64
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	68,62
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,13%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017:

Companhia Brasileira de Distribuição

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	4,00
Nº de membros remunerados	n/a	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	28,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	40,56
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	48,43
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	83,22
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,12%

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

Série A7:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	15/03/2013
Quantidade de opções outorgadas	n/a	17.490 (Silver) 17.916 (Gold)
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/03/2016
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	31/03/2017
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 25,59 (Silver) R$ 105,58 (Gold)

Série B1:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	30/05/2014
Quantidade de opções outorgadas	n/a	22.512
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2017
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2017
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 101,83

Série C1:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	30/05/2014
Quantidade de opções outorgadas	n/a	22.512
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2017
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2017
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 17,78

Série B2:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	25.338
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$85,64

Série C2:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	25.338
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$34,60

Série B3:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	55.346
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 40,44

Série C3:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	55.346
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 16,98

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Série B4:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017
Quantidade de opções outorgadas	n/a	45.004
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 68,97

Série C4:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017
Quantidade de opções outorgadas	n/a	45.004
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 30,74

Série B5:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	41.673
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 78,52

Série C5:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	41.673
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 35,66

Série B6:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	n/a	Sim

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Data de outorga	n/a	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	n/a	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$82,39

Série C6:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	n/a	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	n/a	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$31,50

13.6 - Opções em Aberto

Abaixo é apresentada a remuneração baseada em ações paga à Diretoria da Companhia em 2019.

As ações da CBD referentes ao exercício das opções de compra de ações são entregues na data do respectivo exercício e cada opção dá direito a uma ação da CBD. Dessa forma, não há diferenciação entre as opções exercidas e as ações entregues nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

A remuneração baseada em ações dos empregados e administradores da Companhia era regida pelos Planos CBD, conforme descritos na seção 13.4 deste Formulário de Referência e, portanto, estava atrelada a ações de emissão da CBD. Nesse sentido, todas as opções mencionadas nas tabelas abaixo estão lastreadas em ações de emissão da CBD, controladora da Companhia.

Valores referentes ao exercício de 2019:

13.6 - Opções em Aberto

Diretoria	
Número total de membros	4,00
Número de membros remunerados	4,00

Em relação a cada outorga de opções:	**Série B4**	**Série C4**	**Série B5**	**Série C5**	**Série B6**	**Série C6**
Data da outorga	31/05/2017	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas (em nº de ações)	45.004	45.004	41.673	41.673	43.528	43.528
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2020	01/06/2020	01/06/2021	01/06/2021	01/06/2022	01/06/2022
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2020	30/11/2020	30/11/2021	30/11/2021	30/11/2022	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	180 dias	N/A	180 dias	N/A	180 dias
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de ações:						
Em aberto no início do exercício social (em R$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Perdidas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social (em R$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Expiradas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga (em R$, por opção)	68,97	30,74	78,52	35,66	82,39	31,50
Diluição potencial em caso de exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Abaixo são apresentadas as opções exercidas e as ações entregues para os membros da Diretoria da Companhia em 2017, 2018 e 2019.

As ações da CBD referentes ao exercício das opções de compra de ações são entregues na data do respectivo exercício e cada opção dá direito a uma ação da CBD. Dessa forma, não há diferenciação entre as opções exercidas e as ações entregues nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Valores referentes ao exercício de 2019:

	Diretoria							
Número de membros remunerados (que exerceram)	4							
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	Série B3	Série C3	Série B4	Série C4	Série B5	Série C5	Série B6	Série C6
Número de ações	55.346	55.346	1.940	1.940	1.540	1.540	396	396
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por ação)	0,01	37,21	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	85,10	47,91	84,23	27,46	84,23	21,63	84,23	13,62

*os exercícios apontados para as Séries B4, C4, B5, B6 e C6 foram devidos a colaboradores desligados por iniciativa da Companhia (sem justa causa) e que, portanto, nos termos dos respectivos regulamentos, tiveram o direito de reber os ativos *pro rata*. Para maiores informações acerca do exercício de opções por colaboradores desligados pela Companhia, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

Valores referentes ao exercício de 2018:

Diretoria	
Número de membros remunerados (que exerceram)	4
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	**Série B2**
Número de ações	25.704
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por ação)	0,01
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	80,18

Valores referentes ao exercício de 2017:

Diretoria	
Número de membros remunerados (que exerceram)	4
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	**Série B1**
Número de ações	22.512
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por ação)	0,01
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	74,48

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a. modelo de precificação

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de riscos

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, considerando as seguintes premissas quanto às opções vigentes em 2019:

	Na data de outorga
Preço médio ponderado das ações (por ação), conforme valor médio dos 20 últimos pregões com relação à data de outorga	Série B3: R$ 46,51 Série C3: R$ 46,51 Série B4: R$ 70,98 Série C4: R$ 70,98 Série B5: R$ 78,26 Série C5: R$ 78,26 Série B6: R$ 88,27 Série C6: R$ 88,27
Preço de exercício	Série B3: R$ 0,01 Série C3: R$ 37,21 Série B4: R$ 0,01 Série C4: R$ 56,78 Série B5: R$ 0,01 Série C5: R$ 62,61 Série B6: R$ 0,01 Série C6: R$ 70,62
Volatilidade atualizada esperada	30,99%
Prazo de vida das opções	3 anos
Dividendos esperados	0,66%
Taxa de juros livre de riscos	5,08%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	Vide item 13.6 acima

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não são considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados decorrentes de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário, bem como em decorrência de eventos societários.

A Companhia adota a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que se tornarem exercíveis. Dessa forma, o prazo de vida das opções adotado nos cálculos é de 3 anos, de acordo com a série de outorga e correspondentes prazos de carência.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia, de acordo com o prazo de vigência das opções.

e. outras características incorporadas na mensuração do valor justo das opções

Não há características adicionais a informar neste item.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	0
Diretoria	69.100 ações ordinárias de emissão da CBD
Conselho Fiscal	0

Outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	0
Diretoria	0
Conselho Fiscal	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Abaixo são apresentadas as informações referentes aos planos de previdência privada vigentes e conferidos aos membros de administração da Companhia.

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	n/a	4,00
Número de membros remunerados1	n/a	3,67
Nome do plano	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum	
Condições para se aposentar antecipadamente	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com a Companhia; - Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e - Ter cessado o vínculo com a Companhia.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	R$348.650,80	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	R$157.872,80	
Possibilidade e condições para resgate antecipado:	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos; - Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e - Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos. Exclusivamente para os casos de Diretores Estatutários, será liberado 100% da reserva no final do respectivo mandato.	

1 O número de membros da Diretoria que são remunerados com planos de previdência privada, informado na tabela acima, corresponde à média anual do número de Diretores remunerados apurado mensalmente, conforme tabela abaixo:

Mês	Nº de Membros do Conselho de Administração	Nº de Membros da Diretoria
Janeiro	0	3
Fevereiro	0	3
Março	0	3
Abril	0	3
Maio	0	4
Junho	0	4
Julho	0	4
Agosto	0	4
Setembro	0	4
Outubro	0	4
Novembro	0	4

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Dezembro	0	4
Total	0	44
Nº total de membros / 12	0,00	3,67

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	20.054.297,01	13.795.248,83	13.828.492,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.734.570,11	2.361.333,54	2.131.197,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	7.450.174,53	6.084.872,09	5.737.993,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2018	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2019 não tínhamos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturassem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

Valores referentes ao exercício de 2017:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0%	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valores referentes ao exercício de 2017:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 20.054.297,01	R$ 0,00	**R$ 20.054.297,01**

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 13.795.248,83	R$ 0,00	**R$ 13.795.248,83**

Valores referentes ao exercício de 2017:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 13.828.492,38	R$ 0,00	**R$ 13.828.492,38**

Os valores acima se referem à remuneração que é reconhecida no resultado da Companhia, e, portanto, refletida no item 13.2 deste Formulário de Referência, mas que também é reconhecida no resultado consolidado do controlador (Companhia Brasileira de Distribuição) por consolidação, uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

2019:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	2	36	481	3	522
AM	-	2	40	522	9	573
AP	-	1	18	236	2	257
BA	-	18	285	3.304	32	3.639
CE	-	12	162	1.796	21	1.991
DF	-	6	62	582	12	662
GO	-	7	135	1.583	11	1.736
MA	-	1			2	3
MG	-	3	35	517	10	565
MS	-	6	73	855	10	944
MT	-	6	67	739	10	822
PA	-	7	101	1.217	11	1.336
PB	-	2	37	493	4	536
PE	-	14	158	1.747	23	1.942
PI	-	3	57	696	4	760
PR	-	8	96	1.085	14	1.203
RJ	-	26	374	4.268	45	4.713
RN	-	2	38	503	4	547
RO	-	1	19	258	2	280
SE	-	3	56	636	4	699
SP	23	149	1.481	14.806	201	16.660
TO	-	1	20	299	2	322
Total	23	280	3.350	36.623	436	40.712

2018:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	2	36	499	5	542
AM	-	2	37	523	8	570
BA	-	14	203	2.692	36	2.945
CE	-	12	150	1.752	28	1.942
DF	-	5	40	303	8	356
GO	-	6	110	1.345	11	1.472
MG	-	3	33	529	11	576
MS	-	3	52	613	9	677
MT	-	7	61	716	9	793
PA	-	4	57	750	13	824
PB	-	2	37	472	6	517
PE	-	10	117	1.416	27	1.570
PI	-	1	18	266	3	288

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

PR	-	8	76	852	13	949
RJ	-	24	328	3.671	51	4.074
RN	-	2	35	499	6	542
SE	-	2	33	463	4	502
SP	20	127	1.375	14.190	228	15.940
TO	-	-	-	-	-	-
Total	20	234	2.798	31.551	476	35.079

2017:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	1	19	269	1	290
AM	-	2	16	240	1	259
BA	-	12	156	2.022	10	2.200
CE	-	10	122	1.430	11	1.573
DF	-	8	38	321	2	369
GO	-	6	92	1.121	5	1.224
MG	-	2	18	259	1	280
MS	-	3	54	676	1	734
MT	-	7	62	756	1	826
PA	-	2	41	565	2	610
PB	-	2	36	484	3	525
PE	-	12	115	1.389	9	1.525
PI	-	1	15	257	1	274
PR	-	7	57	670	2	736
RJ	-	27	307	3.128	24	3.486
RN	-	2	34	487	3	526
SE	-	1	18	249	1	269
SP	18	137	1.327	13.181	144	14.807
TO	-	-	-	-	-	-
Total	18	242	2.532	27.504	222	30.518

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia contrata funcionários terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social e, portanto, não existe um número exato de terceirizados que possa ser informado. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas a: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI) e (v) logística.

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia nos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram, respectivamente, 29,9%, 28,0% e 26,2%.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não aplicável, tendo em vista que não aconteceram alterações relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia adotou uma política de salários que sua administração acredita ser competitiva, constantemente avaliada em relação às práticas de mercado. Além disso, desenvolve programas para motivar seus empregados e reduzir o índice de rotatividade. Nesse sentido, a Companhia adotou um programa de PPR - Programa de Participação nos Resultados - com políticas, diretrizes e procedimentos detalhados e pré-definidos. Todos os funcionários da Companhia são elegíveis ao PPR, que é definido a partir de critérios e metodologias específicas atribuíveis a cada funcionário ou grupo de funcionários, de acordo com os respectivos níveis de atuação.

b) política de benefícios

Com o objetivo de proporcionar aos seus funcionários acesso a melhor qualidade de vida, a Companhia concede um amplo pacote de benefícios, considerando seu mercado de atuação.

Desta forma, além dos benefícios exigidos pela legislação aplicável – como refeição e vale transporte - a Companhia oferece aos seus funcionários: (i) convênio médico e assistência odontológica (inclusive para dependentes); (ii) prêmio por tempo de serviço, para colaboradores vinculados à Companhia por mais de 10 anos; (iii) seguro de vida e auxílio funeral; (iv) acesso a uma Cooperativa de Crédito, que disponibiliza kits de material escolar a cada dependente legal, um fundo de poupança para empréstimos a taxas de juros inferiores às do mercado, auxilio a lentes corretivas, órtese e prótese, custeio de vacinas, além de bolsa supletiva gratuita para todos os cooperados; (v) previdência privada; (vi) extensão do período da licença maternidade em 60 dias além do exigido pela legislação; (vii) enxoval e auxílio financeiro específico para funcionárias que sejam mães, para compra de produtos relacionados ao cuidado da criança (alimentação, higiene e vestuário); (viii) programa de qualidade de vida através de parcerias com redes de academias; (ix) serviço social, dentre outros.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os funcionários e diretores não estatutários participam do Programa de Opção de Compra de Ações da CBD, conforme descrito no item 13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Todos os empregados e empregadores são representados por Sindicatos de categoria, que por consequência concorrem para a celebração das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, em concordância com a legislação trabalhista.

As Convenções Coletivas de Trabalho são deliberadas em assembleias patronais e de empregados, de acordo com a vigência de cada instrumento normativo e suas bases territoriais.

A Companhia negocia no território nacional com, aproximadamente, 152 Sindicatos, dentre patronais e empregados, fazendo parte de suas comissões de negociação. Desta forma, gerando a oportunidade de discutir e/ou influenciar, conforme com os interesses do negócio.

A área de Relações Sindicais mantém como prática de relacionamento, a realização de reuniões de entendimento e de renovação das condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais, órgãos de fiscalização do trabalho e associações que representam o seguimento, em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, para que empregador e empregados se beneficiem, e que os temas sejam resolvidos de modo harmonioso.

A Companhia compreende que as negociações mantidas com os sindicatos, a exemplo dos reajustes salariais, plano de participação nos resultados, condições para promover a liberdade de funcionamento, bem como a abertura do comércio aos domingos e feriados, são a base para a manutenção do equilíbrio e legalidade nas relações de trabalho. Além disso, são realizados encontros especiais para abordar temas legislativos, tais como a função e limitações na contratação de menores aprendizes, portadores de necessidades especiais, essencialidade da atividade do comércio, entre outros.

A Companhia procura manter um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as representações sindicais, associações e demais órgãos, públicos e civis, com base na ética, no respeito aos colaboradores e harmonia nas relações entre capital e trabalho, sendo que a Empresa não registrou paralisações ou greves nos três últimos exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Companhia Brasileira de Distribuição					
47.508.411/0001-56	Brasileira	Não	Sim	10/11/2010	
Não					
268.351.567	100,000%	0	0,000%	268.351.567	100,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
268.351.567	100,000%	0	0,000%	268.351.567	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Brasileira de Distribuição				**47.508.411/0001-56**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 10/02/2020					
239.060	0,090	0	0,000	239.060	0,090
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Não	27/11/2019	
Não					
2	0,001	0	0,000	2	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Geant International BV					
18.867.832/0001-75	Holandesa	Não	Não	29/08/2018	
Não					
9.423.742	3,520	0	0,000	9.423.742	3,520
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Helicco Participações Ltda					
12.972.326/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	29/08/2018	
Não					
581.600	0,210	0	0,000	581.600	0,210
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Brasileira de Distribuição				**47.508.411/0001-56**	
Jean-Charles Naouri					
	Francesa	Não	Não	08/04/2011	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
King LLC					
13.811.259/0001-64	Norte americana	Não	Não	29/08/2018	
Não					
852.000	0,320	0	0,000	852.000	0,320
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
157.635.934	58,728	0	0,000	157.635.934	58,728
Segisor					
05.710.423/0001-19	Francesa	Não	Não	19/08/2015	
Não					
5.600.050	2,090	0	0,000	5.600.050	2,090
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Brasileira de Distribuição				47.508.411/0001-56	
TOTAL					
268.351.567	100,000	0	0,000	268.351.567	100,000

Wilkes Participações S.A.					
04.745.350/0001-38	Brasileira-SP	Não	Não	12/12/2015	
Não					
94.019.178	35,040	0	0,000	94.019.178	35,040

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Casino Guichard Perrachon				**08.572.014/0001-91**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
54.782.743	36,300	0	0,000	54.782.743	36,300
Rallye					
		Não	Não	26/04/2016	
Não					
96.319.512	63,700	0	0,000	96.319.512	63,700
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant International BV				**18.867.832/0001-75**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Geant Holding BV					
25.262.305/0001-00	Holandesa	Não	Não	21/08/2015	
Não					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Helicco Participações Ltda				**12.972.326/0001-60**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Geant Holding BV					
25.262.305/0001-00	Holandesa	Não	Não	12/07/2019	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Geant International BV					
18.867.832/0001-75	Holandesa	Não	Não	12/07/2019	
Não					
98.536.690	99,999	0	0,000	98.536.690	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Helicco Participações Ltda				**12.972.326/0001-60**	
TOTAL					
98.536.691	100,000	0	0,000	98.536.691	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
King LLC				**13.811.259/0001-64**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Geant International BV					
18.867.832/0001-75	Holandesa	Não	Não	21/08/2015	
Não					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Segisor				**05.710.423/0001-19**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Não	26/04/2016	
Não					
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.774.479.286	100,000	0	0,000	1.774.479.286	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wilkes Participações S.A.				**04.745.350/0001-38**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Não	27/11/2019	
Não					
2	0,001	0	0,000	2	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Segisor					
05.710.423/0001-19	Francesa	Não	Não	27/11/2019	
Não					
223.698.566	99,999	0	0,000	223.698.566	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wilkes Participações S.A.				**04.745.350/0001-38**	
TOTAL					
223.698.568	100,000	0	0,000	223.698.568	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant Holding BV				**25.262.305/0001-00**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Tevir S.A.					
	Francesa	Não	Não	08/07/2016	
Não					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rallye					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Foncière Euris					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
30.462.478	58,400	0	0,000	30.462.478	58,400
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
21.719.291	41,600	0	0,000	21.719.291	41,600
TOTAL					
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Foncière Euris					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Carpinienne de Participations					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
509.947	5,200	0	0,000	509.947	5,200
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Finatis					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
8.491.618	85,700	0	0,000	8.491.618	85,700
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
911.718	9,100	0	0,000	911.718	9,100

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Foncière Euris					
TOTAL					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tevir S.A.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Não	26/04/2016	
Não					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Carpinienne de Participations					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Finatis					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
316.100	99,100	0	0,000	316.100	99,100
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
3.009	0,900	0	0,000	3.009	0,900
TOTAL					
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Finatis					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Euris					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
5.224.846	92,600	0	0,000	5.224.846	92,600
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
418.257	7,400	0	0,000	418.257	7,400
TOTAL					
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Euris					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Jean-Charles Henri Naouri					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
15	0,100	0	0,000	15	0,100
TOTAL					
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

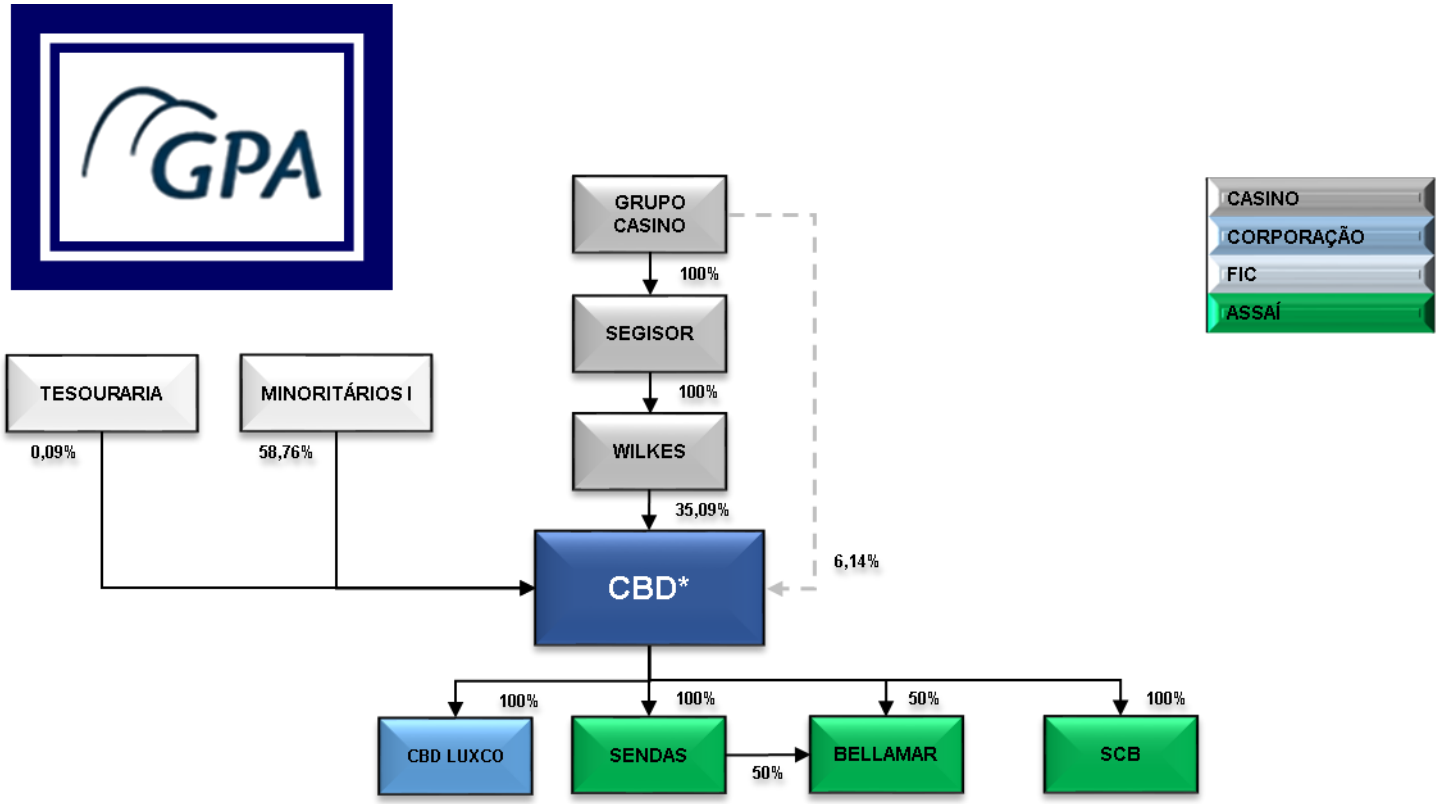
Data da última assembleia / Data da última alteração	31/12/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



*Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da CBD com a incorporação do ativo cindido, qual seja a participação societária detida pela CBD na Companhia, equivalente, a 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia. Para maiores informações, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Ocorreram as seguintes alterações nas participações das entidades ligadas ao acionista controlador ou dos administradores da Companhia, nos períodos abaixo indicados:

Em 12 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta na CBD para o Casino, de modo que a conclusão da venda da participação acionária que o Éxito detinha na Companhia estava sujeita o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão do Éxito pela Companhia.

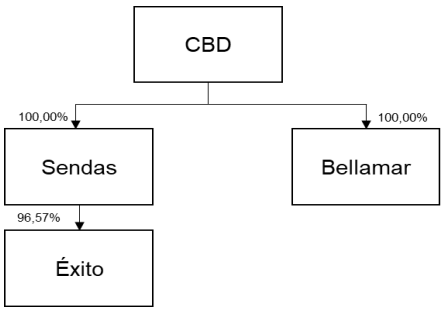
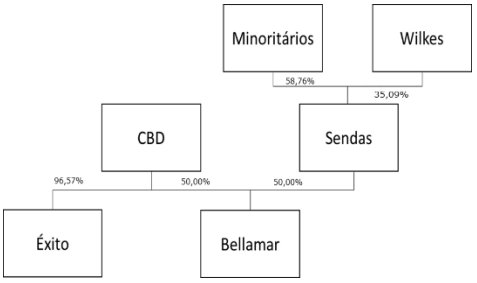
A liquidação de tal oferta pública foi realizada em 27 de novembro de 2019, sendo que, nesta mesma data, anteriormente à liquidação da oferta, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da CBD detidas direta e indiretamente pelo Éxito. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da CBD indicados pelo Éxito renunciaram. Para maiores informações acerca do atual controle indireto da Companhia, ver itens 15.1 e 15.4 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

a. evento	Cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) e cisão parcial da CBD com incorporação da parcela cindida pela Companhia
b. principais condições do negócio	Cisão parcial da Companhia, com incorporação da parcela cindida pela CBD, correspondente a participação acionária equivalente a, aproximadamente, 90,93% da totalidade das ações da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”) detidas pela Companhia, correspondente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissao de Éxito e 6 (seis) ativos operacionais detidos pela Companhia (“Cisão Parcial Companhia”). Cisão parcial da participação societária detida pela CBD na Companhia, equivalente, a 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, as quais serão entregues diretamente aos acionistas da CBD na proporção de suas respectivas participações no capital social da CBD (“Cisão Parcial CBD” e, em conjunto com a Cisão Parcial Companhia, “Cisões Parciais”). As Cisões Parciais foram precedidas, dentre outras operações, de uma permuta de ativos entre a Companhia e a CBD, por meio da qual a CBD trocou terrenos e 50% das quotas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações S.A. (“Bellamar”) por, aproximadamente, 9,07% da totalidade das ações de Éxito detidas pela Companhia, correspondente a, aproximadamente, 8,77% (oito inteiros e setenta e sete centésimos) da totalidade das ações de emissão de Éxito. A Cisão Parcial CBD ainda está em fase de implementação, de forma que, na presente data, ainda nao houve a entrega das ações de emissão da Companhia aos acionistas da CBD.
c. sociedades envolvidas	Companhia, CBD, Bellamar e Éxito
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Considerando que, na presente data, ainda não houve a conclusão das Cisões Parciais, o quadro acionário da Companhia permanece inalterado. Desta forma, apresenta-se, nos itens “e” e “f” abaixo, os quadros societários após a implementação completa das Cisões Parciais.

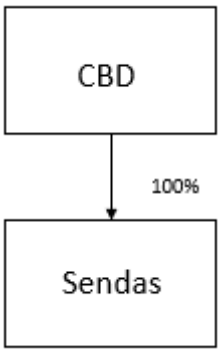
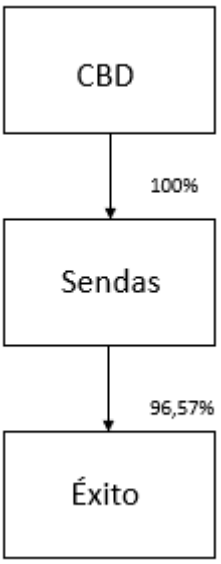
15.7 - Principais Operações Societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES**  **DEPOIS** 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

a. evento	**Aquisição da Almacenes Éxito S.A. pela Sendas Distribuidora S.A.**
b. principais condições do negócio	Em 13 de setembro de 2019, a Companhia lançou uma oferta pública de aquisição das ações da Almacenes Éxito S.A., pelo preço correspondente a, aproximademente, R$21,76 por ação ("OPA Éxito"). A OPA Éxito foi parte de uma reorganização societária do grupo da Companhia na América Latina. Nesse contexto, o grupo Éxito e nosso controlador Casino Guichard Perrachon celebraram acordo prevendo a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") detidas direta ou indiretamente pelo grupo Éxito para o Casino, caso a OPA fosse efetivada. Em 22 de novembro de 2019, a Companhia foi informada pela Bolsa de Valores da Colômbia que acionistas da Almacenes Éxito S.A. representando 96,57% de seu capital social aderiram à OPA Éxito. A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019, por valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019). Nesta mesma data, anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da CBD detidas direta e indiretamente pela Almacenes Éxito S.A., por preço equivalente a aproximadamente R$4,9 bilhões.
c. sociedades envolvidas	Sendas Distribuidora S.A. e Almacenes Éxito S.A.

15.7 - Principais Operações Societárias

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Em decorrência do acordo celebrado entre o Grupo Éxito e o Casino, o Grupo Éxito deixou de ser acionista direto e indireto da CBD, passando a CBD a ser controlado exclusivamente pelo Grupo Casino. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da CBD, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da CBD indicados pelo Éxito renunciaram.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 
	DEPOIS 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de ativos pela Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

Não há

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

Não há

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da CBD com a incorporação do ativo cindido, qual seja a participação societária detida pela CBD na Companhia, equivalente, a 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, as quais serão entregues diretamente aos acionistas da CBD na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão da GPA.

A referida distribuição ocorrerá após a obtenção, pela Companhia, da listagem de suas ações no Novo Mercado, da B3, juntamente com a listagem de ADRs, representando ações de emissão da Companhia, na New York Stock Exchange, conforme data de corte e procedimentos a serem acordados com a B3e com a New York Stock Exchange.

Desta forma, tão logo as ações de emissão da Companhia sejam distribuídas aos acionistas da Companhia, a Companhia atualizará seu quadro acionário e demais informações constantes neste item 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em todas as transações realizadas com partes relacionadas, a Companhia procura observar condições equânimes às praticadas no mercado. As políticas adotadas pela Companhia são aquelas estabelecidas pela sua controladora, conforme descrita abaixo.

A Companhia pretende dar continuidade a estas políticas, no âmbito do processo de listagem de suas ações no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Política para Transações com Partes Relacionadas da CBD ("Política") entrou em vigor em 16 de abril de 2014, sendo alterada em 12 de fevereiro de 2015, 24 de fevereiro de 2016 e em 6 de fevereiro de 2020, conforme reuniões do Conselho de Administração realizadas nas mesmas datas, e está disponível no link: http://www.gpari.com.br/, na seção Governança Corporativa, bem como no sistema da CVM.

Pela referida Política, as transações que envolvam um valor igual ou inferior a R$ 25 milhões em um único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 meses ("Montante Significativo"), estarão sujeitas à (i) análise prévia por um comitê constituído por integrantes (a) do Departamento Jurídico Societário da CBD; (b) da área responsável pela contratação da Transação com Parte Relacionada; (c) da contabilidade da CBD; (d) da área de Central de Compras Indiretas da CBD (se houver processo competitivo para a referida contratação); e (e) de outras áreas que sejam consideradas necessárias ("Comitê de Avaliação"); e (ii) aprovação formal pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da CBD.

Por sua vez, as transações com partes relacionadas com valor maior do que o Montante Significativo, estarão sujeitas à: (i) análise prévia pelo Comitê de Avaliação da CBD; (ii) análise pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da CBD; e (iii) aprovação formal pelo Conselho de Administração da CBD, observado o disposto abaixo.

O Conselho de Administração da CBD, por sua própria iniciativa ou por recomendação do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da CBD, poderá determinar que a transação, em razão de sua relevância ou de outras características que o Conselho de Administração da CBD considere relevantes, seja examinada por um comitê especial independente que tenha sido constituído e delibere nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35 ("Comitê Especial").

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da CBD e o Conselho de Administração da CBD analisarão, anualmente, todas as transações com partes relacionadas em bases contínuas, para verificar se é do interesse da Companhia que as referidas transações prossigam em vigor ou, se for o caso, determinar à Diretoria da Companhia que proceda à resilição dos contratos ou à sua renegociação a fim de se adequarem às condições de mercado vigentes.

Quando se tratar de transação entre partes relacionadas que deva ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia por determinação legal, a transação deverá ser examinada por um Comitê Especial.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Também deverá ser examinada por um Comitê Especial a transação com parte relacionada que envolva sociedade controlada ou sob controle comum da CBD que não seja companhia aberta, nas hipóteses em que referida transação, caso fosse realizada diretamente pela CBD, devesse ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da CBD.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
GreenYellow	10/05/2017	2.945.743,23	1.750.806,70	N/A	25 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a GreenYellow e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Contratos celebrados para estabelecer os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistema fotovoltaico pela GreenYellow à Companhia em lojas localizadas nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Pará. A Companhia pagará mensalmente à GreenYellow os valores de locação e de serviços calculados conforme fórmulas estabelecidas nos seus anexos, de acordo com as porcentagens da economia gerada pelos respectivos projetos. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2019. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	i) em caso de falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; ou (ii) no caso de inadimplemento das obrigações previstas no contrato por qualquer das partes não sanado no prazo de (a) 60 dias contados do recebimento, pelo Assaí, de notificação enviada pela Greenyellow e (b) 120 dias contados do recebimento, pela Greenyellow, de notificação enviada pelo Assaí; (iii) em razão de caso fortuito ou de força maior, entre outros; ou (iv) em caso de transferência da propriedade ou posse do imóvel do Assaí a terceiros, com notificação prévia à Greenyellow de 180 dias.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Companhia Brasileira de Distribuição e Greenyellow	31/12/2019	0,00	0	N/A	15 anos, com início em 01/01/2020.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a Greenyellow e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2019. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	A Companhia Brasileira de Distribuição forneceu uma fiança corporativa ao Assaí para assegurar o fiel cumprimento do contrato.						
Rescisão ou extinção	(i) em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação de qualquer das partes; (ii) caso qualquer das partes não obtenha ou venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável para o cumprimento das atividades e obrigações previstas no contrato; (iii) caso o registro do contrato seja cancelado pela CCEE; (iv) caso as garantias previstas no contrato não sejam renovadas, complementadas ou não permaneçam vigentes; (v) caso não haja registro e validação da energia na CCEE pela Greenyellow; (vi) em caso de alteração no controle societário da Greenyellow sem prévia anuência da Companhia; (vii) inadimplemento de obrigações contratuais não sanado no prazo de 5 dias ou no prazo de 15 dias para obrigações financeiras; e (viii) violação do dever de sigilo.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Puntos Colombia S.A.S. (“PCO”)	02/04/2018	14.010.174,00	14.010.174,00	N/A	Enquanto perdurar o Acordo de Acionistas entre o Éxito e Grupo Bancolombia, inicialmente previsto para 10 anos a contar de 19/05/2017.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Éxito, subsidiária da Companhia, é proprietário de 50% das ações de PCO, sendo os restantes 50% de titularidade do Grupo Bancolombia.						
Objeto contrato	Estabelecer os termos e condições do Programa Puntos Colombia, um programa de fidelidade com concessão de pontos aos seus clientes por compras por eles realizadas, de forma a regular o funcionamento de tal programa, compra de pontos pelos sócios e parceiros da sociedade, entre outras condições.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Por parte de PCO: (i) dissolução, liquidação ou venda de Éxito; (ii) em caso de prestação de informações falsas por Éxito referentes às operações de acúmulo e resgate de pontos de seus clientes; (iii) caso Éxito ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato; (iv) descumprimento das obrigações contratuais por parte de Éxito não sanado nos prazos estipulados em contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO. Por parte de Éxito: (i) descumprimento das obrigações contratuais por parte de PCO não sanado nos prazos estipulados em contrato; (ii) em caso de prestação de informações falsas por PCO referentes a qualquer assunto relacionado com a execução do contrato; (iii) dissolução, liquidação ou venda de PCO; (iv) na ocorrência de um evento material adverso não sanado nos termos previstos no contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO; (vi) caso PCO ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (“Tuya”)	02/07/2006	25.966.190,00	25.966.190,00	N/A	02/10/2018, com prorrogação automática por sucessivos períodos de 7 anos	SIM	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Éxito, subsidiária da Companhia, é proprietário de 50% das ações de Tuya, sendo os restantes 50% de titularidade do Grupo Bancolombia.						
Objeto contrato	Trata-se de um acordo de colaboração empresarial para promover (i) a venda de produtos e serviços oferecidos por Éxito através do Cartão Éxito; (ii) a utilização do Cartão Éxito seja dentro da rede de estabelecimentos de Éxito ou fora desta; e (iii) a utilização na rede de estabelecimentos de Éxito de outros serviços financeiros acordados entre as partes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento das obrigações contratuais de qualquer das partes, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (ii) descumprimento grave das normas legais que regem as atividades e obrigações das partes referentes ao objeto do contrato, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (iii) eventos de força maior ou caso fortuito que tornem impossível a execução do contrato por prazo superior a 4 meses; (iv) por superveniência do término do contrato.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Estabelecer os termos e condições do programa						
Novasoc Comercial Ltda.	01/01/2011	152.012,91	152.012,91	N/A	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Reembolso de despesas entre lojas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Groupe Casino Limited	25/07/2016	44.987,44	0	N/A	5 anos, renovável por iguais períodos sucessivamente	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Celebrado entre CBD, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de global sourcing (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador de ambas as sociedades.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Casino International S.A.	20/12/2004	0,00	9.181.959,00	N/A	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos da representação da Companhia pelo Casino International S.A. na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; (iv) mediante notificação prévia de 3 meses em caso de (a) aquisição por uma das partes de investimento direto em um competidor da outra parte; (b) aquisição por um investidor de uma das partes de investimento direto na outra parte; (c) caso o Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. (“Compre Bem”)	21/06/2018	12.951.229,00	12.951.229,00	N/A	30/06/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de imóvel situado na Rodovia Presidente Dutra, Bloco 200, Anexo A, Bairro do Portão, Gleba B, Cidade de Arujá, Estado de São Paulo.						
Garantia e seguros	Fiança						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento pela Sub(locatária) e Fiador de qualquer cláusula do contrato; (ii) não pagamento de quaisquer valores previstos; (iii) em mora com o aluguel ou abandonando a área; e (iv) abandono do imóvel constatado por ata notarial na forma da Lei 8.935/94.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locadora						
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”)	27/10/2004	129.629.317,84	4.432.871,00	N/A	Até o término do acordo de associação e no caso do acordo comercial de serviços de subcredenciamento pelo prazo de 3 anos podendo ser renovado por igual período.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	FIC é coligada da Companhia.						
Objeto contrato	Celebração de (i) acordo de associação para regular a oferta e distribuição de Produto e Serviço Financeiro (definido abaixo) ofertado pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia Brasileira de Distribuição e o Itaú Unibanco Holding S.A.., e (ii) acordo comercial de serviços de subcredenciamento. Para fins do acordo de associação, “Produto e Serviço Financeiro” compreende todo o produto e serviço financeiro, securitário, previdenciário, inclusive aqueles que cuja distribuição, comercialização ou prestação o fornecedor necessite licença ou autorização do BACEN, SUSEP ou da CVM, incluindo, sem limitação, a garantia estendida e os produtos e serviços acessórios, tais como serviços de assistência (veículo emergencial, viagens, residencial etc.), bem como os relacionados a cartões de créditos (co-branded ou private label).						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	No caso do acordo comercial de serviços de subcredenciamento, (i) por descumprimento das obrigações não sanadas em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) mediante notificação prévia de 30 dias; (iii) em caso de insolvência; (iii) em caso de comprovação de falsidade, omissão, erro, incorreção ou inexatidão nas declarações prestadas; e (iv) promulgação de lei ou regulamentos ou emissão de uma ordem governamental proibindo o cumprimento das obrigações no acordo.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Companhia Brasileira de Distribuição e Greenyellow Comercializacao de Energia Ltda.	29/10/2019	352.590,00	352.590,00	N/A	De 01/12/2019 a 31/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a GY Comercialização e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2019. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) em caso de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação de qualquer das partes; (ii) caso qualquer das partes venha a ter revogada qualquer autorização legal, societária, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das suas atividades e obrigações previstas no contrato; (iii) caso a Greenyellow deixe de registrar a energia contratada na CCEE; (iv) caso a energia contratada seja objeto de cancelamento pela CCEE; (v) caso a Companhia Basileira de Distribuição não honre os prazos e pagamentos do contrato; e (vi) em caso de descumprimento contratual.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
GreenYellow e Companhia Brasileira de Distribuição	27/11/2019	0,00	0	N/A	1 ano, com início em 01/01/2020.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia Brasileira de Distribuição, a GreenYellow e a Companhia possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre, tendo sido celebrados dois contratos, sendo um pela Companhia Brasileira de Distribuição com a GreenYellow e outro pelo Companhia com a GreenYellow. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2019. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	No contrato da Companhia com a GreenYellow, Assaí forneceu uma fiança corporativa para assegurar o fiel cumprimento do contrato e, no contrato da Companhia com Assaí, a Companhia forneceu uma fiança corporativa para assegurar o fiel cumprimento do contrato.						
Rescisão ou extinção	(i) prestação de declarações e garantis inexatas, falsas ou incompletas; (ii) caso uma parte faça com que a CCEE se recuse a realizar, manter ou estabelecer o registro ou validação da quantidade de energia contrata perante a CCEE e tal registro ou validação não seja totalmente realizado ou retomado em 30 dias; (iii) no caso de descumprimento contratual; (iv) em caso de dissolução, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (v) caso a outra parte torne-se insolvente; (vi) caso seja proferida uma decisão transitada em julgado que afete substancialmente e prejudicialmente a capacidade da outra parte de cumprir com as obrigações do contrato; (vii) força maior; (viii) se a CCEE deliberar o desligamento de qualquer das parte; (ix) cessão indevida do contrato.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança além das estabelecidas na regulamentação aplicável, buscando assegurar que todas as tomadas de decisões que eventualmente possam auferir um benefício particular a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, sempre respeitando os interesses da Companhia, conforme regras de sua controladora, a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). Para tanto, a Companhia conta com o Código de Ética e com a Política de Conflito de Interesses da CBD, que se aplicam a ela em sua totalidade, os quais exemplificam situações e estabelecem as providências a serem tomadas em caso de identificação de conflito de interesses reais ou potenciais, como a obrigação de reportar tal situação ao superior imediato e declarar-se impedido de representar a Companhia em negócios com parentes ou amigos. Há penalidades em caso de descumprimento das regras da CBD, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Diretor Executivo da área e/ou pelo Comitê de Ética de CBD.

Além disso, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia endereça situações de conflito de interesses, de forma que, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho de Administração em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho de Administração comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros. Ainda, a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

A Companhia conta com estrutura de governança da CBD para acompanhar as transações com partes relacionadas, bem como dirimir eventuais dúvidas a respeito de tais situações, abaixo descrita:

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade de CBD: é responsável por tomar conhecimento e analisar as transações com partes relacionadas envolvendo a CBD e suas controladas, incluindo a Companhia, nos termos previstos na Política. Também é responsável por, dentre outras atribuições, minutar, submeter ao Conselho de Administração da CBD e revisar periodicamente a política de contratação da CBD com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela CBD e suas controladas, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa, além de manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria de CBD, sobre situações em que possa estar configurado cenário de conflito de interesses nas atividades da CBD e de suas controladas.

Comitê de Auditoria de CBD: responsável por, dentre outras atribuições, avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da CBD a correção ou aprimoramento das políticas internas da CBD, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração de CBD para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Política para Transações com Partes Relacionadas: procedimentos aprovados pelo Conselho de

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Administração da CBD, que contribuam para assegurar que transações entre, de um lado, partes relacionadas e, de outro lado, a Companhia ou suas controladas, incluindo a Companhia, sejam realizadas no melhor interesse da CBD ou de sua controlada, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a Política visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais partes relacionadas. Para mais detalhes a respeito da Política, ler o item 16.1

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação e, sempre que possível, tomaram como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia e pela CBD com seus parceiros, tendo a partir de 2014 sido aprovadas de acordo com a Política vigente à época da contratação.

As transações com partes relacionadas foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório dessas transações avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 Outras informações relevantes

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia aderiu ao contrato celebrado pelo seu controlador direto, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), com empresas do grupo Casino, acionista controlador indireto da Companhia, para estabelecer os termos para reembolso pela Companhia dos custos incorridos pelas empresas do grupo Casino em atividades de seu pessoal que envolvem a transferência de "know-how" à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral).

O contrato tem prazo de duração indeterminado e pode ser rescindido (i) por descumprimento contratual ou legal não sanado em 15 dias do recebimento de notificação; (ii) mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias; (iii) caso Casino deixe de ser controlador da Companhia; e (iv) caso alguma das partes se torne insolvente.

A eficácia da adesão de Sendas ao contrato está condicionada à implementação da cisão de CBD anunciada em 9 de setembro de 2020 (vide item 6.3 deste Formulário de Referência).

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/12/2020	761.274.134,78		268.351.567	0	268.351.567
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/12/2020	761.274.134,78		268.351.567	0	268.351.567
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/12/2020	761.274.134,78		268.351.567	0	268.351.567
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
05/10/2020	0,00	-	400.000.000	0	400.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/11/2017	AGE	01/11/2017	226.102.249,53	Subscrição particular	160.539.608	0	160.539.608	13,47000000	1,41	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
01/11/2017	AGE	01/11/2017	15.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
01/01/2018	AGE	01/01/2018	77.404.171,13	Subscrição particular	52.214.382	0	52.214.382	4,06000000	1,48	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/09/2018	AGE	28/09/2018	98.249.892,35	Subscrição particular	55.300.306	0	55.300.306	4,96000000	1,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/02/2019	AGE	28/02/2019	67.142.866,73	Subscrição particular	33.320.821	0	33.320.821	3,23000000	2,02	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/12/2019	AGE	26/12/2019	2.003.000.000,00	Subscrição particular	996.517.413	0	996.517.413	93,27055723	2,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/03/2020	AGE	31/03/2020	207.198.337,83	Subscrição particular	87.425.459	0	87.425.459	4,99211051	2,37	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2020	AGE	30/09/2020	120.951.650,23	Subscrição particular	41.997.100	0	41.997.100	2,61000000	2,88	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
31/12/2020	AGE	31/12/2020	684.679.887,09	Subscrição particular	18.661.368	0	18.661.368	14,41000000	36,69	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
05/10/2020	3.269.992.034	0	3.269.992.034	268.351.567	0	268.351.567
Grupamento						
05/10/2020	3.269.992.034	0	3.269.992.034	268.351.567	0	268.351.567
Grupamento						
31/12/2020	287.012.935	0	287.012.935	268.351.567	0	268.351.567

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2020	31/12/2020	4.672.407.900,25	0	0	0	85,98970000	0,00

Forma de restituição Não aplicável, visto que não houve redução do número de ações de emissão da Companhia.

Razão para redução A redução decorreu da cisão parcial da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, conforme descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante o disposto acima, na data de apresentação deste Formulário de Referência, o Estatuto Social não previa quórum específico em Assembleia Geral para a alteração dos direitos assegurados pelas ações emitidas pela Companhia.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não mencionadas neste item 18.1 com relação às ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto dos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas: (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, de acordo com os requisitos mínimos previstos no Estatuto Social da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Além do disposto na lei, não há outras previsões sobre o assunto no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía ações negociadas nos três últimos exercícios sociais.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Comercial (1ª emissão da Companhia) – em 6 séries
Data de emissão	04/07/2019
Data de vencimento	04/07/2025
Quantidade (Unidades)	16
Valor total (Reais)	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	824.601.826,56
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as notas promissórias da 1ª emissão da Companhia acima descritas (“Notas Promissórias”) foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá comunicar a realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias em circulação, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, informando os titulares das Notas Promissórias, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares de Nota Promissória, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Notas Promissórias com 60 (sessenta) dias de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado”), comunicando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado, não podendo realizar resgate parcial das Notas Promissórias em circulação e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Notas Promissórias. O valor a ser pago aos Titulares de Notas Promissórias a título de Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado acrescido de prêmio, incidente sobre o saldo devedor das Notas Promissórias, calculado sobre o saldo devedor da Nota Promissória.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	As Notas Promissórias foram emitidas em 6 Séries, com vencimento de cada série nas seguintes datas: 03/07/20, 05/07/21, 04/07/22, 04/07/23, 04/07/24 e 04/07/25, ressalvada a hipótese de eventual vencimento antecipado. O principal, denominado como Valor Nominal Unitário neste instrumento, e os Juros Remuneratórios somente serão pagos ao titular desta Nota Promissória na Data de Vencimento, ordinário ou antecipado. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas “Taxas DI over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 0,72% (setenta e dois centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento. As Notas Promissórias contam com aval da Companhia Brasileira de Distribuição (“Avalista”). A prestação do aval foi deliberada e aprovada pela Reunião do Conselho de Administração da Avalista, realizada em 24 de junho de 2019, constituindo obrigação existente, válida e eficaz desde a data de emissão das Notas Promissórias. O aval é prestado em caráter universal e compreende a dívida principal de todas as Notas Promissórias, a Remuneração e todos os seus acessórios
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os titulares de Notas Promissórias poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Titulares de Notas Promissórias a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Notas Promissórias. Nas deliberações da Assembleia Geral de Titulares de Notas Promissórias, a cada Nota Promissória caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos presentes, exceto se previsto de forma diversa na Cártula. Para as alterações previstas neste parágrafo, as deliberações serão tomadas por, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos Titulares de Notas Promissórias em circulação no mercado; (b) alteração dos quóruns previstos na Cártula; (c) alterações da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula “Pagamento de Tributos”; (d) alteração do prazo de vigência das Cártulas; (f) alteração da Avalista; (h) alteração das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; ou (j) alteração de qualquer hipótese de vencimento antecipado automático ou não automático.
Outras características relevantes	Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Notas Promissórias, na ocorrência dos eventos descritos nas Cártulas da 1ª emissão de Notas Promissórias.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (1ª emissão da Companhia) – em 4 séries
Data de emissão	04/09/2019
Data de vencimento	20/08/2023
Quantidade (Unidades)	8.000.000
Valor total (Reais)	8.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	7.138.122.980,91
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 1ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Debêntures poderão ser resgatadas a qualquer momento partir da Data de Emissão, a critério da Companhia, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das Debêntures, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.13 da Escritura de Emissão, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado Facultativo”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures. Na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo, será realizado o pagamento do seu respectivo Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da respectiva última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, bem como multa e juros moratórios, se houver. A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização. Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	1ª (primeira) emissão de debênture simples, não conversíveis, quirografária, com garantia fidejussória adicional em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Sendas Distribuidora S.A. Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Debêntures da 1ª emissão, na ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 4.12 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Sendas Distribuidora S.A. (“Escritura de Emissão”). As Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 1,74% (um inteiro e setenta e quatro centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”). As Debêntures da Terceira Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”). As Debêntures da Quarta Série farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de spread de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (“Remuneração”). A Remuneração da Primeira Série será paga em 2 (duas) parcelas, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Primeira Série será devido em 26 de dezembro de 2019 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente no dia 20 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Segunda Série será devido em 20 de fevereiro de 2020 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração da Terceira Série será paga semestralmente no dia 20 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Terceira Série será devido em 20 de fevereiro de 2020 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.A Remuneração da Quarta Série será paga semestralmente no dia 20 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da Quarta Série será devido em 20 de fevereiro de 2020 e o último será devido na data de Vencimento.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.6 da Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 4.12 (Vencimento Antecipado) da Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série. A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.12.4 da Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Companhia que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Companhia possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
Outras características relevantes	Em caso de recebimento, pela Companhia, de dividendos pagos pela Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede em Carrera 48 N° 32B Sur – 139, Envigado, Colômbia, inscrita no CNPJ sob o nº 23.041.875/0001-37, ficam a Companhia e a Fiadora solidariamente obrigadas efetuar a amortização extraordinária obrigatória, nos termos e condições previstas na cláusula 4.18 da Escritura de Emissão.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Nota Comercial	0	0	1
Debêntures	0	0	119

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 09 de setembro de 2020, a Companhia tomará as medidas necessárias para sua listagem no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Não obstante, até a data deste Formulário, a Companhia não possui ações admitidas à negociação em nenhum mercado brasileiro.

As debêntures da 1ª emissão da Companhia e as notas promissórias da 1ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, que também realiza a liquidação financeira das negociações de referidas debêntures e notas promissórias, bem como sua custódia eletrônica.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de setembro de 2020, a Companhia atualmente está tomando as medidas necessárias para sua listagem na Bolsa de Valores de Nova York- NYSE, nos Estados Unidos, no segmento de food retails e wholesalers. Não obstante, até a data presente, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em nenhum mercado estrangeiro.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, foram realizadas ofertas públicas para distribuição de Notas Promissórias e de Debêntures da Companhia, todas com esforços restritos de distribuição, conforme listadas abaixo.

Setembro/2019: 1ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão: 800.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 na data de emissão (4 de setembro de 2019), totalizando R$ 8.000.000.000,00. Abaixo estão listadas informações adicionais sobre cada uma das séries da emissão:

1ª série:
(a) Quantidade: 200.000 debêntures;
(b) Vencimento: 1 ano, vencendo em 20 de agosto de 2020;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em 2 parcelas, uma em 26 de dezembro de 2019 e a outra na data do vencimento;
(d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,60% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
(e) Pagamento da remuneração: em 2 parcelas, uma em 26 de dezembro de 2019 e a outra na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

2ª série:
(a) Quantidade: 200.000 debêntures;
(b) Vencimento: 2 anos, vencendo em 20 de agosto de 2021;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
(d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,74% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
(e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

3ª série:
(a) Quantidade: 200.000 debêntures;
(b) Vencimento: 3 anos, vencendo em 20 de agosto de 2022;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
(d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,95% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
(e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

4ª série:
(a) Quantidade: 200.000 debêntures;
(b) Vencimento: 4 anos, vencendo em 20 de agosto de 2023;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

(d) Remuneração: 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,20% ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e

(e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

Julho/2019: 1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. Principais características da emissão: 16 (dezesseis) notas promissórias comerciais, em 6 (seis) séries, no valor total de R$ 800.000.000,00, remuneradas a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,72% ao ano, com vencimento em 3 anos de sua emissão, ou seja, em 3 de julho de 2020.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as ofertas públicas indicadas no item 18.9 foram destinados às seguintes utilizações:

1ª emissão de Debêntures da Companhia: aquisição das ações do Éxito, por meio de oferta pública de aquisição de ações a ser realizada na Colômbia.

1ª emissão de Notas Promissórias da Companhia: reforço do capital de giro da Companhia.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação dos recursos oriundos das ofertas públicas de distribuição com esforços restritos da 1ª emissão de debêntures e da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Em outubro de 2019, a Companhia lançou uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. ("OPA Éxito").

Em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital da Almacenes Éxito S.A. aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Companhia de valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019).

A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía valores mobiliários mantidos em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**05/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Administradores Conselheiros Fiscais, Ex-Administradores, Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia Qualquer pessoa que venha a ser indicada pelo Diretor de RI como Pessoa Obrigada, Empregados da Cia. que tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas, Terceiros contratados pela Cia. que, em relação às atividades performadas à Cia., tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas. Qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Cia., nas Sociedades Controladoras, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, que tenham (i) aderido expressamente a Política de Negociação e estejam obrigados à observância das regras ali descritas; e (ii) acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas, bem como outros que a Cia. considere necessário ou conveniente, e que venham a ser indicadas como pessoas obrigadas

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358 e tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos que deverão ser observados em qualquer negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, por parte das Pessoas Obrigadas (descritas no item 20.1(b)).

Plano Individual de Investimento - O Plano Individual de Investimento é o instrumento escrito por meio do qual os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante se comprometem de forma voluntária, irrevogável e irretratável a investir ou desinvestir em Valores Mobiliários em datas ou períodos pré-determinados, elaborado de acordo com o disposto nos artigos 15 e 15-A da Instrução CVM 358. Os Planos Individuais de Investimento devem ser arquivados com o DRI antes de qualquer negociação e deverá prever prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio Plano Individual de Investimento, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeito. É vedado aos participantes manter simultaneamente em vigor mais de um Plano Individual de Investimento.

(a) Comitê de Divulgação e Negociação - A Companhia terá um Comitê de Divulgação e Negociação, composto por 5 membros, ocupantes dos seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Relações com Investidores, Diretor ou Gerente ou Responsável por/de de Imprensa e Diretor ou Gerente ou Responsável Jurídico.

(b) Infrações e Sanções - As Pessoas Obrigadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

A Política de Negociação de ações da Companhia também poderá ser consultada na página da Companhia na internet www.assai.com.br e na página da CVM www.cvm.gov.br.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Período de Impedimento à Negociação: as Pessoas Obrigadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Companhia nos Períodos de Impedimento à Negociação, devendo manter tal determinação em absoluto sigilo. Vedação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante: é vedada a negociação de Valores Mobiliários por parte das Pessoas Obrigadas que tenham ou presumivelmente possam ter conhecimento de Informação Privilegiada até que a mesma seja divulgada pela Companhia ao mercado na forma da Instrução CVM 358. Vedação Antes da Divulgação de Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia: é vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Obrigadas no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras, bem como no próprio dia da divulgação. Vedações Relacionadas à Aquisição ou à Alienação de Ações de sua Emissão pela Própria Companhia: o Acionista Controlador e os Administradores não poderão negociar com ações de emissão da Companhia quando (a) estiver em curso aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, Sociedade Coligadas ou outra sociedade sob controle comum; ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou pelas demais entidades mencionadas no item (a). Vedação Aplicável a Ex-Administradores: os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários: (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (ii) antes da divulgação ao mercado, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, o que ocorrer primeiro. Negociação Indireta: vedações às negociações realizadas pelas Pessoas Obrigadas nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (i) sociedade controlada; (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (iii) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada por intermédio de qualquer das pessoas impedidas a negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado. Operações de Empréstimo de Ações: a Política de Negociação aplicar-se-á integralmente às operações de empréstimo com ações de emissão da Companhia que venham a ser realizadas por Pessoas Obrigadas, as quais deverão ser registradas no BTC e observar os procedimentos estabelecidos pela B3, sendo vedada qualquer operação de empréstimo fora do BTC, salvo se expressamente autorizado pela Diretoria de Relações com Investidores da Companhia. As Pessoas Obrigadas que sejam beneficiárias de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não poderão realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos que anulem ou mitiguem sua exposição econômica às ações de emissão da Companhia enquanto estiverem sujeitas aos Períodos de Impedimento à Negociação.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 Outras informações relevantes

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Negociação, bem como pelo seu acompanhamento e fiscalização.

A aplicação da Política de Negociação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja analisada e avaliada pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e apreciada pelo Conselho de Administração da Companhia.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Atualmente, a Companhia segue os códigos e políticas de sua controladora, a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). A CBD possui um Código de Ética (aplicável à Companhia) que estabelece as principais diretrizes da CBD e, consequentemente, da Companhia, relacionadas à condução dos seus negócios e ao comportamento esperado de todos os colaboradores da Companhia, bem como todos aqueles que se relacionam com a Companhia, interna e externamente.

Entre as diretrizes e normas a serem observadas, o Código de Ética proíbe que os colaboradores da Companhia e de suas controladas divulguem informações confidenciais da Companhia e do grupo a que a Companhia pertence a terceiros e/ou que as utilizem para a obtenção de vantagem própria ou de terceiros de modo indevido. A utilização de informações privilegiadas para a obtenção de vantagens financeiras indevidas, em negociações em bolsas de valores ou outros meios, é considerada prática ilícita, podendo os envolvidos sofrer as sanções previstas nas regras internas da Companhia e também as medidas penais e/ou administrativas aplicadas pelas agências reguladoras competentes.

Foram criados um Comitê de Ética corporativo e um Comitê de Ética pela CBD em cada uma das unidades de negócio da Companhia. Tais Comitês são responsáveis pela gestão do Código de Ética, devendo garantir que ele seja de conhecimento de todos os colaboradores e públicos que se relacionam com a CBD, interna e externamente, bem como assegurar a sua eficácia e efetividade.

Há penalidades em caso de descumprimento das regras da CBD, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Comitê de Ética competente.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, conforme descrita no capítulo 21.2 abaixo.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Nos termos da legislação e da regulamentação vigentes, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 5 de outubro de 2020 ("Política de Divulgação").

A Política de Divulgação visa estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pela Diretoria de Relações com Investidores, pela Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, pelos membros do Conselho Fiscal, se e quando o Conselho Fiscal estiver instalado, e de membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua sociedade controladora, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenha conhecimento de Informações Relevantes (conforme definidas abaixo), bem como outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação estabelece que "Informações Relevantes" significam as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral ou dos órgãos da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial, financeiro ou econômico relacionados com os negócios da Companhia (se ocorrer dentro da Companhia ou que, de outra forma, se relacione com os negócios da Companhia) que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

É de responsabilidade da Diretora de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a ciência, Informações Relevantes ocorridas ou relacionadas aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

A Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, conselheiros fiscais ou membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua sociedade controladora, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenha conhecimento da informação relativa à Informação Relevante, bem como outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação (em conjunto "Pessoas Obrigadas") devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

O documento contendo a Informação Relevante deve ser divulgado ao público (i) na página da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

rede mundial de computadores do portal de notícias "Portal NEO1" (*http://www.portalneo1.net*), conforme faculdade conferida pela Instrução CVM 358; e (ii) na página da rede mundial de computadores da Companhia (www.assaicom.br).

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Na hipótese do ato ou fato relevante não divulgado escapar ao controle, por qualquer motivo, ou se ocorrer oscilação atípica no volume negociado ou preço de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, a Diretora de Relações com Investidores da Companhia providenciará à imediata divulgação do ato ou fato relevante.

Somente a Diretora de Relações com Investidores ou o Diretor Presidente da Companhia, ou a pessoa por um deles indicada, está autorizada a comentar, esclarecer ou detalhar o conteúdo da Informação Relevante.

As Pessoas Obrigadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Obrigadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

A Pessoa Obrigada que se desligar da Companhia continuará sujeita ao dever de sigilo, até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado.

Quaisquer violações à Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Obrigadas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores.

Caso qualquer Pessoa Obrigada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público não esteja totalmente sob o controle da Companhia, ou, ainda, que tenha ocorrido oscilação atípica no preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados ao Diretor de Relação com Investidores.

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Divulgação poderá ser alterada nas seguintes situações: (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM; (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias; e (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

A Política de Divulgação de informações poderá ser consultada na página da Companhia na internet *www.assai.com.br* e na página da CVM *www.cvm.gov.br*.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Divulgação e pelo seu acompanhamento.

A aplicação da Política de Divulgação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja apreciada pelo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

O Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade também realiza o acompanhamento periódico da aplicação da Política de Divulgação.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.